Abrir portas onde se erguem muros

Director: David Pontes **Segunda-feira, 24 de Junho de 2024** • Ano XXXV • n.º 12.471 • Diário • Ed. Porto • Assinaturas 808 200 095 • **1,50€**

Euro 2024
Suíça está nos "oitavos" e Hungria salva-se nos descontos

Desporto, 34 a 38

Relações afectivas
Quase metade dos jovens portugueses diz sentir-se "muito próxima" dos pais

Sociedade, 12

Internato de S. João
Instituição recebeu terreno da Câmara de Lisboa para obra social e nunca lá fez nada

Local, 16/17

Só 19% das empresas que testaram a semana de quatro dias desistiram

Trabalhadores menos qualificados e com salários baixos são os que mais valorizam o projecto

Das 21 empresas que participaram no projecto-piloto da semana de quatro dias de trabalho, que decorreu entre Junho e Novembro de 2023, só quatro (19%) voltaram à semana de cinco dias. As restantes 17 (81%) vão continuar com a experiência. O relatório final do projecto, publicado hoje, mostra que 75% dos gestores consideram que o projecto foi neutro em termos financeiros e houve até aumento de lucros. Os trabalhadores com salários mais baixos foram os que mais valor atribuíram ao alívio horário Destaque, 2/3 e Editorial

OKSANA PARAFENIUK/THE WASHINGTON POST

Guerra
Com falta de soldados, a Ucrânia está a libertar criminosos para combater

Mundo, 20/21

Sondagens em França
Na entrada para a recta final, a extrema-direita ruma à vitória

A campanha entra na última semana e as sondagens mostram o mesmo. Macron em perda e a extrema-direita à frente Mundo, 18

Dia Nacional
Quando a vida dos ciganos era quase uma impossibilidade

Sociedade, 10/11

Primeiro trimestre
Dados do INE põem de novo à prova estado das contas públicas

Portugal já recebeu de Bruxelas o tecto de despesa para 2025. Novas regras europeias retiram mais margem ao Governo Economia, 22/23

ISNN-0872-1556

MANUEL ROBERTO

Semana de quatro dias: maioria das empresas mantém com adaptações

Das 21 empresas que entraram no projecto-piloto, só quatro voltaram à semana de cinco dias. As restantes estenderam o teste, com adaptações. 75% dos gestores não notaram mais custos

Raquel Martins

Das 21 empresas que participaram no projecto-piloto da semana de quatro dias, que decorreu em Portugal entre Junho e Novembro de 2023, apenas quatro decidiram voltar à semana de cinco dias. As restantes vão continuar a experiência com algumas adaptações, sendo que 75% dos gestores avaliaram o teste como financeiramente neutro e uma parte significativa das empresas aumentou os seus lucros durante este período.

Estes são alguns dos resultados que constam no relatório final do projecto que é publicado hoje no *site* do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e terá apresentação pública na sexta-feira durante um encontro internacional sobre a semana de quatro dias, no Porto.

O projecto da semana de quatro dias foi dinamizado pelo Governo anterior e envolve directamente 21 empresas e 332 trabalhadores, a que se somam mais duas dezenas de organizações (733 trabalhadores) que tinham iniciado a experiência uns meses antes e que foram analisadas.

Entre as empresas que entraram no projecto-piloto, havia uma creche, um centro social, um centro de investigação, um banco de células estaminais e várias empresas de consultoria e do sector dos serviços.

O formato não foi igual para todas. Houve empresas que trabalharam só quatro dias, outras coordenaram o dia livre à sexta; noutras foi feita uma rotação do dia livre ou equipas espelho que folgavam à segunda ou à sexta e, em algumas empresas, a sexta-feira livre dependia das necessidades dos clientes. Houve ainda situações em que alguns trabalhadores ficaram de fora, nomeadamente pessoas em licença de amamentação ou com o estatuto de trabalhadores-estudantes.

Ainda assim, em média, as 21 empresas conseguiram uma redução de 12% no número de horas semanais de trabalho.

Pedro Gomes, investigador e professor na Universidade de Londres que coordenou o projecto juntamente com a investigadora Rita Fontinha, explica que a chave para o sucesso da experiência foram as mudanças organizacionais dentro da empresa.

"A semana de quatro dias não é

uma varinha mágica, é um processo muito exigente de mudança organizacional que potencia a eficiência e o desempenho dos trabalhadores", destaca.

Perto de 75% das empresas fizeram, pelo menos, uma mudança organizacional. A mais frequente foi a diminuição do número e da duração das reuniões, mas várias empresas criaram blocos de trabalho ao longo do dia, adoptaram *software* de ferramentas organizacionais, automatizaram ou eliminaram processos, ou ajustaram a calendarização das reuniões com clientes ou fornecedores.

Entre as empresas que participaram na experiência e fizeram duas ou mais mudanças de processos, apenas 8% voltaram à semana de cinco dias, enquanto as empresas que não fizeram mudanças ou fizeram apenas uma mudança, 38% voltaram para trás. "A implementação da semana de quatro dias foi mais bem-sucedida nas empresas que mudaram mais a organização do trabalho", conclui o investigador.

Semana mais curta sem impacto nos lucros

Os investigadores não recolheram dados financeiros para aferir se a produtividade aumentou – essa parte ficará para mais tarde e depende de um protocolo com o Instituto Nacional de Estatística. Ainda assim, no inquérito final, os administradores e gestores das empresas participantes foram questionados sobre os aspectos financeiros do projecto.

Desde logo, e durante o ano de 2023, mais de 70% das empresas tiveram um aumento dos lucros (12%) e 80% deram conta de uma subida das receitas (14%). Estes dados, salientam os autores do relatório, devem ser lidos com cautela e "não indicam que os lucros aumentaram devido à implementação da semana de quatro dias, mas sugerem que a adopção da mesma não está associada a um desempenho negativo nas receitas ou nos lucros".

No que respeita aos custos, apenas uma organização, a creche, teve de contratar mais uma trabalhadora para implementar a semana de quatro dias. Todas as outras não relataram acréscimo de custos.

A maioria dos gestores (60%) também não identificou economias significativas. Ainda assim, alguns apontaram uma redução nos gastos com consumíveis (como água, electricidade, café ou mesmo papel) e outras mencionaram economias devido à redução do absentismo e das horas extraordinárias ou decorrentes da suspensão de outros benefícios existentes (o pagamento do passe, por exemplo).

Avaliando todos os indicadores, 75% dos gestores consideraram a experiência neutra do ponto de vista financeiro e nenhuma empresa a considerou muito dispendiosa. "Estes resultados confirmam que, na grande maioria das empresas, é possível testar a semana de quatro dias sem elevados custos adicionais", lê-se no relatório. A semana de quatro dias, acrescentam os autores, é uma "prática de gestão legítima", uma vez que as empresas "observam grandes benefícios operacionais, como um melhor ambiente de trabalho, menos stress entre os trabalhadores, redução do absentismo e melhorias na atractividade do mercado de trabalho, com custos financeiros de implementação relativamente baixos na maioria dos sectores".

Dificuldade de conciliar trabalho e família caiu para 17%

O relatório aponta ainda para uma redução dos níveis de exaustão dos trabalhadores, com a percentagem de pessoas a referir que sente efeitos negativos relacionados com o trabalho frequentemente a diminuir 12 pontos percentuais.

A melhoria da saúde mental foi acompanhada de uma melhoria da conciliação. A percentagem de trabalhadores a dizer que é difícil ou muito difícil conciliar a sua actividade profissional com a vida pessoal desceu de 50% para 16% e a dificuldade de conciliação com a família caiu de 46% para 17%.

Mais uma vez, as mulheres são as que sentem mais estas melhorias. Antes do projecto-piloto, 50% das trabalhadoras afirmavam ser difícil ou muito difícil conciliar o emprego com a família e a vida pessoal, passados seis meses menos de 14% das mulheres estavam nessa situação.

O impacto positivo "enorme" na vida das pessoas não deve ser ignorado, alertam os investigadores

Concentrar os feriados nas sextas-feiras durante três meses

Quanto ao futuro, os autores do relatório consideram que é preciso continuar a experimentação e testar a semana de quatro dias em diferentes contextos, sublinhando que os passos a seguir estão, sobretudo, do lado das grandes empresas, dos sindicatos e das associações empresariais.

Ainda assim, deixam várias propostas para que esta modalidade de trabalho seja alcançada num horizonte de dez anos. Entre elas, está uma experiência nacional ao longo de três meses, através da alteração da data de todos feriados do ano, concentrando-os nas sextas-feiras dos meses de Abril, Maio e Junho. Ao mesmo tempo, recomendam que sejam dados incentivos às empresas que adoptem a semana de quatro dias, incluindo benefícios fiscais ou alívio de regulamentações burocráticas, e que sejam incluídas disposições no Código do Trabalho que regulamentem a semana de quatro dias.

Respostas surpreenderam os investigadores

Trabalhadores menos qualificados e com salários baixos são os que mais valorizam projecto

Raquel Martins

Trabalhadores dizem que semana de quatro dias tem um valor correspondente a 28% do salário

A generalidade dos trabalhadores abrangidos pelo projecto-piloto da semana de quatro dias considera que a redução do tempo de trabalho, que foi em média de 12% (para 36,5 horas semanais), tem um valor correspondente a 28% do seu salário. Mas são as pessoas com baixas qualificações, salários inferiores a 1100 euros e menos flexibilidade de horários que mais valorizam este benefício, indicando um valor que chega a ser de 36,7% do salário.

Este resultado é considerado muito importante pelos investigadores que coordenaram o projecto-piloto em Portugal, porque mostra que esta forma de organização do trabalho não abrange apenas "uma elite altamente qualificada" de trabalhadores e pode aplicar-se ao "mundo do trabalho real".

No final da experiência, que envolveu directamente 21 empresas e 332 pessoas, foi pedido aos trabalhadores que quantificassem o valor deste benefício em percentagem do salário. As respostas surpreenderam os investigadores. Os trabalhadores com qualificações abaixo da licenciatura foram os que atribuíram um maior valor à redução do tempo de trabalho: 36,7% do salário, em contraste com os 28,6% indicado pelos licenciados e os 23,8% pelos que têm formação superior a licenciatura.

O mesmo aconteceu com os trabalhadores com pouca autonomia na escolha do horário – que apontam um valor superior a 33%, face aos 23% indicados pelos trabalhadores que têm mais autonomia – e com os que recebem salários inferiores a 1100 euros, que consideram que a semana de quatro dias equivale a 32,9% do salário, enquanto os outros trabalhadores atribuem-lhe uma percentagem de 23,5%.

Alternativa a "comprar tempo livre"

Pedro Gomes (na foto), um dos coordenadores do projecto e professor na Universidade de Londres, aponta várias explicações para estes resultados. Em primeiro lugar, destaca, "as pessoas com mais qualificações já têm mais flexibilidade horária ou possibilidade de fazer teletrabalho e um dia de descanso extra não tem assim tanto valor". Já para quem tem menos qualificações, horários rígidos ou trabalha por turnos, "um dia livre por semana ou a cada duas semanas tem um impacto muito grande na sua vida".

Além disso, enquanto as pessoas com salários mais altos têm "a possibilidade de comprar tempo livre" – o que acontece, por exemplo, quando contratam uma empregada de limpeza –, quem "ganha menos enfrenta a mesma pressão de tempo, mas tem menos capacidade financeira para comprar serviços que libertem tempo". Por isso, "aprecia mais o dia livre, que lhe permite realizar actividades que antes eram mais difíceis de conciliar", adianta o investigador.

Este valor que os trabalhadores atribuem à semana de quatro dias "é o valor do tempo". "Onde é que está a pressão do tempo? Está nas mulheres, em famílias com filhos, nos trabalhadores que ganham menos e nos trabalhadores com menos qualificações", sublinha.

"Onde é que está a pressão do tempo? Está nas mulheres, em famílias com filhos, nos trabalhadores que ganham menos e nos trabalhadores com menos qualificações"

Em linha com o que já indicava o relatório intermédio, as respostas confirmam que as mulheres valorizam mais a semana de quatro dias do que os homens (atribuem-lhe um valor de 31% do salário, face aos 21% apontados pelos homens), assim como os trabalhadores com filhos (32% que compara com o valor de 24,2% do salário atribuído pelos que não têm filhos).

Segundo emprego com aumento marginal

O inquérito final aos trabalhadores mostra ainda que a percentagem dos que têm um segundo emprego aumentou de 15,5% para 17%. Ainda assim, os autores do estudo concluem que se trata de uma subida marginal, sinal de que a semana de quatro dias "não acentuou particularmente esta dimensão do mercado de trabalho em Portugal".

No início do projecto, os 15,5% de trabalhadores que tinham uma segunda fonte de rendimento dedicavam nove horas por semana a esta actividade, que lhes proporcionava um acréscimo de rendimento na ordem de 28%. Passados seis meses, 7% dos trabalhadores afirmam passar mais tempo a trabalhar nessas fontes de rendimento e o número de trabalhadores com uma segunda actividade passou a ser de 17%.

Quando se olha para o uso do tempo livre, 64% dos trabalhadores passam mais tempo com a sua família e 44% com amigos, dedicando também mais tempo ao autocuidado (58%) e a passatempos e interesses (57%). "Estes valores sugerem que a implementação da redução horária tem tido sobretudo um impacto positivo ao nível das relações familiares e sociais, bem como ao tempo dedicado a actividades centradas no indivíduo, que seguramente estão associadas aos melhores indicadores de saúde mental e de conciliação entre trabalho e família", referem os autores.

O uso do tempo não é igual para homens e mulheres. Há uma maior percentagem de mulheres, 36%, que passa relativamente mais tempo a cuidar de filhos ou netos comparando com 20% dos homens. Enquanto nos homens as categorias com maior aumento foram outro trabalho remunerado, actividades de âmbito académico ou de formação e televisão, Internet, videojogos ou redes sociais.

Espaço público

As lições da semana de quatro dias

Editorial

Marta Moitinho Oliveira

Se Portugal quiser fazer este caminho, as empresas terão de fazer um esforço de organização interna maior para evitar falhanços e retrocessos

Os resultados finais do projecto-piloto da aplicação da semana de quatro dias em empresas do sector privado, conhecidos hoje, permitem reter várias lições que podem ser úteis para patrões, trabalhadores e para as instituições responsáveis pela elaboração das leis – Governo e Assembleia da República.

Uma delas é o valor do tempo. Numa sociedade rápida como a de hoje, o tempo tem um valor imenso para a grande maioria das pessoas. Menos um dia de trabalho por semana significa mais tempo para conciliar a vida privada com a vida profissional.

Esta era uma conclusão previsível, mas agora ela tem um número que não pode ser ignorado. Os trabalhadores que já passaram pela experiência consideram que o alívio na carga laboral corresponde a 28% do salário. Um ensinamento que, nalguns casos, pode ser útil na hora de negociar contratos de trabalho.

Outra conclusão relevante é a de que a grande maioria das empresas que aplicaram a semana dos quatro dias não apresentou uma redução nos seus resultados financeiros. Ou seja, os trabalhadores trabalharam menos horas, mas as empresas não foram penalizadas. A lição que se tira daqui é que uma mudança destas implica alterações organizacionais.

É pelo menos isso que o estudo mostra: quanto mais sólidas foram as mudanças de organização interna maior sucesso teve o modelo da semana dos quatro dias. Isto porque a percentagem de recuo na adesão à semana de quatro dias nas empresas que fizeram poucas adaptações foi maior.

A lição a tirar daqui é que, se Portugal quiser fazer este caminho, as empresas terão de fazer um esforço de organização interna maior para evitar falhanços e retrocessos. Está-se a falar, por exemplo, em diminuir o número e reduzir a duração de reuniões para que se possa abdicar de um dia de trabalho sem sacrificar o produto final.

Uma terceira lição a tirar resulta das diferenças entre homens e mulheres sobre o que fazer ao tempo livre conseguido com a semana de quatro dias. Há uma percentagem maior de mulheres do que de homens a usar o tempo para cuidar de filhos ou netos e enquanto nos homens há uma percentagem maior a usar esse tempo para outro trabalho pago ou formação académica, ou até actividades de lazer, como ver televisão.

Embora no geral os resultados sejam positivos – mais tempo com a família, amigos e autocuidado –, uma análise por género volta a mostrar uma realidade que se tem traduzido em desigualdade: para as mulheres a quem cabe assumir o papel de cuidadora principal e para os homens que tardam em assumi-lo.

CARTAS AO DIRECTOR

Anacrónica e as gémeas

Ana Sá Lopes escreve no PÚBLICO de ontem uma excelente crónica. Efectivamente até dói a desumanidade com que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) questionou uma mãe que tudo fez para salvar as suas filhas. Como qualquer mãe faria. A crueldade com que foi humilhada pela CPI configurou um péssimo serviço à democracia. Deixemos à Justiça a busca da verdade. Ao Parlamento incumbe principalmente ser órgão legislativo e não palco de vaidades, propaganda e fogos-fátuos na espuma dos dias.

J. Sousa Dias, Ourém

Comissão de inquérito

Quem não for capaz de se colocar, a sério, no papel de Daniela Martins [mãe das gémeas brasileiras], que não comente nem faça perguntas parvas. Se eu estivesse no seu lugar, tentaria virar este mundo de burocracias e cunhas, não vale a pena ignorar, para conseguir obter o mesmo que ela conseguiu. Um dia, as filhas lhe agradecerão do coração. Estas coisas nunca se esquecem, é certo, mas o que eu faria numa comissão de inquérito, fosse ela qual fosse, seria dizer que não me lembrava dos factos que ocorreram há tantos anos.

A gratidão, para mim, não se paga denunciando aqueles que nos ajudaram num momento tão difícil. De mim, nunca esperem isso. Para bom entendedor, meia palavra basta. Todos nós percebemos tudo e certamente faríamos o mesmo. O resto são fantasias.

José Rebelo, Caparica

Carta a João Almeida

Estimado João Almeida: agora que terminou a Volta à Suíça e vai começar o Tour, não podia deixar de lhe escrever. O senhor é a melhor coisa que nos aconteceu no ciclismo em muitos anos. Segui atentamente a competição suíça e regozijei-me pelo seu extraordinário momento de forma. Mas não consegui perceber porque escolheu cortar a meta da sétima etapa de mão dada com o seu companheiro mas rival Yates. Afinal os interesses da equipa já estavam acautelados. As competições fizeram-se para ganhar, não para ficar em segundo, que é o primeiro dos últimos. Ficámos sem saber se o inglês ganhou (essa etapa e a volta) porque foi melhor e, pior, se você podia ter ganho e escolheu ficar em segundo. Muito semelhante à medalha de ouro olímpica que os dois saltadores em altura "negociaram" nos últimos Jogos. Deviam ter competido até haver um vencedor. Repito, as competições são para ganhar, não para negociar. João, por favor, não se conforme, prefiro mil vezes um candidato a campeão derrotado do que um gregário de luxo. Gregarismo é coisa de rebanho de ovelhas. E boa sorte para o Tour.

José Pombal, Vila Nova de Gaia

Ganhar com a guerra

Quem ganha com a guerra Ucrânia/Rússia é o complexo militar e industrial norte-americano. O eternizar da guerra vai ser uma monumental mina de ouro para os fabricantes de armas dos EUA. Armar a Europa é outra narrativa para alavancar a economia de guerra do país que lançou a primeira bomba atómica, varreu o Vietname com napalm e continua a enviar armamento para Israel. Os EUA não têm 300 anos e é incontável o número de golpes de Estado que patrocinaram. Lembram-se da criminosa invasão do Iraque? Não houve crimes de guerra?

Ademar Costa, Póvoa de Varzim

Eurocentrismo e o mundo

Em consequência dos descobrimentos portugueses e da expansão global do comércio, durante os últimos 500 anos o mundo girou à volta da Europa Ocidental, e nos últimos 100 anos em conjunto com os Estados Unidos da América (EUA). Genericamente, chamado eurocentrismo. Este eurocentrismo significa que o comércio, a indústria, a cultura e a actividade social giram em torno da Europa. Após a II Guerra Mundial, o ascenso dos EUA e da Europa Ocidental na economia levou ainda ao aumento da influência global também nas áreas da cultura/ideologia. Nos últimos 50 anos, com o desenvolvimento industrial do Oriente, em especial da China, o eurocentrismo está em perda na medida em que se fortalece a indústria no Oriente. Hoje a fábrica do mundo é a China. Agora existe uma luta económica entre o Oriente (China+Rússia), por um lado, e por outro, EUA/Europa Ocidental. Regra geral, as lutas económicas precedem as guerras. Será que estamos a aproximar-nos do limitar da guerra entre estas duas partes do mundo?

Mário Pires Miguel, Reboleira

PÚBLICO ERROU

Na edição de ontem, o editorial com o título *Carros eléctricos, porcos e um vencedor*, publicado na página 4, referia erradamente que a Nvidia é uma empresa chinesa, quando esta é americana.

As cartas destinadas a esta secção têm de ser enviadas em exclusivo para o PÚBLICO e não devem exceder as 150 palavras (1000 caracteres). Devem indicar o nome, morada e contacto telefónico do autor. Por razões de espaço e clareza, o PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e editar os textos e não prestará informação postal sobre eles cartasdirector@publico.pt

A opinião publicada no jornal respeita a norma ortográfica escolhida pelos autores

ESCRITO NA PEDRA

A raiz do mal reside no facto de se insistir demasiadamente que no êxito da competição está a principal fonte de felicidade.
Bertrand Russell

O NÚMERO

22 mil

PSP regista mais acidentes este ano (22 mil), mas menos mortos e feridos graves, entre 1 de Janeiro

A selecção natural

Ainda ontem

Miguel Esteves Cardoso

Ao ver a selecção a jogar contra a Turquia achei que os jogadores portugueses se estavam a divertir. Aprendi mais sobre os portugueses nos seis anos em que não vivi em Portugal do que em todos os outros.

É que nós aprendemos por comparação. Para avaliar uma coisa, ajuda imenso ter outra coisa com a qual compará-la. Tanto faz ser um café ou um país: julgado sozinho, sem ter outro ali à mão para compará-lo, como é que se consegue sair da cepa torta?

Foi nos jogadores portugueses que trabalham em equipas estrangeiras que encontrei o maior divertimento, a maior alegria, até talvez o maior empenho. Por muito que gostem dos colegas estrangeiros com que jogam, é mais divertido – pelo menos esporadicamente – jogar com outros portugueses.

Para já, podem falar português – que é o maior alívio e a maior liberdade e o maior piadão de todos. Depois, há uma espécie de perdão que o público português em casa está disposto a conceder: perdoamos ter fugido para o estrangeiro para ganhar mais dinheiro, desde que dê o litro quando veste a camisola do país que o aturou quando era um fedelho.

Claro que as rivalidades continuam – sobretudo quando são tantos jogadores a jogar tão bem – mas os jogos da selecção constituem uma espécie de intervalo nessas constantes disputas e medições.

Nota-se muito o divertimento da selecção: é uma vontade pura de jogar, de fazer parte, de contribuir. Nem estou a ser patrioteiro: a selecção turca também estava divertida e empenhada.

Isto de trabalhar fora de Portugal, por muito que se cantem loas ao profissionalismo que só lá fora é que se encontra, é sempre um sacrifício.

Nós cá é que estamos bem – o resto são tretas. Algumas das tretas até podem ser verdade. Mas quase todas são tristes racionalizações, repetidas para consolar a alma durante as solidões do exílio.

Ao contrário dos que cá ficam, os futebolistas portugueses que jogam no estrangeiro estão sempre a representar Portugal, 365 dias por ano. E isso nota-se.

ZOOM UCRÂNIA

VIACHESLAV RATYNSKYI/REUTERS

As pessoas saltam por cima de uma fogueira durante a celebração do tradicional feriado de Ivana Kupala (Ivan, o Banhista), na aldeia de Vytachiv, na região de Kiev

P

publico.pt

Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR
David Pontes
Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira, Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro
Directora de arte
Sónia Matos
Directora de design de produto digital
Inês Oliveira
Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus
Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Aníbal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ípsilon** Paula Barreiros, Inês Nadais (editoras), Pedro Rios (editor Ípsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Maio **18.733 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

ASSINATURAS Linha azul **808 200 095** (dias úteis das 9h às 18h)
publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt

Escutas, buscas, divulgações: os criminosos e o cidadão comum

Teresa Pizarro Beleza

"E não se pode proibi-las?", perguntava António Barreto no PÚBLICO de sábado, dia 22, referindo-se às escutas telefónicas como processo de investigação criminal, dados os agora evidentes riscos e abusos. Em comentário, alguém escreve, defendendo a sua manutenção: "Prejuízo para a sociedade é os criminosos terem mais direitos e garantias que um cidadão comum, como (...) em Portugal."

Esta frase, que fecha o breve comentário, fez-me pensar quão comum será esta errónea convicção, segundo a qual as garantias e os direitos existem nas leis para proteger os "criminosos" e não para beneficiar o "cidadão comum". Isto é, todos nós. Cidadãos e cidadãs suspeitos de alguma coisa ou de coisa nenhuma.

Quando a Constituição da República e demais leis asseguram garantias como a presunção de inocência e outros limites substantivos e processuais à justiça penal, é justamente para protegerem o "cidadão comum" (e a cidadã comum) que as impõem. De quê? Da injustiça, de erros judiciais, da utilização de medidas injustificadas de violação da liberdade, como tipicamente pode acontecer em processos penais. De decisões erradas, por precipitação potenciada pela urgência de encontrar bodes expiatórios, em caso de perturbação grave ou catástrofe, como no conto de Heinrich von Kleist em que um casal de amantes encarcerados (ela no convento, ele na prisão) é absurdamente considerado culpado do terramoto que acaba de destruir Santiago do Chile e um recém-nascido, escolhido por engano, é brutalmente massacrado com base em idêntica crença.

O Direito Penal tende, muitas vezes, a funcionar assim, aplacando a ira, a indignação ou a dor das vítimas ou o seu eco na comunidade. Por isso mesmo, todo o cuidado é pouco. E também por isso que os grandes textos internacionais, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 até aos Pactos e Convenções universais ou regionais, insistem – e com base neles, os vários tribunais que os aplicam – na fundamental importância das garantias individuais, em especial nas situações em que o poder do Estado tende a ser mais radical e absoluto, porque pode privar alguém da liberdade ou até da vida.

O problema das medidas de excepção, permitindo a lei violar direitos individuais em nome de um "bem maior" (a justiça, o apuramento da verdade) como escutas, buscas domiciliárias ou outras, como a detenção de suspeito para ser ouvido ou mesmo a prisão preventiva, que vão sendo aceites na regulamentação legal dos processos judiciais de natureza penal, é desde logo que o seu campo de aplicação (o "catálogo") tende irresistivelmente a estender-se além do campo para que foram criadas. Por vezes com base em definições vagas de criminalidade grave ou violenta, ou apoiadas em relevo social súbito de certo tipo de crimes que as leis acolhem, por preocupação de segurança ou reafirmação de atitude vigilante, por parte do poder que nos protege de todos ou quase todos os males. Dão jeito para investigar, a presença ou autorização e fiscalização periódica de um juiz devem garantir lisura e isenção, controlando eventuais excessos justicialistas ou cedências a ideários populistas. E afinal são coisa de urgência, de excepção, de absoluta necessidade, logo justificadas. Serão?

Quando a Constituição e demais leis asseguram garantias, é justamente para protegerem o 'cidadão comum'

E se a vigilância judicial for facilitada, o prolongamento da sua duração claramente exagerado e, finalmente, os "conhecimentos fortuitos" ou mesmo o material "manifestamente estranho(s) ao processo" (é a expressão técnica para as conversas entre António Costa e o seu ministro João Galamba, agora vindas a público) sobre a vida e o agir de incautos terceiros ficarem à mercê das autoridades e, pouco ou muito depois, de toda a gente, na praça pública, por obra e graça dos *media* a quem alguém as contou, ofereceu ou vendeu? É legítimo que o interesse voyeurista ou de luta política sane a evidente ilegalidade da sua entrega e, depois, da sua divulgação? Que a comunicação social e as "redes" funcionem como sucedâneo dos velhos pelourinhos sem grande apelo nem agravo?

O Ministério Público está a investigar o mais recente e escabroso episódio desta novela, diz a Procuradoria-Geral da República. Fazendo fé na manutenção e reforço do Estado de direito democrático que nos foi finalmente devolvido há 50 anos, aguardamos ansiosa, mas pacientemente as suas descobertas.

Professora jubilada da Universidade Nova. Subscritora do "Manifesto dos 50" por uma reforma da Justiça

"Não haverá humanismo que resista"

Paulo Mendes Pinto

Há momentos em que uma afirmação da máxima barbaridade nos pode dar algum conforto. Se dúvidas houvesse sobre o verdadeiro e profundo posicionamento de André Ventura face ao "processo civilizacional", elas acabaram de ser removidas. O líder do Chega acabou de mostrar que não é apenas um hábil utilizador do cardápio que a extrema-direita tem vindo a implementar, com chavões pontuais que elegeram um grupo de questões populistas, mas também um profundo pensador do fim dos tempos, do nosso tempo.

"Connosco podem ter a certeza de uma coisa: não haverá humanismo que resista." Ao afirmar isto, de forma clara e cristalina, André Ventura já não está apenas a usar um dos lugares-comuns da sua esfera política contra os imigrantes – a afirmação foi proferida num debate parlamentar sobre o tema –, mas a posicionar-se perante um modelo civilizacional que foi construído no Ocidente no último meio milénio.

Perante afirmações como esta, somos obrigados a decidir, a tomar partido, a tornar clara a nossa opção civilizacional. De que lado estamos nesta questão, em que, de um lado da barricada, temos quem nega a valorização humanista que define um percurso de 500 anos e, do outro, quem parece querer colocar os alicerces civilizacionais em causa. Dá-me conforto saber, em termos de valores, qual é "o lado certo da História"; mas a vertigem do abismo apresenta-se à nossa frente com esta profunda e sentida afirmação: "Não haverá humanismo que resista."

E o que significa humanismo, no final deste primeiro quartel do século XXI? Ele é herdeiro do antropocentrismo renascentista, que retirou Deus do centro da visão do mundo, dando um novo papel ao ser humano; é também herdeiro do racionalismo iluminista e da revolução científica que, aliados, construíram o Estado moderno, o Estado de direito, e consolidaram o afastamento, que se iniciara no Renascimento, ao obscurantismo que usava a religião para perseguir e matar; é, assim, descendente da valorização da razão, da crítica e da investigação. O humanismo afirma a liberdade e as capacidades de cada indivíduo, liberto dos constrangimentos que lhe possam tolher o pensamento, a relação com a natureza e a relação com os outros indivíduos.

Sim, civilizacionalmente, somos herdeiros de uma genealogia de conquistas que afirmam uma condição humana. Não matamos, nem sequer, quem matou, porque o ser humano, qualquer que ele seja, está acima de todas as "vinganças"; um ser humano não está acima de nenhum outro e não tem a capacidade, muito menos o direito, de retirar a vida a outro. Além das questões inerentes à fiabilidade da justiça, que muitas vezes acabou por inocentar e libertar quem tinha sido condenado à pena capital, o princípio de não matar é a mais simples conjugação entre o preceito bíblico descrito no Decálogo e a máxima valorização do humano.

Quem hoje vocifera usando princípios religiosos perdeu toda e qualquer ligação e conhecimento aos Textos Sagrados. Não encontrar as raízes do humanismo nas posturas evangélicas de Jesus é como, perante uma grande luz, dizer que está às escuras. Distante em 1500 anos do humanismo renascentista, Jesus mostrou-nos como é possível afirmar a superioridade de todo e qualquer indivíduo através da ideia de salvação e de superação das falhas de cada um.

Um mundo que negue o humanismo é um mundo onde a ciência pode ser contrariada por uma opinião; é um mundo onde a laicidade e a secularização podem ser postos em causa; é um mundo onde a liberdade religiosa é perfeitamente secundária; é um mundo onde uma visão religiosa define a moral que todos têm de seguir; é um mundo onde as liberdades individuais são castradas por uma visão de coletivo que se impõe de forma omnipotente; é um mundo que diz ao indivíduo que ele não precisa de pensar porque tem quem pense por si.

Bem-vindos ao "novo mundo" que André Ventura nos apresenta. Hoje, o problema deixou de ser a medida A ou B que o Chega apresenta. O verdadeiro problema apresentou-se-nos de forma clara: a sociedade desenhada, e desejada, pela extrema-direita é uma sociedade que se afasta de todos os direitos construídos em meio milénio de civilização. O risco é que seja mesmo outra civilização.

"Não haverá humanismo que resista" é uma verdadeira ameaça que nos é gritada ao ouvido. Só não ouve quem não quer.

Director-geral académico - Ensino Lusófona-Brasil

O couraçado de Putin-Kim

Jorge Tavares da Silva

A recente visita de Vladimir Putin à Coreia do Norte encheu-se de toda a pompa e circunstância, com uma espetacularidade visual que poderia ter sido glorificada pelas lentes do cineasta soviético Serguei Eisenstein. Os tempos são outros, mas encontramos ali uma certa vontade de recriação dos laços de amizade do tempo da Guerra Fria que uniram o regime comunista soviético ao regime norte-coreano. Para lá da coreografia propagandística, as cenas a cores garridas atuais têm tanto de pavoroso como de patético. As contrariedades da guerra na Ucrânia deixaram Putin sozinho na sala, faz birra e procura consolo nos parceiros malcomportados.

Não se trata de um alinhamento com o Sul global, já que muitos destes países rejeitam esta aproximação tática ao "eixo do mal". O pacto militar que agora se estabelece é feito entre foras-da-lei, mais próximo das imagens do velho Oeste americano do que dos fotogramas heróicos da Revolução Soviética. Putin e Kim navegam um novo couraçado, uma blindagem metálica contra as democracias liberais, as liberdades individuais, o mundo com regras, promovendo sem contemplações o regresso à anarquia.

Uma Rússia ainda há pouco fortemente integrada no sistema internacional, com uma diplomacia alargada, participando nas grandes questões das organizações e fóruns globais, descontrola-se na exaltação nacional e marcha pela via do aventureirismo. O líder do Kremlin, formatado até à medula na doutrina do KGB, vive inseguranças proféticas, imagina geografias e troca facilmente a voz serena da diplomacia pelo rugido da ameaça.

A visita de individualidades estrangeiras a Moscovo foi revelando toda a essência de quem era e ao que vinha. Ninguém foi capaz de ver e ouvir, porque os fluxos da energia abafavam o som da sala. Sentar convidados nas pontas de mesas imperiais era já o sintoma do desacerto, em que os próprios conselheiros ficam a uma distância reverencial. São os vícios de quem está há muito tempo no poder e vive com os temores de o perder. Putin dorme com os seus fantasmas, tem pesadelos idênticos aos de Estaline, captou-lhe os tiques de insegurança.

A Coreia do Norte, a mais sancionada nação do planeta, é agora o parceiro de consolo político e de armas para um dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Para o líder russo, deixou de importar que o regime de Kim Jong-un funcione como um agitador regional, que propague a ameaça nuclear e exerça sobre a sua população a mais sórdida das repressões. Segue pela via do utilitarismo imediato, explora o caos e a desordem, forma uma *aurea mediocritas*.

A "parceria estratégica abrangente" assinada entre os dois dirigentes inclui um compromisso de "ajuda mútua" em caso de agressão, com impactos imediatos na Coreia do Sul. A jogada, por um lado, visa abastecer de munições a Rússia para o seu esforço de guerra, para a agressão militar à Ucrânia; por outro, acrescenta suporte político para afrontar os Estados Unidos e a ordem internacional estabelecida.

O regime norte-coreano, especializado em redes de crime organizado que utiliza para se financiar, pode contribuir para o desenvolvimento de múltiplas dinâmicas informais que também possam financiar a Rússia sancionada. Lembro o secreto "gabinete 39", que através de ataques cibernéticos e outras atividades ilícitas, uma parte através de correio diplomático, consegue fontes de receitas obscuras. A população deste país, fora da capital, vive em condições de vida deploráveis, havendo fome e desnutrição, para que os responsáveis políticos fortaleçam os seus delírios armamentistas. O alimento espiritual que visa agregar a população em torno dos projetos político-securitários é o ódio aos Estados Unidos. O medo e o culto do inimigo são duas substâncias essenciais para a sustentabilidade política do partido no poder. Desde a escola primária que se aplica uma "lavagem cerebral" que incute nos mais novos o conceito do mal como sendo os "bastardos americanos".

O pacto entre Putin e Kim promete o acesso a tecnologia militar e nuclear, de que o governo norte-coreano tanto precisa para as suas demonstrações de força face à Coreia do Sul. Talvez o parceiro menos acrimonioso e ponderado possa ser a China, que não se quererá ver envolvida em contendas alheias que lhe prejudicam o acesso aos mercados internacionais. As relações económicas com a Coreia do Sul e o Japão são relevantes para a China. Um piscar de olho de Washington a Pequim, através de um aligeiramento nas barreiras comerciais e algumas cedências em relação a Taiwan poderia alterar as regras do jogo e deixar a Rússia numa posição mais difícil. Assim aconteceu em 1972, quando Nixon foi a Pequim fazer a "viagem que mudou o mundo". A política internacional é pródiga em oferecer situações pouco plausíveis.

A verdade é que a nova coreografia russo-norte-coreana está assente em motivos de *realpolitik*, ditada pelos ventos da necessidade e pela chuva do desespero. Se em Pequim se percecionar que Pyongyang se tornará menos previsível e um risco maior, podemos ter algum arrefecimento das relações sino-russas. A Rússia interessa à China pela metade, esta não quererá atender a todas as "birras" do parceiro malcomportado. O gigante asiático continua a defender a desnuclearização da Coreia do Norte, o que não é propriamente o que está a acontecer com este novo pacto militar. Os chineses parecem não querer fazer parte de uma "aliança" Putin-Kim-Xi, cujo alinhamento lhe sai caro na sua imagem internacional.

Ao que parece, a viagem de Putin a Pyongyang seria para realizar após a visita deste a Pequim em maio passado. Não se realizou, porque Xi Jinping não queria aparecer ligado a este eixo político. Dos três atores, a China é a nação que mais precisa dos grandes fluxos de comércio internacional. Se fosse sujeita a uma ofensiva de sanções económicas, teria um contexto de enorme adversidade económica.

No passado, as pressões de Estaline para a China entrar na guerra da Coreia fizeram-na perder Taiwan até aos dias de hoje. A China pragmática não vai dar passos em falso. Se a Rússia é força, a China é sabedoria. Para já, não está em cima da mesa qualquer viragem no tabuleiro de poderes. Enquanto isso, intensificam-se as tensões na Península Coreana e o cenário de um conflito armado com graves repercussões globais não pode ser retirado das apostas.

Se em Pequim se percecionar que Pyongyang se tornará menos previsível e um risco maior, podemos ter algum arrefecimento das relações sino-russas

Analista de Assuntos Chineses, Universidade da Beira Interior

REUTERS

PS à procura do caminho de regresso ao poder mas esquerda não mostra união

Com dois resultados eleitorais próximos da AD, o PS ainda estuda como poderá inverter a mudança de ciclo político sem a força da restante esquerda e longe da maioria absoluta de Costa

Liliana Borges

Mais fraca e fragmentada, a esquerda perdeu a maioria nas eleições legislativas de 10 de Março e de lá para cá os aparentes esforços para reconstruir a ideia de uma "unidade" à esquerda não têm tido efeitos práticos. O resultado das eleições europeias — com o PS, PCP e BE a perderem um eurodeputado cada e o Livre a não conseguir eleger — confirmaram o desgaste. Se Pedro Nuno Santos, secretário-geral do PS, garante que "não tem pressa", é porque no Largo do Rato existe a consciência de que não estão reunidas as condições para derrubar o Governo e oferecer uma alternativa de esquerda que seja mais estável do que a actual composição. E também não há sinais de uma estratégia definida para conquistar esse objectivo.

O primeiro sinal de esforço para inverter o actual panorama político foi dado por Mariana Mortágua, líder do BE, ao convocar os restantes partidos para reuniões para uma "convergência na oposição". Todos aceitaram e dentro da direcção do BE o balanço dos encontros foi "positivo". No final da ronda, Mariana Mortágua afirmou que existia uma "disponibilidade para uma articulação entre direcções parlamentares" e "entre direcções políticas", não apenas "na oposição no Parlamento, mas também para futuro".

Porém, há quem considere que os resultados da primeira ronda de encontros foram insuficientes e tenha relançado o repto. Ontem, o Livre anunciou que convidou os líderes do PS, Bloco, PCP e PAN para se reunirem e "analisar a situação política actual, na sequência das últimas eleições para o Parlamento Europeu. O objectivo é preparar uma estratégia eleitoral para as autárquicas de 2025.

Mas se do lado do BE e Livre há uma intenção de convergência à esquerda, do lado do PCP sentem-se mais resistências. Neste sábado, o secretário-geral do PCP, Paulo Raimundo, acusou os socialistas de, "quando chega a hora H", não saírem do sítio onde o PS "sempre esteve e onde se quer manter: junta-se ao PSD, Chega e CDS". Nas legislativas, o PCP foi o segundo partido à esquerda que mais perdeu nas urnas, com menos cerca de 30 mil votos face às legislativas de 2022 e vendo a bancada parlamentar diminuir de seis para quatro deputados.

PAULO PIMENTA

RUI GAUDÊNCIO

Pedro Nuno Santos (em cima) e Rui Tavares (em baixo), líderes do PS e do Livre, respectivamente

Livre convidou os líderes do PS, Bloco, PCP e PAN para definição da estratégia para as autárquicas

O trajecto de erosão eleitoral do PCP já recua a 2019, quando o partido perdeu metade da sua bancada parlamentar. Dependente de uma base de apoio eleitoral envelhecida e com dificuldades de renovação, o partido justifica a actual crise eleitoral com "anticomunismo", queixando-se de a sua posição acerca da guerra na Ucrânia — muitas vezes isolada no Parlamento — ter sido distorcida. Além disso, permanece a crença de que o partido continua a ser prejudicado pelo apoio parlamentar dado ao PS, entre 2015 e 2019, o devido à percepção de alguns eleitores de que compromissos feitos em coligação comprometeram a sua identidade ideológica.

Do mesmo se queixam alguns bloquistas, que também atiram culpas à maioria socialista e a desilusão generalizada do país, em especial tendo em conta que a legislatura foi encurtada devido à *Operação Influencer*.

Ainda assim e embora também tenha perdido 14 deputados em 2022, nestas eleições europeias o partido conseguiu "resistir" e agarrar todos os lugares da bancada parlamentar e crescer mais de 30 mil votos, para 274 mil. Já João Oliveira conseguiu agarrar mais alguns votos nos comunistas, embora o partido tenha perdido cerca de 65 mil votos face a 2019. A escolha dos cabeças de lista dos dois partidos, Catarina Martins pelo BE e João Oliveira pelo PCP, também terá evitado resultados mais desastrosos.

Crise alastrada da esquerda

Para Catarina Martins, ex-coordenadora do BE, os resultados das últimas eleições reflectem um "tempo de refluxo de esquerda". No seu espaço de comentário na SIC Notícias, no programa Linhas Vermelhas, a recém-eleita eurodeputada bloquista admitiu que a reorganização da esquerda "é uma tarefa difícil". Embora reconheça a responsabilidade de não ter conseguido agarrar os dois lugares do Bloco de Esquerda no Parlamento Europeu, Catarina Martins usa o mesmo argumento ouvido nos corredores do BE (e do PCP) de que estas eleições "não são isoladas" e que resultam também da forma como o último Governo de António Costa "se deteriorou" e arrastou a esquerda consigo. Ainda assim, a ex-líder do BE continua a defender que serão necessárias "alianças claras" que enfrentem "o projecto da direita".

Ora, no discurso de vitória do PS nas eleições europeias, Pedro Nuno Santos foi original nas contas e vincou que, "sem o Chega, a esquerda foi maioritária". Porém, no Largo do Rato, as contas são de que o PS já não colhe vantagem prática em aliar-se à restante esquerda, uma vez que uma reedição da "geringonça" seria, desta vez, insuficiente para fazer frente às bancadas da direita.

É que, neste momento, o único partido à esquerda a crescer é o Livre, mas ainda longe de poder ser uma muleta do PS. Depois de ter conseguido aumentar a representação parlamentar para quatro deputados, o Livre ficou à porta do Parlamento Europeu, mas por pouco, com o seu melhor resultado de sempre numas europeias. Embora o crescimento do Livre tenha sido significativo para o partido, os resultados não lhe permitem compensar as perdas da esquerda tradicional, funcionando mais como um fragmentador. Isso, somando à estagnação do BE e do PCP a nível nacional, coloca desafios significativos para a formação de uma coligação de esquerda robusta.

Com PS e PSD/CDS taco-a-taco nas duas últimas eleições e sabendo que se provocar uma crise política poderá ser penalizado nas urnas, o PS terá de encontrar uma forma de marcar a liderança da oposição que o permita afastar-se da "cheringonça" (com o Chega colado à pele do PS no combate ao Governo no Parlamento) e decidir se quer continuar aliado à restante esquerda, mesmo que essa convergência não se traduza em mais força eleitoral, ou se apostará num caminho de isolamento, centrado na reorganização de um PS que poderá voltar a dar-se ao conforto de dispensar o apoio de quem se senta à sua esquerda.

Luís Montenegro desafia PS e Chega a "juntarem-se ao Governo para decidir bem"

Maria Lopes

Primeiro-ministro e líder do PSD aposta no discurso aos jovens, procurando mostrar um novo empenho nesta faixa etária

"Nas oposições há muitos faladores, mas no Governo há muitos fazedores. (...) Nós não estamos aqui para proclamar; nós estamos aqui para decidir e para governar", avisou ontem Luís Montenegro no discurso de encerramento do 28.º congresso da Juventude Social-Democrata. O líder do PSD e primeiro-ministro elencava uma lista de medidas que o seu executivo tomou nestes dois meses e meio de mandato, com especial incidência nas políticas para os jovens, quando deixou, primeiro, uma crítica aos dois principais partidos da oposição, que lhe têm dificultado a vida na Parlamento, e logo depois um apelo.

"Cada partido escolhe a sua estratégia e o seu caminho. Cada partido responde perante os portugueses pelas suas opções. Ao PS só quero dizer uma coisa, que, aliás, também vale para o Chega: se a vontade que o PS tem é juntar-se com o Chega, ou o Chega a vontade que tem é juntar-se com o Partido Socialista, a vontade do Partido Social Democrata é juntar-se com Portugal e com os portugueses para resolver os seus reais problemas", afirmou Luís Montenegro.

"A uns e a outros nós dizemos: preocupem-se menos em juntarem-se um com o outro e juntem-se aos portugueses. E a melhor maneira de se juntarem aos portugueses é juntarem-se ao Governo para decidir bem aquilo que hoje são as principais necessidades da vida de cada português", apelou o líder do executivo.

Luís Montenegro

Horas depois chegou a resposta do líder socialista. "A conversa sobre a aliança entre o PS e o Chega é absurda, não tem sentido", disse Pedro Nuno Santos, citado pela Lusa, numa cerimónia do São João, no Porto.

Luís Montenegro deu depois alguns exemplos dessas suas boas decisões governativas em 60 dias, como o "acordo histórico com os professores", o programa de emergência para a saúde, o plano de acção para a imigração, as medidas para a habitação.

Falando para uma plateia de jovens no Campo Pequeno, em Lisboa, onde decorreu o congresso da JSD, o também primeiro-ministro defendeu que o Governo tem vindo a cumprir o compromisso eleitoral que assumiu com esse "pilar essencial" que é a juventude. Lembrou que este executivo deu o estatuto de ministério à pasta da Juventude, entregue a uma antiga líder da JSD; realçou que o PSD aposta em jovens que ainda têm idade para estar na JSD, como a deputada Gabriela Cabilhas e o cabeça de lista às europeias, Sebastião Bugalho; e vincou que "o projecto do PSD para Portugal tem a juventude no seu epicentro".

"É hoje absolutamente prioritário dar à juventude portuguesa a esperança e a confiança para poder ter futuro em Portugal; é do interesse dos jovens manterem a ligação às suas terras (...), mas é também do interesse geral do país" a manutenção de recursos humanos qualificados no território. "Para termos uma sociedade mais equilibrada, criarmos mais riqueza, que possa pagar mais salários e sustentar as políticas sociais para ajudar aqueles que necessitam da mão do Estado nos momentos de maior vulnerabilidade. Para termos crescimento económico sustentado e melhores salários, e termos garantias de que o Estado social funciona, precisamos da juventude portuguesa em Portugal a trabalhar", justificou Montenegro.

Duas negas dificultam a vida a Albuquerque

Depois do PS, também o partido Juntos Pelo Povo (JPP) não vai participar na reunião de hoje com o executivo madeirense, liderado pelo PSD, para consensualizar medidas para o Programa do Governo. O anúncio foi feito ontem pelo secretário-geral do partido, Élvio Sousa. "Não queremos fazer parte de um encontro onde os intervenientes não têm credibilidade no uso da palavra, não são de confiança e praticam a mentira, com a ajuda dos meios de propaganda subsidiados pela região", afirmou o dirigente em comunicado.

De acordo com a nota, o dirigente do JPP adiantou, à margem de uma iniciativa à saída das eucaristias, no Funchal, que os militantes e os órgãos do partido decidiram, em encontros realizados no sábado, que não iriam participar em "reuniões secretas feitas nas costas do povo".

Na quarta-feira, o presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque, anunciou a retirada do Programa do Governo da discussão que decorria desde o dia anterior no parlamento madeirense e que tinha votação prevista para o dia seguinte, quinta-feira. Essa foi a forma de Albuquerque evitar o chumbo do documento, uma vez que PS, JPP e Chega, que somam um total de 24 deputados dos 47 que compõem o hemiciclo, tinham anunciado o voto contra.

Apesar de ter ganho algum tempo para mais negociações, sobretudo com o Chega, já que o apoio dos seus quatro deputados lhe permitiria aprovar o Programa do Governo e manter-se no poder, a estratégia não lhe terá valido de muito, pelo menos para já. Depois de o PS e o JPP terem chegado a um acordo, poucos dias depois das eleições, para tirarem o PSD do poder, não é surpresa que recusem sentar-se à mesa com os sociais-democratas.

Na quinta-feira, o executivo indicou, em comunicado, que convidou todos os partidos com assento parlamentar para uma reunião, hoje, para consensualizar propostas para o programa do executivo. O encontro é promovido pela Secretaria Regional da Educação, Ciência e Tecnologia, que tem a tutela dos assuntos parlamentares no arquipélago. Nas eleições, o PSD elegeu 19 deputados, ficando a cinco de conseguir a maioria absoluta. **PÚBLICO/Lusa**

Miguel Albuquerque retirou o programa e tentou ganhar tempo, mas para já sem efeitos

Quando a vida dos ciganos era quase uma impossibilidade

Historiador Francisco Mangas mergulha nos arquivos e levanta véu sobre estratégias de sobrevivência na Época Moderna

Ana Cristina Pereira

Expulsos do reino, desterrados para as terras de além-mar, condenados ao trabalho forçado nas galés ou encarcerados pelo "crime" de serem ciganos. A vida desta minoria étnica era, nas palavras do historiador Francisco Mangas, "quase uma impossibilidade" no Portugal dos séculos XVI, XVII e XVIII e isso pouco mudou no século XIX.

Na tese de doutoramento que acaba de defender na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o jovem investigador de 30 anos não se centrou na sucessão de leis repressivas ditadas pela Coroa. Procurou alargar o *corpus* documental para situar os ciganos no conjunto da sociedade portuguesa e perceber como era o seu quotidiano. O resultado é um trabalho que valoriza a sua capacidade de resistência e revela que, apesar de todos os obstáculos, alguns foram conseguindo encontrar um lugar na sociedade.

A tese intitula-se "A outra minoria - uma história dos ciganos portugueses durante a Época Moderna". E isso por si só é "uma crítica aos historiadores que tanto enfoque têm dado aos judeus e aos cristãos-novos, votando ao ocaso ciganos e outros grupos minoritários, como os galegos, os "mouriscos" ou os homossexuais.

Paralelo com judeus

Na tese, o investigador não dá muito espaço à "obsessão com as origens". Há muito que se sabe que são originários do Norte da Índia. Passaram pela Pérsia e pela Arménia, entraram no Império bizantino, que deu lugar ao otomano. E avançaram Europa dentro.

Houve duas fases de entrada na Península Ibérica. "Um primeiro fluxo, nos inícios do século XV, originou grupos classificados como egiptanos ou egipcianos; uma onda mais tardia apresentou-os como grecianos." Não é clara a razão pela qual passaram a ser designados por gitanos em Castela e ciganos em Portugal.

Terão entrado em Portugal na segunda metade do século XV, um período de mudança. "Caminhava-se a passos largos para as primeiras afirmações sobre a 'nação' portuguesa enquanto corpo concreto e unificado em torno de uma 'comunidade histórica'", explica. A sua chegada "dificilmente seria tolerada nestes tempos de uniformização em direcção à sociedade imaginada".

O fosso não era religioso, como no caso dos judeus. Era "feito de quotidianos diferentes, mas também de marcas identitárias fortes como o uso de uma língua [caló, variante do romani] e de outros elementos exteriores pouco inteligíveis para o restante corpo social".

Em 1496, D. Manuel I ordenou a expulsão de todos os judeus. Em 1526, há quase 500 anos, D. João III emitiu a primeira lei de expulsão dos ciganos do reino. A seguir às várias tentativas de expulsão, vieram as de assimilação forçada, as de desterro nas colónias (com destaque para o Brasil) ou trabalho forçado nas galés.

O historiador sublinha que, "no caso judaico, o êxodo do território peninsular foi a principal estratégia de antagonismo a uma política opressora". Já os ciganos, "à semelhança do sucedido noutros pontos da Europa, expulsos por toda a parte, permaneceram em quase todo o lado".

"Quando lemos as leis sobre os ciganos em Portugal, vemos que eram vistos como um apêndice que era preciso separar e até eliminar", diz. "Depois, quando lemos os processos da Inquisição, vimos pessoas que viviam os seus quotidianos integrados na sociedade."

Francisco Mangas dá o exemplo de um homem chamado José Correia, preso no século XVIII. A julgar pelas leis e alvarás em vigor, a sua vida "seria uma impossibilidade – a própria actividade de venda de animais de carga a que se dedicava estar-lhe-ia vedada".

Apesar dos estereótipos, a população cigana mantém a capacidade de reafirmar a sua identidade, diz o investigador

Esse homem vivia em Santa Comba Dão, onde tinha casa e oliveiras. Os vizinhos atestaram a sua respeitabilidade. Mas, sublinha o historiador, "acrescentaram sempre um mas: mas ele é cigano, mas ele convive com ciganos". O preconceito (e a desconfiança associada) ressalta constantemente na documentação.

Mergulhou no arquivo nacional da Torre do Tombo, nos arquivos distritais de Évora, Beja, no arquivo municipal de Lisboa. E viu como as vivências das pessoas ciganas estavam "sob constante suspeição".

Testemunhos na Inquisição

Em Montemor-o-Velho, por exemplo, um documento de 1549 indicava que se exigia aos ciganos que por ali passavam uma fiança. No lugar de Moraes, em Bragança, por exemplo, um documento de 1624 revela que os aldeões costumavam tocar o sino sempre que se aproximavam ciganos, como se fossem uma ameaça.

FOTOS: PAULO PIMENTA

“São poucos os testemunhos do impacto real das medidas repressivas no dia-a-dia das famílias ciganas”, lê-se na tese. “Os processos da Inquisição ajudam neste ponto.” Preservam, por exemplo, “as palavras de Maria da Costa, presa em Tavira, nos inícios de Setecentos, na sequência da ordem régia de ‘prender todos os ciganos’”. Blasfemou e “‘renegou Deus’ ao ser informada de que o seu marido havia sido levado para a prisão do Limoeiro, antecâmara do degredo”.

Ser aceite para muitos implicou diluir-se. Por exemplo, um homem chamado Martim do Santo pediu, em 1605, para ser admitido como morador de Évora, bem como a mulher e os filhos.

Tal direito foi-lhe concedido com a condição de não recolherem “em sua casa cigano nem pessoa alguma cigana de nação nem falarem a sua língua e andarem vestidos à portuguesa”.

Contra tudo e contra todos, a população cigana resistiu cinco séculos. “Acho que a grande marca da sua história é esta capacidade de resistência, não só em Portugal, mas um pouco por todo o lado, por toda a Europa”, conclui Francisco Mangas

Outro exemplo é o de Matheus de Almeida. Também só conquistou o direito a viver na cidade de Évora com a sua família mais próxima ao abandonar “características que o individualizavam como cigano”. Até a memória dessa vida deveria apagar.

Em toda a Época Moderna, usaram-se cartas de vizinhança para circular entre concelhos. “Num Portugal fragmentado em múltiplas jurisdições nem sempre dialogantes, a sua circulação pelo território era tolerada e até permitida por uns, contra a vontade de outros.” Escreve o historiador que tal tolerância “era apenas conseguida à custa de uma enorme incerteza nos quotidianos dos membros da minoria em apreço”. Em qualquer momento, podiam perder essa autorização.

Há muitas contradições que dificultam a vida das pessoas ciganas no período em estudo. Até porque as “tentativas de sedentarização forçada cedo esboroaram numa resistência local difícil de ultrapassar”.

Francisco Mangas recolheu vários exemplos de acção local. Vila de Pombal, por exemplo, recebeu em 1654 o direito de ali não passarem nem se instalarem ciganos.

Não se sabe porquê, houve uma determinação de João IV para concentrar os ciganos em Torres Vedras, Leiria, Ourém, Tomar, Alenquer, Montemor-o-Velho e Coimbra. “A normativa aplica-se aos ‘velhos’, suas mulheres e filhos ‘de pouca idade’; aos varões jovens o destino seria o ‘servir na guerra’” da Restauração. Um ano depois, a Coroa proibiu o arrendamento de casas a ciganos.

Viragem em 2022

É costume apontar a Constituição de 1822 como ponto de viragem. Estabeleceu que quem nascia em Portugal tinha direito a ser português, mas exigia pai português. Foi a Carta Constitucional de 1826 que estabeleceu que quem nascia em Portugal era português, sem mais.

Francisco Mangas considera que o valor simbólico daquela data deve ser reconhecido. Observa, todavia, que pouco mudou. “As penas criminais foram substituídas por medidas administrativas: os ciganos são submetidos a uma vigilância especial das polícias.” E será assim até depois da Revolução de 1974.

Contra tudo e contra todos, a população cigana resistiu cinco séculos. “Acho que a grande marca da sua história é esta capacidade de resistência, não só em Portugal, mas um pouco por todo o lado, por toda a Europa”, conclui Francisco Mangas. “É a capacidade de, perante este conjunto legislativo e estes estereótipos que se estão estabelecendo, reafirmar a sua identidade, sempre.” E isso mantém-se ainda hoje, Dia Nacional das Pessoas Ciganas.

Vistos como “maus, sempre culpados”

Pina Manique quis retirar crianças ciganas aos pais

Ana Cristina Pereira

Francisco Mangas põe o foco no anticiganismo de Pina Manique

O historiador Francisco Mangas põe o foco no anticiganismo de Pina Manique, célebre intendente-geral da Polícia da Corte e do Reino. Esta espécie de ministro – com poderes nas áreas judicial, policial e de assistência social – foi ao ponto de querer retirar as crianças aos pais e concentrá-las na Casa Pia de Lisboa.

Para Pina Manique, os ciganos eram “invariavelmente, e por natureza, maus, sempre culpados”. Só escapavam a tal julgamento as crianças, “ainda moldáveis no sentido da ‘fé cristã’ e das ‘actividades produtivas’”.

“A partir da última década do século XVIII as comunicações do intendente aos diferentes oficiais locais começam a referir a necessidade de, nas grandes campanhas anticiganas então em curso, serem separadas as mulheres e as crianças”, lê-se na tese “A outra minoria – uma história dos ciganos portugueses durante a Época Moderna”. Seriam enviadas para o Castelo de São Jorge, onde seriam “instruídas na moral cristã, nas obrigações civis”, e aprenderiam “artes e manufacturas” ou ciências.

Lembra o historiador que não foi a primeira vez que alguém ordenou a retirada de crianças ciganas às famílias. “Já em 1647 se determinara que crianças e adultos de etnia cigana fossem apartados uns dos outros; em 1760, ‘os rapazes de pequena idade, filhos dos ditos ciganos’, ficariam ao cuidado de mestres, para aprenderem ofícios.”

Francisco Mangas não conseguiu apurar até que ponto essa orientação de Pina Manique foi cumprida. E isso mereceu-lhe crítica na defesa da tese de doutoramento em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A historiadora Laurinda Abreu era arguente e tem dados novos. “Ela e estudantes que estão a trabalhar com ela fizeram uma análise estatística da Casa Pia de Lisboa, para este período do final do século XVIII, e só encontraram quatro crianças ciganas ou com essa indicação.”

Não lhe parece, porém, que a pouca expressão dos números altere “o princípio, o que estava a propor”. “Muitas crianças passaram pela Casa Pia, mas eram órfãs ou filhas de mulheres que se prostituíam, de famílias que nós diríamos hoje desestruturadas. Enquanto o que se pretendia com as crianças ciganas era que fossem retiradas à família por serem ciganas, para deixarem de ser ciganas.”

Sobre a população cigana, Pina Manique escreveu que era “‘uma espécie infame’, ‘a mais prejudicial’”. Interpretava a pobreza e a marginalidade como situações transitórias e reformáveis, a menos que fossem vividas por ciganos.

Eram grandes defensores das deportações, que foram sistemáticas do final do século XVI ao final do século XVIII. “Ainda em 1782, Pina Manique ordenava ao Corregedor da Guarda a prisão de ‘todos os ciganos’ dessa Comarca para serem encaminhados para o Estado da Índia, fruto ‘do Rumor de que vossa mercê me dá conta [que] há nesse Povo de todos eles serem ladrões.’

“Prender ciganos apenas por ‘o serem’ é um aspecto constante nas ordens emanadas pela Intendência-Geral da Polícia”, escreve Francisco Mangas. “O juiz de Estremoz, por exemplo, era informado em 1787 de que os ‘furtos e mais delitos’ alegadamente cometidos por um grupo de presos poderiam não ser provados nos ‘sumários’ da prisão, pois ‘bastava que se identifique com legalidade que eles são ciganos’.”

“Essas ordens parecem executadas sem grandes discussões, pois essas eram ‘as leis de sua majestade e as ordens desta Intendência a fim de [...] [se conseguir] afugentar deste Reino esta péssima gente’. Só em momentos raros se questiona a prisão de ciganas e ciganos ‘sem culpas’, ou seja, sem que lhes seja associado um crime.”

Quase metade dos jovens portugueses diz sentir-se “muito próxima” dos pais

Marta Sofia Ribeiro

Em Portugal, 49,5% dos jovens dizem sentir-se muito próximos dos pais em termos afectivos. Só ficam atrás de espanhóis e gregos

PAULO PIMENTA

Os jovens portugueses só vão viver sozinhos ou com outras pessoas aos 29,7 anos, em média

Percentagem de jovens que se diz sentir "muito próximo" dos pais de um ponto de vista afectivo, por país, 2020

Fonte: Observatório Social da Fundação La Caixa

PÚBLICO

São próximos dos pais, com quem mais de metade convive todos os dias, encontram-se com amigos, familiares ou colegas depois do trabalho várias vezes por semana e têm círculos de amigos próximos pequenos. É este o retrato dos jovens portugueses traçado num dossier do Observatório Social da Fundação La Caixa, com dados do *European Social Survey* recolhidos entre 2020 e 2022.

O artigo *Personal relationships of young adults with their environment* [Relações pessoais de jovens adultos com o seu ambiente], publicado num dossier do Observatório Social da Fundação La Caixa, explora a forma como jovens portugueses e espanhóis (dos 18 aos 34 anos) interagem com as suas redes afectivas – pais, amigos, colegas –, e a profundidade dessas relações, comparativamente com os restantes países da União Europeia (UE). Os dados apresentados não têm em conta Dinamarca, Luxemburgo, Malta e Roménia.

“A evolução das sociedades ocidentais nas últimas décadas tem sido marcada pela individualização das relações e quebra de laços comunitários”, lê-se no documento. Ainda assim, nos países do Sul da Europa essa tendência tem sido mais lenta: continua a haver uma proximidade familiar elevada. Até porque, dizem os autores, é na rede familiar que está a fonte mais importante de recursos – dinheiro, uma casa – que “compensa a falta de protecção por parte do Estado”.

Em Portugal, 49,5% dos jovens dizem sentir-se muito próximos dos pais e só os jovens espanhóis e gregos respondem afirmativamente mais vezes, 56,6% e 51,1%, respectivamente. A média dos 27 Estados-membros da UE fica nos 37,9% e há cinco países abaixo da barreira dos 30%: Finlândia, Lituânia, Letónia, Polónia e Estónia.

E mais: 51,2% dos jovens portugueses – mais de metade – estão todos os dias com os pais. Em Espanha o número sobe para 70,6%. Os autores do artigo afirmam que uma das possíveis explicações para esta proximidade prende-se com o facto de muitos jovens ainda viverem em casa dos pais – um relatório da OCDE concluiu que três em cada quatro jovens portugueses entre os 20 e os 29 anos estão nessa situação.

Segundo dados do Eurostat, os portugueses só vão viver sozinhos ou com outras pessoas, em média, aos 29,7 anos e os espanhóis aos 30,3. E ainda que essa saída tardia – em muito relacionada com a crise da habitação – obrigue os jovens a estarem mais frequentemente com os pais, a verdade é que, mesmo depois de saírem de casa, a tendência de proximidade mantém-se.

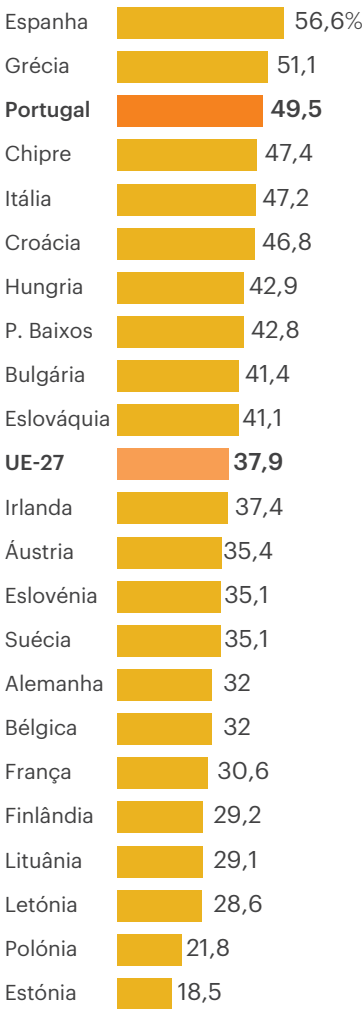
Mas não só de relações parentais vivem os jovens: conviver com outras pessoas – amigos, colegas de trabalho – é crucial para o desenvolvimento emocional. “A sociabilidade é a chave para o desenvolvimento da trajectória de vida dos jovens” e quanto mais coesa for a sua rede, que pode englobar desde as relações mais próximas às mais distantes, mais oportunidades terão. Por exemplo, pessoas desempregadas ou em situações de instabilidade laboral têm mais dificuldade em criar uma rede de contactos e ficam, por isso, mais desprotegidas e fora do “sistema”.

Desemprego *vs.* isolamento

Há quatro anos, em Março de 2020, o mundo fechou portas e o isolamento – que já existia antes da pandemia de covid-19 e continuou a existir quando as cidades voltaram a ter movimento – tomou conta das preocupações sociais. E se antes se falava mais sobre esse fenómeno entre idosos, rapidamente se percebeu que também podia afectar (e muito) os jovens.

Entre Abril e Junho de 2020, “um em cada quatro cidadãos da UE relatou sentir-se sozinho” e a solidão entre os jovens dos 18 aos 35 anos quadruplicou relativamente a 2016, segundo dados do Centro Comum de Investigação (CCI). Quando os contactos passaram de videochamadas a encontros presenciais, a ansiedade começou a surgir e muitas pessoas – particularmente os mais novos – temeram não voltar a saber socializar.

A vida sem máscara e distanciamento voltou e o isolamento continuou a existir: o desemprego é hoje o maior motivo entre a população dos 19 aos 34 anos.

Dos jovens europeus que estão desempregados há um ano ou mais, 17,7% sentem-se isolados, e esse número sobe para lá dos 20% quando analisados os casos de Portugal e Espanha. Mesmo entre os jovens portugueses e espanhóis desempregados há menos de um ano, 15% admitem sofrer com isolamento social. Mas olhando para o plano geral, a auscultação parece positiva: os jovens portugueses não só socializam, como são dos que mais o fazem entre os 27 Estados-membros da UE. 67,9% encontra-se com amigos, familiares ou colegas depois do trabalho várias vezes por semana ou todos os dias. A média dos restantes países da UE fica nos 52,4% e apenas os jovens da Bulgária, Croácia e Países Baixos ultrapassam os portugueses.

São fãs de convívio, mas têm círculos de amigos próximos mais pequenos: 35% dizem que só há três pessoas em quem confiam para falar sobre assuntos íntimos – é, de longe, a resposta mais frequente entre os portugueses. Na UE, de forma geral, os jovens têm quatro a seis pessoas com quem falar sobre problemas pessoais.

Mais de três milhões de ofertas de emprego disponíveis na EURES

O serviço tem como missão facilitar a livre circulação de trabalhadores no espaço europeu e abrange os 27 Estados-membros da União Europeia, mais a Noruega, Islândia, Liechtenstein e Suíça.

No ano em que comemora 30 anos, a EURES (Rede Europeia de Serviços de Emprego) pretende continuar a facilitar a livre circulação de trabalhadores no espaço europeu. Afinal, quando criada em 1994, este foi sempre o maior objectivo da rede. Para isso, e tal como tem vindo a fazer, quer continuar a assegurar que todos os cidadãos beneficiam do acesso às mesmas oportunidades, bem como diminuir barreiras linguísticas e diferenças culturais, ou desafios burocráticos que possam surgir no processo de mobilidade entre países europeus.

Actualmente, a EURES abrange um total de 31 países – os 27 estados-membros da União Europeia, a Noruega, a Islândia, o Liechtenstein e a Suíça – e, diariamente, tem disponíveis mais de três milhões de ofertas de emprego e estágios em diversas áreas profissionais e graus de qualificação. Entre 2020 e 2022, a rede facilitou o contacto entre 5,5 milhões de trabalhadores e quase 400 mil empregadores.

Desde 2021, a Autoridade Europeia do Trabalho (AET) coordena a EURES. Como explica o director-executivo desta entidade, Cosmin Boiangiu, "a EURES é uma extensa rede humana que liga 31 cantos da Europa e que foi construída com base em três décadas de cooperação e em muitas histórias de candidatos a emprego que se deslocaram para o estrangeiro em busca de trabalho e de empregadores que os recrutaram". Na verdade, "pode ser comparada a um jovem profissional de 30 anos que tem pela frente um futuro brilhante".

Para conseguir um futuro brilhante, há ajuda em todo o processo

Tanto para empresas como para pessoas que procuram novas oportunidades além-fronteiras, o processo de recrutamento é acompanhado na totalidade pela EURES.

Esta "aliança" conta com cerca de 1.000 conselheiros especializados que ajudam com serviços de informação, aconselhamento nos projectos de mobilidade e com apoio à colocação e recrutamento, facilitando o contacto entre candidatos a emprego e empregadores interessados em recrutar no mercado de trabalho europeu. Há, igualmente, apoios financeiros para a participação em entrevistas, para a relocalização e reconhecimento de qualificações, e para cursos de línguas ou formação técnica de integração.

Em Portugal, a EURES está integrada no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), no continente, no Instituto de Emprego da Madeira, e na Direcção Regional da Qualificação Profissional e Emprego, nos Açores, e conta com 32 conselheiros especializados em mobilidade e recrutamento transnacional. Com a sua ajuda, todos os candidatos e empresas podem obter todo o tipo de informações para a realização das suas candidaturas.

Ao longo de todo o ano, a EURES organiza ainda, a nível nacional e europeu, múltiplas iniciativas – presenciais e/ou *online* –, entre as quais diversos webinars ou sessões de informação divulgando recrutamentos, programas de estágio e formação dual, e perto de 40 feiras de emprego que cobrem diversos sectores do mercado de trabalho e/ou países.

30 anos de adaptação contínua

Ao longo destes 30 anos, a EURES foi-se adaptando à dinâmica e às constantes alterações, desafios e realidades do mercado laboral do velho continente, nomeadamente à digitalização e às novas tendências de emprego e recrutamento, como o teletrabalho ou formas híbridas de organização do trabalho.

Ao mesmo tempo, tem tido um papel crucial na redução do desemprego jovem um pouco por toda a Europa e na resposta dada aos desafios económicos e sociais decorrentes de crises financeiras durante o período da pandemia da COVID-19.

Nestas três décadas de existência, a EURES ajudou milhões de trabalhadores a encontrarem emprego fora de portas e milhares de empregadores a recrutarem talentos por toda a Europa, sempre contribuindo para uma Europa mais inclusiva e dinâmica.

Saiba mais aqui

Absolvido médico que receitou a obesos remédio apenas comparticipado a diabéticos

Sónia Trigueirão

Juízes alegam que à data a informação, mais tarde consensualizada, atribuía ao Victoza vantagens no tratamento da obesidade

O Juízo Central Criminal de Lisboa absolveu o médico que foi julgado por ter emitido e assinado quase um milhar de receitas de um medicamento, o Victoza, que tem como princípio activo o liraglutido, eficaz na perda de peso e inibição do apetite, a favor dos seus pacientes, tivessem ou não diabetes de tipo 2.

Segundo o Ministério Público (MP), o especialista em Medicina Desportiva e Peritagem Médica da Segurança Social, de 70 anos, teria lesado o Serviço Nacional de Saúde (SNS) em quase 99 mil euros, uma vez que os mais de 100 doentes a quem prescreveu o remédio, entre 21 de Fevereiro de 2014 e 15 de Maio de 2017, beneficiaram de uma comparticipação do Estado apenas reservada a diabéticos do tipo 2. Em causa estava um crime de burla qualificada agravada.

Para o colectivo, o médico não cometeu o crime de que ia acusado. Segundo o acórdão, a que o PÚBLICO teve acesso, ficou provado que "as receitas em causa nos autos correspondem a actos clínicos verdadeiros". Além disso, o médico fez o diagnóstico e prescreveu a medicação que considerou adequada de acordo com as terapêuticas disponíveis, tendo depois os pacientes aviado o medicamento na farmácia sem que lhes tenha sido colocada qualquer questão relativa à comparticipação que foi aplicada. Assim, "as receitas foram aviadas legitimamente na farmácia".

Acresce que, sublinha o acórdão, "segundo a informação médica disponível naquela data, e mais tarde consensualizada, o Victoza é um fármaco com vantagem na obesidade" e a "maioria das testemunhas descreveu um quadro de obesidade e de doenças relacionadas, como hipertensão, problemas cardiovasculares, entre outros problemas de saúde".

Os magistrados também consideraram relevante para a decisão o facto de a "esmagadora maioria dos utentes" ter "familiares com diabetes" e que é "igualmente cientificamente consensual que a obesidade é um factor de risco crítico para a diabetes".

Sendo certo, porém, que a comparticipação do medicamento a 90% estava limitada a doentes com o diagnóstico de diabetes tipo 2 e um índice de massa corporal (IMC) superior a 35kg/m2, e que o medicamento apenas podia ser vendido com receita médica, os juízes sublinham que "nada impedia o médico de o prescrever" para outras patologias.

Portanto, para os magistrados, a afirmação do MP "de que o médico ao emitir uma receita através do formulário do SNS não está a declarar que o diagnóstico do utente preenche os requisitos exigidos para a comparticipação não tem qualquer suporte legal". "O que está limitado pela Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde (Infarmed) é a comparticipação e não a prescrição", lê-se no acórdão, que sublinha que, entretanto, a situação mudou.

"Mais recentemente (2023), relativamente a um medicamento que de certa forma é o subsequente do Victoza [os juízes referem-se ao Ozempic], foi inserido um alerta ao médico no sistema electrónico de prescrição através de um *pop up* que informa que aquele medicamento é comparticipado para a diabetes e IMC superior a 35kg/m2 e exige que o médico confirme/declare que o doente está nessa situação para que a receita seja emitida", lê-se.

> **"Não deixa de ser curioso que, entretanto, o SNS tenha criado e introduzido um mecanismo que efectivamente obriga o médico a declarar que o beneficiário da receita tem o diagnóstico exigido para a prescrição"**
> **Acórdão**

Os magistrados escrevem que "não deixa de ser curioso que, entretanto, o SNS tenha criado e introduzido um mecanismo que efectivamente obriga o médico a declarar que o beneficiário da receita tem o diagnóstico exigido para a prescrição".

Portanto, sustentam que não se pode dizer, "como pretende o MP, que o médico ao emitir uma receita de Victoza no período entre 2014 e 2016 estava a certificar ou sequer a declarar que, para efeitos de comparticipação, o utente tem um determinado diagnóstico e consequentemente a assegurar que este utente iria beneficiar da comparticipação".

SNS tinha de assumir risco

Aliás, "se o SNS não tinha forma de validar essa condição – no caso, o diagnóstico tipo II em doentes obesos –, então cabe-lhe assumir o risco decorrente da aplicação da comparticipação fora dessa condição", argumentam.

Quanto ao prejuízo para o SNS que o MP diz que o médico terá causado, os magistrados argumentam com o que foi trazido a tribunal. Ficou-se a saber que o Infarmed assinou um acordo com o laboratório que comercializava o medicamento, a Novo Nordisk, "nos termos do qual a comparticipação ficou condicionada à fixação de um valor máximo de vendas do medicamento a comparticipar, o qual, uma vez ultrapassado, determina o reembolso ao SNS pelo titular da respectiva autorização de introdução no mercado do montante da comparticipação correspondente à facturação que exceda o valor acordado".

Segundo o que é descrito no acórdão, o acordo esteve em vigor durante dois anos: "No primeiro, 2014, o limite determinado foi de 2.652.444 euros e no segundo ano 3.591.266 euros, sendo que os *pay back* iam aumentando à medida que o valor de encargos ia aumentando."

Concluíram os juízes que não ficou provado se o SNS efectivamente teve prejuízo "com a aplicação da comparticipação às receitas em causa e qual o exacto montante desse prejuízo, assim como o nexo de causalidade entre estas receitas em concreto e os montantes reembolsados pelo laboratório de acordo com os contratos celebrados". O MP já recorreu da decisão de absolvição do arguido e pede que o médico seja condenado a uma pena de prisão inferior a cinco anos, mas suspensa.

PAULO PIMENTA

Segundo o MP, o médico teria lesado o SNS em 99 mil euros ao receitar a obesos um medicamento reservado a doentes com diabetes tipo 2

Instituição recebeu terreno da Câmara de Lisboa para obra social e nunca lá fez nada

Parcela com 5000 metros quadrados foi obtida em condições excepcionais mediante acordo negociado há quase 30 anos. Na câmara estavam pelo menos dois dos seus sócios. Um era o presidente da autarquia

José António Cerejo

Em 2010, o Internato de São João (ISJ) adquiriu à Câmara de Lisboa um terreno com a finalidade de aí construir um lar para crianças e jovens e/ou idosos necessitados. Sem paralelo conhecido com outras cedências a entidades similares, a operação teve uma particularidade: tratou-se de uma permuta de duas velhas casas que estavam em vias de expropriação por um terreno camarário com um valor muito superior. Passados 23 anos desde que, em 2001, foi assinado o protocolo com base no qual foi feita a escritura de 2010, o ISJ nada construiu no local e o terreno continua abandonado.

Embora fosse formalizada apenas em 2010, a operação resulta de negociações iniciadas em 1996. Nessa altura sentavam-se no executivo municipal pelo menos dois sócios do ISJ, um dos quais, além de presidente da câmara, era vice-presidente da assembleia geral daquela instituição maçónica.

Proprietário de dois pequenos edifícios em muito mau estado de conservação, com inquilinos nas suas três habitações e situados no interior do Castelo de São Jorge, sem possibilidade de dar lugar a novas construções, o internato viu a autarquia tomar posse administrativa dos mesmos em 1996, no âmbito de um processo de expropriação por utilidade pública. Indignado, o presidente da instituição, coronel Eugénio Oliveira, que era também grão-mestre do Grande Oriente Lusitano (GOL), protestou junto de João Soares, então presidente da câmara, mas manifestou-se disponível para vender ou permutar as casas.

Na mesma carta, "roga" ao autarca, que era também vice-presidente da assembleia geral do ISJ, "que se digne avocar" o processo. Tanto quanto se percebe na documentação disponível, Soares não acedeu ao solicitado e absteve-se de emitir qualquer despacho sobre a matéria.

Grão-mestre pede "área idêntica"...

Logo no início do ano seguinte, Eugénio de Oliveira dirigiu-se ao vereador responsável pela reabilitação da zona do Castelo, Victor Costa, propondo que, em troca das casas e do respectivo quintal, num total de 800 metros quadrados, a câmara cedesse ao ISJ uma "área idêntica" para aí ser construído um equipamento social.

Não dispondo de "lotes para permutar" na sua área de actuação, Victor Costa passou o *dossier* ao titular do pelouro da Habitação, Vasco Franco – um assumido *maçon* (tal como João Soares), que é sócio do Internato de São João e desempenha presentemente as funções de vogal do conselho directivo do Grémio Lusitano.

No ano seguinte, em Maio de 1998, os serviços tutelados por Vasco Franco submeteram-lhe uma informação em que identificam um terreno municipal disponível e localizado em Chelas. O documento sublinha que a parcela possui apenas 4314 metros quadrados, não atingindo a "área de 5000 metros quadrados" que teria sido solicitada pelo ISJ. Nos processos camarários nada indica, contudo, que a instituição alguma vez tenha pedido mais do que os cerca de 800 metros quadrados que tinha no Castelo.

Perante a informação em causa, Vasco Franco remeteu o processo para o vereador que tutelava o Departamento de Gestão Imobiliária (DGI), Fontão de Carvalho, solicitando que o mesmo prossiga no sentido da permuta pedida pelo ISJ, em vez da expropriação que ali estava em curso. No seu despacho, o vereador da Habitação refere que "a solução" tem o seu acordo, bem como o de Victor Costa, "e igualmente o do Sr. presidente, que recebeu em tempos os responsáveis pelo internato".

Câmara oferece cinco vezes mais

Surpreendentemente, em Junho do ano anterior, já Eugénio de Oliveira escrevera a João Soares comunicando-lhe, "na sequência dos contactos havidos", a "aceitação" pelo ISJ da permuta das casas do Castelo "por um terreno cuja área se deseja não inferior a 5000 metros quadrados e situado em local a definir pela CML" – não se referindo mais ao lote com "área idêntica" ao da instituição. Sem resposta do presidente da câmara, o ofício tem apenas um despacho de Vasco Franco: "Ao DCH [Departamento de Construção de Habitação] para juntar ao processo referente ao estudo que está a ser feito para a eventual implantação deste equipamento na Zona N1 de Chelas [freguesia de Marvila]."

Denotando alguma descoordenação, uma informação do DGI dá conta, já em Março de 1999, de que a proposta de permuta (e a sua aceitação) tinha sido tratada "sem que os serviços do DGI tivessem conhecimento". Não obstante, o DGI faz o seu trabalho e conclui que os bens a permutar têm "valores bastante diferentes", pelo que "só razões sociais ou compromissos já assumidos poderão justificar" a permuta sem o ISJ compensar o município pela diferença das avaliações.

Sem razão aparente, esta informação só foi despachada por Fontão de Carvalho quase dois anos depois, em Dezembro de 2000, na sequência das insistências do ISJ, que pretendia reduzir aquela diferença. "Para [o DGI] proceder a uma reavaliação da permuta em causa, atendendo a que o Internato é uma IPSS que desenvolve, e tem perspectiva de vir a aumentar, uma acção social importante para a cidade", determinou finalmente o responsável pelo património municipal.

O terreno foi cedido pela Câmara Municipal de Lisboa ao Internato de São

Duas avaliações e uma bonificação

Foi assim que, em Abril de 2001, o director do DGI, Ilídio Dinis, dirigiu ao vereador uma nota em que informa que as avaliações feitas deram 25.000 contos (125.000 euros) à propriedade do ISJ e apontaram para dois valores distintos no caso do terreno da câmara: 94.735 contos (473.675 euros) e 181.188 contos (905.940 euros). O primeiro foi obtido a partir de uma norma que nada tinha a ver com o assunto e que estabelecia o modo de cálculo dos valores a cobrar pela alienação de espaços municipais para complemento de lotes "com destino exclusivo a estacionamento privativo em subsolo". O segundo teve por base o valor comercial da parcela.

Sem explicar o que é que o levou a assumir o primeiro valor e não o segundo, Ilídio Dinis propôs que lhe fosse ainda aplicada uma "bonificação percentual de 50%", atendendo aos "fins sociais" do ISJ. Tal bonificação não tinha suporte em qualquer regulamento ou na prática dos serviços, tanto mais que à época, e ainda hoje, as dispensas de imóveis para fins sociais eram feitas exclusivamente, ou quase, mediante cedências do direito de superfície por um determinado tempo, com pagamento de um certo valor ao município, e não por alienação da propriedade plena – ainda que com o ónus de o imóvel só poder ter finalidades sociais.

A única bonificação que estava regulamentada era a do valor do direito de superfície. Ainda assim, a câmara entendeu bonificar em 50% o valor da avaliação mais baixa do terreno de Marvila, "por analogia com os critérios valorativos relativos ao direito de superfície", ficando o mesmo por 47.367 contos, cerca de 236.000 euros. A este total foram deduzidos os cerca de 125 mil euros

NUNO FERREIRA SANTOS

João em 2010, mas as negociações remontam a 1996

atribuídos às casas do ISJ, devendo a instituição pagar ao município a diferença de 111 mil euros, tal como ficou escrito no protocolo assinado entre as partes em 5 de Dezembro de 2001, 11 dias antes das eleições autárquicas que levaram Santana Lopes para o lugar de João Soares.

O protocolo, que não identifica os representantes do ISJ, foi ratificado já pelo novo executivo, afirmando-se na respectiva proposta assinada pelo vice-presidente Carmona Rodrigues que o documento foi assinado previamente, "tendo em conta os prazos de caducidade do processo de expropriação" – prazos esses que há muito tinham caducado.

Câmara não encontra mais nenhum caso

Questionada pelo PÚBLICO, a Câmara de Lisboa informou em Janeiro, ao fim de um mês, que não tinham sido localizados entre 2000 e 2023 outros processos "que envolvam a alienação de património municipal em que o preço tenha sido bonificado com recurso (por analogia) ao regime previsto para os direitos de superfície". Nesse período foram encontrados 70 direitos de superfície a favor de instituições privadas de utilidade pública, geralmente com prazos impostos para a concretização dos fins para os quais a cedência foi feita, acrescentou a autarquia.

O protocolo de 2001 dizia que a escritura da permuta deveria ser outorgada no prazo de três meses, destinando-se o terreno à construção de um centro de acolhimento de crianças e jovens e/ou idosos desprovidos de meio familiar, e eventualmente de um centro para prestação de cuidados de saúde, "não lhe podendo ser dada outro fim, sob pena de nulidade do negócio". A escritura, todavia, não se realizou no prazo previsto, com as partes a imputarem-se mutuamente responsabilidades por esse facto.

Já em Outubro de 2004, sendo presidente do ISJ Fernando Condesso, co-fundador do PSD e antigo deputado, e presidente da câmara Carmona Rodrigues, que havia substituído Santana Lopes, a direcção do internato "deliberou não efectivar a escritura" e requereu a reabertura da negociação" do protocolo, considerando "excessiva" a verba a pagar à autarquia.

Num requerimento posterior, a instituição afirma que a câmara "não está a negociar com uma empresa capitalista, mas com uma reconhecida IPSS (...) com século e meio de existência e actividade ímpar no campo da solidariedade social". E desafia mesmo "alguém do executivo camarário" a vir explicar a sua posição, com representantes seus, "num próximo telejornal".

Câmara acusa internato de "má-fé"

Alegando também que o terreno de Marvila não lhe serve por se encontrar numa "rota de baixa circulação dos aviões", na proximidade do aeroporto, e contestando a impossibilidade de lhe dar outro uso – nomeadamente vendê-lo para financiar as suas actividades –, a direcção do ISJ acaba por pedir à câmara "a concessão de um subsídio significativo" para aí iniciar a construção da obra. Este pedido é recusado, considerando-se num memorando do gabinete de Carmona Rodrigues que "o seu conteúdo é descabido e mesmo revelador de alguma má-fé".

Meses depois, em Março de 2005, Fernando Condesso vai mais longe e pede ao município a "doação do terreno camarário" e o "apoio à construção" do equipamento previsto, bem como a "concessão de um maior índice construtivo". Sucede que, nessa altura, perante a posição do ISJ, já Carmona Rodrigues dera o seu aval à proposta dos serviços no sentido de não se avançar com a permuta e de se retomar, com recurso à via judicial, o processo de expropriação das casas do Castelo, de que o município tomara posse em 1996 e em cuja reabilitação já gastara quase 600 mil euros.

Tal acabou por não acontecer, ficando o assunto adormecido até que, em Janeiro de 2008, cinco meses depois da posse de António Costa como presidente da câmara, os contactos são renovados. António Reis, grão-mestre do GOL e então presidente da assembleia geral do ISJ, solicita uma audiência ao autarca para lhe expor "de viva voz" os "assuntos de interesse mútuo que se encontram pendentes".

Costa recebe grão-mestre António Reis

O encontro realizou-se no mês seguinte e dois dias depois o então vereador Cardoso da Silva determinou ao director do Departamento de Património Imobiliário que fosse feito um "contacto com a direcção do Internato de São João, pois pretendem agora fazer a escritura da permuta".

Passados quase três anos e ultrapassadas as dificuldades relacionadas com os registos prediais, a escritura foi finalmente celebrada em Dezembro de 2010, nos termos do protocolo de 2001, sendo os 111.000 euros devido pelo ISJ pagos de imediato. Por via da demora, o então presidente do ISJ, o juiz Manuel Oliva, dirigira-se antes a António Costa, referindo a urgência de resolver o assunto por forma a que a instituição pudesse concorrer a um financiamento para ali construir um "centro de saúde de cuidados continuados". Na mesma carta lamentou que a escritura ainda não tivesse sido feita, tanto tempo depois da reunião de 2008 com António Reis e dos "muitos contactos por ele efectuados junto do seu gabinete sem qualquer resultado".

Desde então, o ISJ reafirmou várias vezes a intenção de construir uma Unidade de Cuidados Continuados (UCC) naquele terreno, mas o projecto acabou por não ir por diante. No Relatório e Contas de 2018 lê-se que "problemas técnicos, processuais, mas principalmente financeiros e mais tarde uma alteração de carácter estratégico fizeram com que o projecto ficasse suspenso". Daí para cá os documentos públicos da instituição não voltam a referir o assunto e até hoje nada foi feito no local, contíguo à CERCI de Marvila. No relatório de 2018, tal como no de 2017, assinala-se que o terreno foi adquirido "através de um esforço meritório de alguns associados do internato". Até hoje, nada foi feito no local.

E em 2020, o relatório de 2019 afirma que a "visão estratégica" da instituição consiste em "transformar o ISJ numa instituição de referência na sua área de actuação e numa instituição de excelência na defesa e promoção da dignidade humana".

O que diz o ISJ e Vasco Franco

Ouvido pelo PÚBLICO, Victor Marques, membro da direcção do ISJ com o pelouro do património, comentou que "o atraso na concretização do projecto de Marvila ficou a dever-se à carência de meios financeiros" e que a instituição só agora está "em condições de poder avançar". Para isso, acrescentou, está a "desenvolver diligências" já não para a criação da UCC, mas de uma creche, relativamente à qual está a "preparar uma candidatura ao PRR".

Na sua opinião, as condições da permuta com o município não representam qualquer favorecimento da instituição que representa e têm a ver apenas com "a actividade social que o ISJ desenvolve" na cidade. "O fundamental é o que foi acordado e está na escritura. As discussões preliminares são as que existem em qualquer negociação", salientou.

Idêntica opinião tem o antigo vereador Vasco Franco, que, quanto à sua participação naquele processo, sublinhou que a "última intervenção" que teve no mesmo se verificou "cerca de três anos e meio" antes da celebração do protocolo de 2001. "Era (e penso que continua a ser) uma prática da CML ceder imóveis para fins de interesse social, em condições favoráveis, a entidades do terceiro sector [como as IPSS]. Fins esses que, se não forem satisfeitos por essa via, acabarão por ter de ser assumidos, na maior parte dos casos, pelo município ou pelo Estado central."

Na leitura do agora consultor, a redução de 50% do valor da parcela de Marvila, concedida pela autarquia, correspondeu à "prática habitual" do município, que em casos de cedência de direito de superfície atribuía normalmente uma bonificação de 80% sobre o valor desse direito.

Sondagens em França mantêm extrema-direita no rumo da vitória

Popularidade de Macron continua em queda, mas os seus aliados afastam a possibilidade de demissão após as legislativas. Bardella diz que só será primeiro-ministro com maioria absoluta

DYLAN MARTINEZ/REUTERS

A popularidade de Emmanuel Macron tem caído e muitos defendem a sua demissão em caso de derrota nas legislativas

João Ruela Ribeiro

À entrada para a recta final da campanha para as eleições legislativas antecipadas em França, parece que só um acontecimento de índole miraculosa poderá impedir uma *débacle* do Renascimento, o partido do Presidente Emmanuel Macron, que convocou as eleições para a Assembleia Nacional na sequência da derrota nas europeias.

As sondagens mais recentes têm mantido o cenário que as anteriores já antecipavam: a União Nacional será o partido mais votado, seguido da Nova Frente Popular (NFP), a recém-criada coligação de esquerda, e a muita distância o Renascimento.

Estes inquéritos mostram que a estratégia de Macron de se tentar apresentar como a alternativa moderada aos extremos representados pela UN de Marine le Pen e a NFP, que tem em Jean-Luc Mélenchon o seu principal rosto, não tem conseguido convencer os franceses.

Um estudo de opinião levado a cabo pelo *Financial Times* mostra que o partido de extrema-direita é o preferido pela maioria dos franceses para lidar com questões económicas. Esta conclusão é um duro golpe para o Renascimento, que tem feito das conquistas de Macron neste sector um dos seus principais trunfos, como por exemplo a redução do desemprego.

"Esta dinâmica está indubitavelmente ligada à estratégia da UN de 'normalização', mas também ao desapontamento causado pela esquerda com o Presidente François Hollande e depois pelo macronismo, e pelas dificuldades da esquerda em apresentar uma oposição credível e coerente a Macron", diz ao jornal britânico o analista da Ipsos, Mathieu Gallard. "Neste contexto, a UN é entendida como um partido que, se não for mais competente, pelo menos não será menos competente do que as outras formações políticas", acrescenta.

Apesar da provável vitória histórica da extrema-direita em eleições legislativas, as sondagens apontam igualmente para um cenário de enorme instabilidade, sem que nenhum campo político pareça ter condições de governabilidade. A União Nacional deverá alcançar, em conjunto com a facção d'Os Republicanos que seguiu o exemplo do líder Eric Ciotti no apoio à extrema-direita, cerca de 36% dos votos, ficando muito perto da maioria absoluta.

O líder da UN, Jordan Bardella, já revelou não pretender assumir o cargo de primeiro-ministro caso não tenha maioria absoluta – e uma sondagem indica que quase 60% dos franceses concorda com esta posição.

Em entrevista ao *Journal du Dimanche*, Bardella apostou num discurso conciliador, com o objectivo declarado de tentar atrair o eleitorado moderado e decepcionado com Macron. "Eu quero reconciliar os franceses e ser primeiro-ministro de todos os franceses, sem distinção", afirmou o líder da UN, deixando igualmente a promessa de "respeitar todos os franceses, sejam quem forem e venham de onde vierem".

As sondagens apontam para um cenário de enorme instabilidade, sem que nenhum campo político tenha condições de governar

Mélenchon mira Matignon

À esquerda – apesar da surpreendente criação de uma coligação que junta as forças progressistas, desde o Partido Socialista à esquerda radical, passando por comunistas e ecologistas –, o clima é algo tenso. Mélenchon, líder da França Insubmissa, assumiu-se como o candidato a primeiro-ministro, embora o tema esteja ainda em discussão entre as várias forças da NFP.

"Não me excluo e nem me imponho", afirmou Mélenchon, quando questionado em entrevista ao canal France 5 sobre se acredita ter condições para ser chefe do executivo.

Embora seja a figura mais destacada na frente de esquerda, Mélenchon está longe de ser um nome consensual, sobretudo pelas suas posições mais radicais em certos temas, como o conflito entre o Hamas e Israel, no qual tem apresentado relutância em condenar abertamente os actos do movimento palestiniano.

A disposição de Mélenchon em se apresentar como candidato a primeiro-ministro serviu de munição aos seus principais adversários ao longo do fim-de-semana. Bardella afirmou que esta foi "uma clarificação bem-vinda" e que, a partir de agora, "os franceses sabem que enfrentam o perigo da esquerda mais brutal e mais sectária".

O ministro da Indústria, Roland Lescure, apoiante do Renascimento, disse que "pelo menos fica claro: votar NFP é votar em Jean-Luc Mélenchon no Matignon [sede oficial do primeiro-ministro]".

Com uma pesada derrota no horizonte, levantam-se as questões sobre a capacidade Macron em se manter como Presidente num cenário de coabitação com a extrema-direita e com a sua força política consideravelmente debilitada. As sondagens mostram uma queda contínua da popularidade do Presidente da República, que está hoje bem abaixo dos 30%.

Num cenário de derrota nas legislativas, o antigo presidente do Conselho Constitucional Pierre Mazeaud defendeu a demissão de Macron, durante uma entrevista à Radio J. "Macron irá ver-se perante dificuldades bem maiores do aquelas que o levaram a pedir a dissolução" da Assembleia Nacional, afirmou.

No entanto, no campo presidencial, essa hipótese continua a ser afastada. Em entrevista ao *Le Parisien*, o primeiro-ministro Gabriel Attal garantiu que, "qualquer que seja o resultado, o Presidente irá continuar a ser Presidente". Depois de 7 de Julho, continuou, "a única questão é quem será o primeiro-ministro, que maioria governará".

Exército israelita vai investigar soldados que amarraram palestiniano ferido a um jipe

Carolina Amado

Francesca Albanese, relatora da ONU para os territórios ocupados, acusou as IDF de usarem palestiniano como escudo

As Forças de Defesa de Israel (IDF) afirmaram ontem que vão abrir uma investigação envolvendo alguns dos seus soldados, que amarraram um palestiniano ferido à dianteira de um veículo militar, durante um raide em Jenin, na Cisjordânia ocupada.

Num vídeo que circula nas redes sociais, e cuja veracidade foi confirmada pela Reuters, é possível ver um homem preso a um jipe conduzido pelas tropas israelitas, a 22 de Junho. Várias fontes identificaram-no como Mujahid Azmi.

"Escudo humano em acção. É espantoso como um Estado que nasceu há 76 anos conseguiu virar o direito internacional do avesso", reagiu na rede social X a relatora especial da ONU para os territórios palestinianos ocupados, Francesca Albanese. "Isto pode ser o fim do multilateralismo, que para alguns Estados-membros influentes já não serve qualquer propósito."

Mujahid Azmi ficou ferido durante um raide israelita na cidade de Jenin, alvo frequente deste tipo de incursões militares. Segundo relatou a família à Reuters, o Exército prendeu-o no capô do jipe quando tentavam chamar uma ambulância.

Em comunicado, as IDF assumiram que os soldados violaram o protocolo militar ao "levar um suspeito atado a um veículo", ferido numa alegada "troca de disparos". "A actuação das forças no vídeo do incidente não está em conformidade com os valores das IDF. O incidente será investigado e tratado da forma adequada."

De acordo com a Autoridade Palestiniana, já foram mortos por Israel mais de 540 palestinianos na Cisjordânia ocupada desde 7 de Outubro do ano passado.

Entretanto, na Faixa de Gaza, em aparente conformidade com os "valores das Forças de Defesa de Israel", pelo menos 30 pessoas foram mortas em ataques a instalações da Cruz Vermelha e da agência das Nações Unidas para os refugiados palestinianos (UNRWA).

"Projécteis de grande calibre caíram a poucos metros do gabinete e das residências do Comité Internacional da Cruz Vermelha (ICRC) na tarde de sexta-feira", informou a organização humanitária, em comunicado. "O ataque danificou a estrutura da sede do ICRC, que está rodeado por centenas de civis deslocados a viver em tendas, incluindo muitos dos nossos colegas palestinianos."

REUTERS

IDF diz que acção "não está em conformidade" com os seus valores

Na sequência do bombardeamento, o hospital de campanha da ICRC na Cidade de Gaza registou 22 óbitos e 45 feridos, existindo relatos de mais vítimas. O Ministério da Saúde de Gaza fala em 25 mortos e 50 feridos.

"Este grave incidente de segurança é um entre vários nos últimos dias; antes, balas perdidas atingiram estruturas do ICRC. Condenamos estes incidentes que põem em risco as vidas de trabalhadores humanitários e civis", acrescenta a organização, lembrando que a lei internacional exige a protecção de infra-estruturas civis e humanitárias.

Pelo menos oito pessoas foram mortas num ataque israelita a edifício da UNRWA

No sábado, o chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, afirmou que a União Europeia "condena o ataque" e apelou a uma investigação independente para responsabilizar os autores. No mesmo dia, as forças de Israel deram o caso por encerrado ao garantir que não foram encontradas provas de "qualquer ataque directo das IDF às instalações da Cruz Vermelha".

Já ontem, pelo menos oito pessoas foram mortas num ataque israelita a um edifício da UNRWA, usado para distribuir ajuda humanitária à população da Cidade de Gaza e para abrigar centenas de deslocados.

"Algumas pessoas tinham vindo buscar água ou levantar cupões, e de repente ouvimos algo desabar. Fugimos, quem estava a encher água deixou-a transbordar", contou à Reuters Mohammed Tafesh.

Na versão israelita, o centro de apoio humanitário da UNRWA, antiga sede dessa agência da ONU, era agora um "escudo para actividades terroristas". "Num ataque de precisão, os nossos caças destruíram infra-estruturas a partir das quais o Hamas e a Jihad Islâmica operavam", justificaram as IDF.

"Antes do ataque, foram tomadas muitas medidas de precaução para reduzir o risco de atingir civis, incluindo vigilância aérea e uso de armas de precisão", indicam, sem referir a emissão de qualquer aviso à população civil. "Este é mais um exemplo da instrumentalização sistemática das infra-estruturas civis e da população pelo Hamas."

Desde Outubro, foram mortos 193 trabalhadores da UNRWA e danificadas 188 das suas instalações. A agência da ONU estima que, na sequência desses ataques, tenham morrido mais de 500 palestinianos deslocados internos que se refugiavam sob a bandeira das Nações Unidas.

Novo capítulo no conflito sino-filipino no mar do Sul da China

António Rodrigues

Membros da Guarda Costeira chinesa atacaram e danificaram duas embarcações filipinas com machetes, machados, martelos e paus e envolveram-se em escaramuças com os marinheiros filipinos – um deles, segundo o Governo filipino, perdeu o polegar da mão direita nos confrontos. Pequim diz que as embarcações foram avisadas várias vezes para não tentarem entrar nas suas águas, numa disputa de soberanias no mar do Sul da China que envolve ainda o Vietname, a Malásia, o Brunei, a Indonésia e Taiwan.

O Presidente filipino, Ferdinando Marcos Jr., deslocou-se ontem à ilha de Palawan, no extremo ocidental do país, junto com os principais generais e o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, para condecorar cerca de 80 marinheiros filipinos envolvidos no incidente.

"Ao defender a nossa nação, mantemo-nos fiéis à nossa natureza filipina de resolver todas estas questões de forma pacífica", afirmou num discurso aos soldados da unidade de Comando Ocidental, que monitoriza o mar do Sul da China. "Não estamos aqui para instigar guerras", acrescentou, dizendo que o país "tomou de forma consciente e deliberada a decisão de permanecer no caminho da paz".

Na sexta-feira, o chefe de gabinete do Governo filipino, Lucas Bersamin, já tinha demonstrado que Manila não estava interessada em usar o incidente para fazer escalar a tensão entre os dois países. Qualificando o episódio como tendo sido causado, "muito provavelmente, por um mal-entendido ou por acidente", Bersamin, que preside ao conselho marítimo nacional, garantiu que as Filipinas "não estavam ainda preparadas para classificar isto como um ataque armado".

O choque entre a guarda fronteiriça chinesa e a marinha filipina aconteceu na segunda-feira durante uma missão de rotina para entregar mantimentos no posto militar filipino no atol de Ayugin ou Second Thomas, nas ilhas Spratly, aí instalado para assegurar a soberania de Manila nessas águas que os chineses reclamam como suas.

A Guarda Costeira chinesa terá usado ainda facas e arpões para deliberadamente danificar as embarcações pneumáticas da marinha filipina.

Para o Governo de Pequim, de acordo com as palavras de um porta-voz na terça-feira, tratou-se das medidas adequadas e necessárias para travar as embarcações e que a Guarda Costeira chinesa agiu de forma legal e de maneira profissional e irrepreensível.

O Presidente Ferdinando Marcos Jr. foi à ilha de Palawan para condecorar os marinheiros envolvidos

Manila, apesar de deitar água na fervura, veio denunciar, através do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros, as acções "ilegais e agressivas" da China na sua zona económica exclusiva no mar do Sul da China. Tanto o atol Second Thomas como o atol Scarborough (ou Masinloc) são importantes zonas de pesca e controlam algumas das principais rotas da marinha mercante. Além disso, as pesquisas apontam para a existência de grandes reservas de petróleo e gás natural nas águas territoriais das ilhas Spratly, um dos três arquipélagos do mar do Sul da China, que tem menos de quatro quilómetros de área emersa, mas dispersa por mais de 425 mil quilómetros quadrados de mar.

A China reclama como seu quase todo o mar do Sul da China, apesar de o Tribunal Permanente de Arbitragem ter decidido em 2016 que as reivindicações chinesas não tinham qualquer fundamento legal.

No seu discurso na ilha de Palawan, Ferdinando Marcos Jr. nunca mencionou a China e elogiou os marinheiros filipinos por mostrarem contenção "face à intensa provocação", antes de dizer: "No desempenho dos nossos deveres, não iremos recorrer nunca ao uso da força ou da intimidação, ou infligir deliberadamente ferimentos ou danos a alguém".

No entanto, para o caso de Pequim ou a comunidade internacional confundir esta atitude com qualquer subserviência, Marcos garantiu: "Mantemo-nos firmes. A nossa disposição calma e pacífica não deve ser confundida com aquiescência."

Com falta de soldados, a Ucrânia está a libertar criminosos para combater

Mais de 2750 homens já foram libertados das prisões ucranianas e destacados para brigadas de assalto na linha da frente. Governo espera pelo menos 4000 voluntários na primeira fase

Siobhán O'Grady, Serhiy Morgunov, Serhii Korolchuk e Anastacia Galouchka

Para colmatar uma escassez crítica de soldados de infantaria na linha da frente, a Ucrânia adoptou uma das tácticas mais cínicas da Rússia: libertar criminosos condenados – mesmo violentos – que aceitem combater em brigadas de assalto de alto risco.

Mais de 2750 homens foram libertados das prisões ucranianas desde que em Maio o Parlamento adoptou uma lei autorizando o alistamento de condenados, incluindo os que foram presos por tráfico de droga, roubo de telemóveis e agressões com recurso a armas e homicídios, entre outros crimes graves.

Agora, em busca de vingança contra a Rússia ou em busca de redenção pessoal e liberdade, estão a trocar os seus uniformes da prisão pelos uniformes do Exército ucraniano e a ir para as linhas da frente.

Senya Shcherbyna, 24 anos, a cumprir seis anos de prisão por tráfico de droga, está à espera de ser entrevistado por recrutadores militares e conta ser destacado o mais rapidamente possível. "Penso que posso redimir-me", diz Shcherbyna, "e ser mais útil à sociedade do que se estiver aqui sentado".

O companheiro de prisão Serhii Lytvynenko, que cumpriu 11 anos de uma pena de 14 anos por agressão mortal, disse que ainda estava a deliberar. "Não sei se nos vão tratar como combatentes normais", afirma. "Não sabemos, neste momento, se nos vão atirar para lá como se fôssemos carne para canhão."

O recrutamento de criminosos – uma prática comum na Rússia, onde dezenas de milhares de pessoas foram libertadas para combater na Ucrânia – é o mais recente sinal da luta de Kiev para tentar reconstituir as suas forças, esgotadas e exaustas após mais de dois anos de combates praticamente ininterruptos.

Apesar de o Parlamento ucraniano ter aprovado uma nova lei de mobilização destinada a alargar o número de efectivos, a legislação ainda não produziu um número suficiente de novos recrutas. Entretanto, o Estado-Maior ucraniano está a tentar encontrar combatentes capazes onde quer que possa, transferindo alguns soldados de posições de retaguarda para funções de combate e recrutando prisioneiros.

De acordo com a nova lei, os prisioneiros qualificados para aderir ao programa de amnistia só podem ser destacados para brigadas de assalto, o que pode significar o combate frente a frente com a tropa russa.

Esta restrição reflecte as necessidades mais urgentes da Ucrânia, considera o ministro da Justiça, Denys Maliuska, acrescentando que espera que pelo menos 4000 homens se voluntariem nesta primeira ronda de recrutamento. Para já, os condenados servirão apenas em unidades constituídas inteiramente por antigos prisioneiros, comandadas por um militar do Exército regular.

"A motivação dos nossos reclusos é mais forte do que a dos nossos soldados comuns", diz, em entrevista, Maliuska numa das prisões onde cerca de 100 condenados já foram libertados para combater. "A sua libertação é apenas parte da motivação. Eles querem proteger o seu país e querem virar a página."

As autoridades ucranianas acederam a um pedido do *Washington Post* para entrevistar vários soldados acabados de sair da prisão, na condição de serem identificados apenas pelo nome próprio, de acordo com as regras militares.

Dmytro, de 28 anos, foi condenado a quatro anos e meio de prisão em 2021 por ter roubado um telemóvel. Era casado e tinha dois filhos quando começou a cumprir a pena, mas foi libertado no mês passado, já sem família: a mulher e os filhos, de dois e sete anos, foram mortos num ataque aéreo ao seu apartamento em Izium, em Abril de 2022.

A memória é ainda tão dolorosa que, durante a entrevista, não consegue dizer os seus nomes.

Vingar as suas mortes lutando na guerra "motiva-me", afirma Dmytro. "A Federação Russa é responsável por isto." Foi libertado da prisão há várias semanas e está agora a treinar numa base militar, onde já aprendeu a manejar uma espingarda.

Edward, de 35 anos, que foi condenado em 2019 a sete anos e sete meses por assalto à mão armada, disse que sonhava ingressar no Exército quando era jovem, mas cresceu na pobreza e caiu no crime.

Desde a invasão russa em 2022, Edward disse que esperava que a lei mudasse para permitir que homens como ele lutassem. Ele foi o primeiro da fila quando a lei foi aprovada e está agora a treinar.

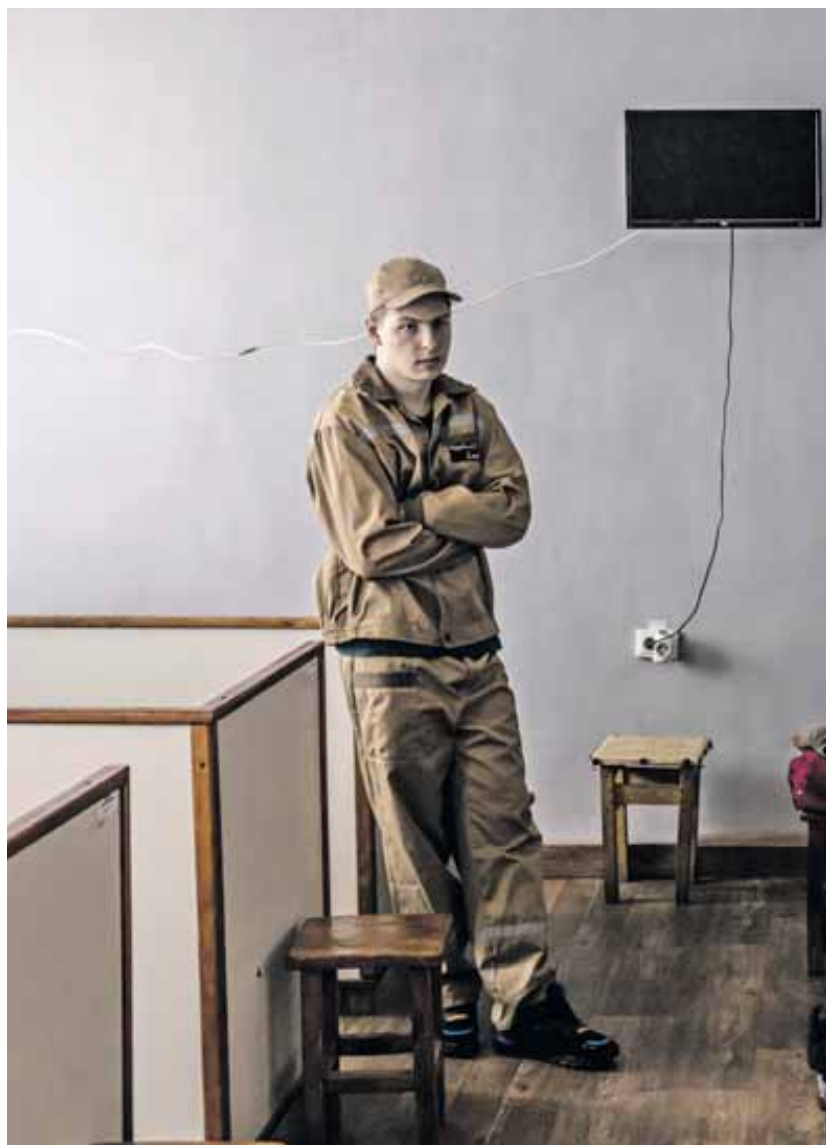
Segundo Edward, a sua terra natal conhece-o apenas como um criminoso. Ele quer mostrar-lhes – e a si próprio – que ainda lhe "resta alguma humanidade".

Mobilização difícil

De acordo com as actuais leis de mobilização da Ucrânia, os homens e as mulheres podem alistar-se para combater por vontade própria a partir dos 18 anos, mas só os homens com 25 anos ou mais podem ser recrutados. O Presidente, Volodymyr Zelensky, tem resistido a baixar ainda mais a idade de alistamento - foi reduzida de 27 anos na Primavera passada – em parte devido à pressão social para proteger os homens mais jovens da Ucrânia da guerra.

Em vez disso, para preencher as fileiras, os oficiais de recrutamento interpelam os homens em idade de combate nas ruas para lhes pedir os seus documentos de registo militar. Os recrutadores oferecem benefícios financeiros aos voluntários antes de serem convocados. E agora os militares estão a visitar as prisões para procurar voluntários.

Nem todos os criminosos podem ser qualificados. Aqueles que assassinaram mais de uma pessoa, cometeram actos de violência sexual ou violaram as leis de segurança nacional não são elegíveis. Qualquer preso que se aliste para combater tem de estar fisicamente apto, passar num exame psicológico e não ter mais de 57 anos, o que lhe permite servir pelo menos três anos antes de atingir a idade de isenção, os 60 anos.

As autoridades ucranianas insistem que o programa de libertação

FOTOS: OKSANA PARAFENIUK/THE WASHINGTON POST

Em cima, Senya Shcherbyna e Volodymyr Barandich. Ao lado, um preso fabrica uma armadilha antitanque. Em baixo, guarda num estabelecimento prisional

de prisioneiros é constitucional, ético e prático em tempo de guerra, dado que milhares de homens em idade de combater estão atrás das grades em vez de desempenharem papéis cruciais na frente de combate.

Ao contrário da Rússia, onde o recrutamento de criminosos foi iniciado pelo grupo mercenário Wagner, os condenados ucranianos serão recrutados apenas para as Forças Armadas e receberão os mesmos benefícios que os soldados regulares.

Alguns comandantes estão desejosos de os receber. "Há uma competição entre os comandantes militares para contratarem" os reclusos das prisões, diz Maliuska. "Há falta de mão-de-obra, por isso eles querem mesmo ter acesso."

> A motivação dos nossos reclusos é mais forte do que a do soldado comum. (...) A libertação é apenas parte da motivação. Querem proteger o seu país e virar a página
>
> **Denys Maliuska**
> Ministro da Justiça da Ucrânia

Há quem não confie

"Ninguém confia nisto, mas nós estamos a precisar", afirma um oficial militar envolvido no processo, que falou sob condição de anonimato para discutir o plano com franqueza. Este oficial diz temer que os prisioneiros causem desordem na linha da frente ou abandonem as suas posições. "Vão todos fugir como o Forrest Gump", atira.

O oficial preferia que a Ucrânia baixasse a idade de recrutamento para 18 anos e permitisse que as brigadas recrutassem homens mais jovens e em melhor forma em vez de condenados. Mas não acredita que Zelensky volte a alterar as regras de recrutamento em breve, por receio de perder apoio se os jovens forem obrigados a pegar em armas.

"Quando as pessoas vêem jovens a morrer, isso é político", refere.

Oleh Petrenko, que está a recrutar nas prisões para a 3.ª Brigada de Assalto Separada da Ucrânia, disse que vai usar "exactamente a mesma ideologia" ao seleccionar os candidatos da prisão e ao seleccionar os civis normais.

Cabe às chefias militares tratar os novos soldados de forma igual, disse ele, ou então a notícia chegará às prisões e menos homens estarão motivados para se alistar. "Temos de mostrar que não somos iguais à Rússia", afirma.

Oleksandr, de 42 anos, que dirige uma prisão que já libertou 98 reclusos para se alistarem nas Forças Armadas, afirmou que a sua equipa informou todos os reclusos antes de receber os representantes das brigadas para discutir pormenores específicos e realizar entrevistas. Os que quiseram seguir em frente foram submetidos a exames médicos e avaliações psicológicas.

Assim que as brigadas fizeram as selecções, os documentos dos prisioneiros foram preparados para o tribunal e os homens foram autorizados a serem libertados. Quando embarcaram nos autocarros para a sua formação, Oleksandr despediu-se deles. "Disse-lhes que se mantivessem seguros, vivos e que regressassem com a vitória", afirmou, na condição de apenas ser utilizado o seu primeiro nome, por receio de que as suas instalações pudessem ser alvo de mísseis russos.

Alguns presos manifestaram receio de que o processo não fosse claro. Outros ficaram desiludidos por não se terem qualificado.

Serhii Ivachenko, que foi condenado por exploração de menores na Internet, garante que quer lutar, mas está proibido devido aos seus crimes. "Somos homens", diz. "Se as mulheres o estão a fazer agora, devíamos ter vergonha de nós próprios."

Valentin Solovyov, 28 anos, está preocupado com o facto de ir para a guerra com outros condenados. Regressou a casa da frente oriental em 2015 profundamente traumatizado e mais tarde matou um homem.

Agora a cumprir pena por homicídio, Solovyov teme que, se for para a guerra, fique numa unidade com presos com problemas mentais. "Não tenho fé que vá estar com pessoas normais. Já vivi com presos durante muito tempo."

Exclusivo PÚBLICO/*The Washington Post*

Líder da comissão parlamentar de Defesa

Rússia poderá diminuir tempo de decisão para usar armas nucleares

A Rússia, a maior potência nuclear do mundo, pode vir a reduzir o tempo de tomada de decisão estipulado na sua doutrina oficial para o uso de armas nucleares, se Moscovo acreditar que as ameaças estão a aumentar, afirmou o presidente da comissão parlamentar de Defesa.

A guerra na Ucrânia desencadeou o maior confronto entre a Rússia e o Ocidente desde a Crise dos Mísseis de Cuba, em 1962, com o Presidente Vladimir Putin a afirmar no mês passado que a Rússia poderá alterar a sua doutrina nuclear oficial, que define as condições em que estas armas podem ser usadas.

Ontem, Andrei Kartapolov, presidente da comissão parlamentar de Defesa da Duma, foi citado pela agência estatal RIA dizendo que, se as ameaças aumentarem, o tempo para a tomada de decisão para usar estas armas poderá ser alterado.

"Se virmos que os desafios e as ameaças aumentam, isso significa que poderemos corrigir alguma coisa [na doutrina] em relação ao tempo para o uso de armas nucleares e para a decisão de as usar", disse.

Kartapolov, que chegou a comandar as forças russas na Síria e é hoje deputado pelo partido governamental Rússia Unida, acrescentou ser demasiado prematuro falar em mudanças específicas na doutrina nuclear.

A doutrina nuclear russa de 2020 define as situações em que o Presidente poderá considerar o uso de armas nucleares: de uma forma geral, como resposta a um ataque em que sejam usadas armas nucleares ou de destruição maciça, ou de armamento convencional, "quando a própria existência do Estado esteja sob ameaça".

Putin mencionou a alteração da doutrina na semana passada

A Rússia e os Estados Unidos são, de longe, as maiores potências nucleares, representando cerca de 88% das armas nucleares no planeta, de acordo com a Federação de Cientistas Americanos.

Ambos têm modernizado os seus arsenais nucleares, enquanto a China tem aumentado rapidamente o seu próprio arsenal.

Putin disse este mês que a Rússia não tem necessidade de recorrer a armas nucleares para assegurar a vitória na Ucrânia, dando o sinal mais forte até à data de que o conflito mais sangrento na Europa desde a II Guerra Mundial não irá escalar para uma guerra nuclear.

Pressão da linha dura

No entanto, Putin também não excluiu mudanças na doutrina nuclear russa. Isto foi interpretado como um aceno à pressão da linha dura da elite russa, que considera que o Presidente deveria poder agir de forma mais eficaz no que toca ao nuclear e reduzir o patamar para o seu uso.

Putin voltou a dizer na semana passada que a doutrina nuclear poderia ser revista porque os adversários da Rússia estão a desenvolver dispositivos nucleares de muito baixo rendimento.

Tanto Moscovo como Washington fizeram grandes cortes no número de armas após o colapso da União Soviética, mas, depois de a arquitectura de controlo armamentista da Guerra Fria se ter desfeito, muitos diplomatas receiam uma nova corrida às armas.

Os EUA poderão ter de instalar mais armas nucleares estratégicas nos próximos anos para travar as ameaças crescentes da Rússia, China e de outros adversários, disse um responsável da Casa Branca este mês.

A Rússia afirmou estar interessada em discutir o controlo de armas com os EUA, mas apenas como parte de uma discussão mais alargada sobre a segurança europeia e o futuro da Ucrânia.

A Postura Nuclear dos EUA de 2022 refere que a Rússia e a China estão a desenvolver os seus arsenais nucleares de tal forma que, na década de 2030, "os EUA irão enfrentar, pela primeira vez na sua história, duas potências nucleares de grande dimensão como competidores estratégicos e potenciais adversários". **Reuters**

RUI GAUDÊNCIO

Joaquim Miranda Sarmento, o actual ministro das Finanças

Novas regras orçamentais europeias retiram mais margem ao Governo do que as antigas

Portugal já recebeu de Bruxelas o valor de referência para a variação da despesa primária líquida que poderá realizar no próximo ano. A margem para políticas expansionistas é muito curta

Sérgio Aníbal

Ao contrário do que acontece com a quase totalidade dos outros países da União Europeia (UE), a introdução das novas regras orçamentais europeias irá forçar Portugal a aplicar uma política orçamental mais restritiva do que aquela que seria necessária se as anteriores regras continuassem em vigor. Um aperto que se aplica a partir de agora e que obriga o Governo a manter as contas públicas numa situação de excedente semelhante à de 2023 e que deixa o Orçamento do Estado para 2025 (OE 2025) sem espaço para a introdução de novas medidas expansionistas, a menos que sejam feitas, em simultâneo, compensações.

Foi na sexta-feira ao final do dia que a Comissão Europeia enviou para as diversas capitais da UE a trajectória de referência para a evolução da despesa líquida, que irá servir de base para os governos construírem os seus planos orçamentais de quatro ou sete anos, em cumprimento das novas regras europeias.

Essas trajectórias não são para ser tornadas públicas já, dando espaço a que, após uma negociação entre os governos e Bruxelas, se definam os números finais, mas, utilizando os critérios de sustentabilidade da dívida pública normalmente usados pela Comissão, o *think tank* europeu Bruegel divulgou na passada quinta-feira o cálculo de qual terá de ser o esforço orçamental (medido pelo saldo estrutural primário necessário) realizado por cada um dos países da UE, se quiserem cumprir aquilo que é exigido pelas autoridades europeias.

No caso de Portugal, estima o Bruegel, aquilo que acontece é que, por causa do nível ainda bastante elevado da dívida pública, o país terá de continuar a apresentar excedentes muito significativos nos saldos estruturais primários (que são os saldos orçamentais excluindo medidas extraordinárias e juros) para conseguir cumprir as regras.

Se Portugal apresentar um plano de quatro anos, o excedente terá de ser em média de, pelo menos, 2,6%. Se o plano for de sete anos (situação que exigia a Portugal apresentar a

intenção de realizar reformas estruturais), o excedente exigido é de 2,3%.

É verdade que estes números não estão muito distantes dos registados pelo país recentemente. O saldo estrutural primário previsto pela Comissão para Portugal este ano é de 2,2%. E é por isso que Portugal, à semelhança do que acontece com a Grécia, é, apesar do nível de dívida elevado, um dos países a que será exigido um menor ajustamento das políticas face àquilo que já estava a ser realizado.

A situação é muito diferente da vivida por exemplo pela França, que tendo registado um défice estrutural primário de 3% do PIB, lhe verá agora ser pedido que passe nos próximos quatro anos para um excedente médio anual de 0,8%.

Mas os números do Bruegel mostram também de forma clara que Portugal não terá, nas novas regras, espaço de manobra para políticas expansionistas. A situação orçamental de excedentes elevados é para manter, caso contrário, o país arrisca-se a violar as regras.

A análise realizada pelo *think tank* europeu também mostra que, no caso de Portugal, ao contrário do que acontece com todos os outros países da UE, excepto a Finlândia, a exigência aumentou relativamente ao que aconteceria se as regras antigas continuassem a estar em vigor.

Nessas circunstâncias, o facto de Portugal já ter atingido o objectivo de médio prazo para o saldo estrutural daria ao Governo a oportunidade para aplicar uma política orçamental moderadamente expansionista.

Em vez de ter de apresentar saldo estruturais primários ligeiramente mais positivos, poderia dar-se ao luxo de reduzir o seu resultado dos 2,2% estimados para 2024 para um valor perto de 1,7%.

Isto daria ao Governo a possibilidade de ir um pouco mais longe nas medidas de aumento da despesa e redução da receita, sem com isso violar as regras. Mas como agora as regras são outras, centrando-se na ideia de sustentabilidade da dívida, relaxar o esforço de consolidação não é uma hipótese.

2,2%

O saldo estrutural primário previsto pela Comissão para Portugal este ano é de 2,2%. É por isso que Portugal é um dos países a que será exigido um menor ajustamento das políticas

6300

Segundo o BdP, a variação da despesa primária líquida prevista no OE 2025 não pode exceder os 6300 milhões de euros

BdP também avisa

Esta análise do Bruegel é o mais recente aviso em relação às dificuldades que o Governo poderá vir a sentir em construir um OE 2025 que cumpra as novas regras orçamentais europeias.

O Banco de Portugal, no boletim económico que apresentou há duas semanas, também fez o mesmo tipo de alerta. No caso da entidade liderada por Mário Centeno, aquilo que foi calculado foi a margem de que Portugal deverá dispor para a variação da despesa primária líquida, que é o indicador de referência utilizado nas novas regras orçamentais europeias.

Segundo as contas do banco, o país irá dispor de uma margem para a variação do referencial da despesa de 5385 milhões de euros em 2025. Isto é, depois de retiradas as despesas com juros, as medidas extraordinárias e os investimentos realizado em projectos co-financiados pela UE, para além de descontadas as medidas discricionárias realizadas do lado da receita (como aumentos ou reduções de impostos), o aumento de despesa previsto no OE 2025 não pode superar os 5385 milhões de euros em mais de 0,3 pontos percentuais do PIB. Ou seja, a variação da despesa primária líquida não pode exceder os 6300 milhões de euros.

O problema, diz o Banco de Portugal, é que neste momento, tendo em conta, não só a evolução previsível de despesas como os salários ou as pensões, como as diversas medidas aprovadas nos últimos meses no Parlamento, tudo aponta para que a variação da despesa primária líquida em 2025 seja já de 7455 milhões de euros, ultrapassando a margem de 5385 milhões de euros por um valor bem mais significativo do que o autorizado, equivalente a 0,7% do PIB.

Só por si, medidas como a redução do IRS Jovem, a isenção de IMT e Imposto do Selo, a redução geral do IRS, a redução do IVA da electricidade ou a redução das portagens nas ex-Scut, aprovadas antes do OE 2025, produzem um impacto nas contas de 2025 de 1765 milhões de euros, o suficiente para ir além da margem de manobra muito curta dada pelas novas regras à expansão da despesa líquida em Portugal.

Nestas circunstâncias, parecem restar ao Governo duas alternativas. Ou encontrar medidas de compensação, que permitam reduzir a variação da despesa líquida prevista para 2025, ou conseguir, na negociação que agora se inicia com as autoridades europeias, obter o aval para a apresentação de um plano de quatro ou sete anos com uma margem um pouco mais generosa para políticas expansionistas.

Após aviso do ministro

Dados do INE são novo teste ao estado das finanças públicas

Sérgio Aníbal

Informação já conhecida em contabilidade pública mostrou saldo a passar de excedente para défice no primeiro trimestre do ano

Depois do alerta lançado pelo ministro das Finanças poucas semanas após ter tomado posse, hoje serão conhecidos os dados oficiais das finanças públicas em contabilidade nacional durante o primeiro trimestre deste ano, dando uma indicação mais precisa sobre a forma como evoluiu o saldo orçamental nos meses anteriores à tomada de posse do anterior executivo.

Foi no início de Maio que Joaquim Miranda Sarmento, pouco tempo depois de receber a pasta da Finanças de Fernando Medina, colocou o país de novo em alerta relativamente ao estado das contas públicas. Numa declaração que fez lembrar os momentos históricos em que Durão Barroso acusou os socialistas de “deixarem o país de tanga” em 2002 ou em que José Sócrates a anunciar os cálculos da comissão Constâncio em 2005, o actual ministro das Finanças afirmou que “as contas públicas estão bastante pior” do que esperado.

Fez esta declaração, acusando o anterior executivo de ter assumido diversas despesas não previstas e destacando o resultado da execução orçamental divulgado pelo seu próprio ministério para os primeiros três meses do ano.

De acordo com os dados então anunciados pelas Finanças, registou-se até Março um défice de 259 milhões de euros no primeiro trimestre, um valor que compara com o excedente de 2040,1 milhões de euros do mesmo período do ano anterior.

A dificuldade em retirar conclusões definitivas destes números está no facto de os dados publicados pelo Ministério das Finanças estarem em contabilidade pública, uma metodologia diferente da usada para o cálculo do saldo orçamental declarado em Bruxelas, que é a contabilidade nacional.

O anterior ministro, Fernando Medina, quando rebateu o alerta do seu sucessor, destacou precisamente o facto de, em contabilidade nacional, os resultados do primeiro trimestre poderem ser bastante diferentes, não pondo em causa o objectivo de um novo excedente orçamental na totalidade do ano de 2024.

São estes números das finanças públicas em contabilidade nacional que hoje o Instituto Nacional de Estatística irá revelar para o primeiro trimestre do ano.

259

De acordo com as Finanças, registou-se até Março um défice de 259 milhões de euros no primeiro trimestre de 2024

O facto de, em contabilidade pública, o saldo se ter deteriorado quase 2300 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior constitui um sinal que não se pode ignorar e que torna inevitável que, em contabilidade nacional, o saldo positivo de 692 milhões de euros, ou 1,1% do PIB, registado no primeiro trimestre do ano passado não se venha agora a repetir.

No entanto, não se pode simplesmente retirar os 2300 milhões de euros a este valor, porque, entre a contabilidade pública e a contabilidade nacional, há diferenças metodológicas que impedem esse tipo de comparações.

A principal diferença é que, enquanto em contabilidade pública, as despesas são registadas numa óptica de caixa, isto é, quando o dinheiro sai das Administrações Públicas, em contabilidade nacional as despesas são registadas quando é assumido o compromisso de realizá-las.

Isto faz com que, por exemplo, 200 milhões de euros de despesa realizada no início deste ano para a redução das tarifas de electricidade (e que contaram para o saldo em contabilidade pública) tenham sido já registados, de acordo com o INE, nas contas de 2023, em contabilidade nacional.

Há igualmente despesas realizadas com injecções de capital em empresas públicas que, em contabilidade pública, são registadas e, em contabilidade nacional, não são. Por fim, há também diferenças nos próprios organismos que, entre as duas metodologias, são considerados como estando dentro do perímetro das Administrações Públicas.

No Orçamento do Estado para 2024 actualmente em vigor, as previsões para o saldo nas duas metodologias já mostravam uma diferença. Enquanto em contabilidade nacional, o saldo previsto era positivo em 0,2% (o Governo mais tarde reviu em alta para 0,5%), em contabilidade pública apontava-se para um défice de 1494 milhões de euros, cerca de 0,5% do PIB.

De qualquer modo, quer o INE venha agora anunciar a existência de um excedente ou um défice no primeiro trimestre do ano, dificilmente se podem retirar conclusões definitivas relativamente ao que será o resultado total de 2024.

No ano passado, a um excedente de 1,1% do PIB no primeiro trimestre correspondeu um excedente de 1,2% no total do ano, mas no passado esta relação não foi tão próxima.

Em 2022, depois de um défice de 0,6% no primeiro trimestre, registou-se um défice de 0,3% no final do ano e, em 2021, o défice foi de 5,7% nos primeiros três meses e de 2,9% na totalidade do ano.

O Banco de Portugal veio avisar para o risco de este ano se vir a registar, até pelas medidas que têm vindo entretanto a ser aprovadas, que as contas públicas portuguesas podem voltar para um défice já no decorrer deste ano, mas, para já, apesar do discurso mais dramático em relação à situação das contas feito em Maio, o actual Governo continua a garantir que os objectivos, de um excedente de 0,3% este ano, são ainda para cumprir.

DANIEL ROCHA

Fernando Medina, o anterior ministro das Finanças

CLASSIFICADOS

Rua Júlio Dinis, n.º 270, Bloco A, 3.º Piso 4050-318 Porto | Tel. 22 615 10 00 lojaporto@publico.pt De seg a sex das 09H às 18H

Empreitada para as obras de estabilização dos taludes de escavação localizados no IC20 – Via Rápida da Caparica

Entre os meses de julho e novembro de 2024

A AEBT – Autoestradas do Baixo Tejo, S. A. informa que, face ao prolongamento dos trabalhos em curso relativos à empreitada para a estabilização dos taludes de escavação localizados no IC20 – Via Rápida da Caparica, aproximadamente ao pk 6+500, a conclusão da obra ocorrerá a 30 de novembro de 2024.

A AEBT agradece antecipadamente a compreensão e colaboração dos automobilistas e espera contribuir para reduzir eventuais inconvenientes decorrentes desta operação, que compreende trabalhos a realizar maioritariamente em período diurno, e com recurso a condicionamentos à circulação rodoviária que incluem essencialmente a supressão da berma direita.

Estes trabalhos visam garantir as condições de circulação e os níveis de serviço no lanço em causa, com reconhecidos benefícios ao nível da segurança rodoviária.

A AEBT tem consciência dos incómodos resultantes da obra numa via que está aberta à circulação, mas está certa de que os possíveis incómodos serão largamente compensados pelo nível de segurança que resulta de uma infraestrutura continuamente adaptada às necessidades de quem a utiliza.

O Número de Assistência e Informação 210 730 300 está à disposição dos automobilistas, para prestar as informações e os esclarecimentos que considerem necessários.

Dá-se conhecimento público de que se encontra aberto processo de recrutamento de pessoal em regime de comissão de serviço para a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para:

1 vaga de Dirigente Intermédio de 2º Grau, com a seguinte referência: **CT-ND-036-2024-DII**

1 vaga de Dirigente Intermédio de 4º Grau, com a seguinte referência: **CT-ND-037-2024-GSHST**

1 vaga de Dirigente Intermédio de 3º Grau, com a seguinte referência: **CT-ND-049-2024-GRA**

ao qual podem candidatar-se os indivíduos que reúnam as condições fixadas no aviso disponível no endereço: https://www.fct.unl.pt/faculdade/concursos/nao-docentes

O prazo limite para submissão das candidaturas é de 6 dias úteis a contar da data da publicação do presente anúncio.

Dá-se conhecimento de que se encontra aberto o seguinte recrutamento para a NOVA Medical School da Universidade Nova de Lisboa:

- 1 vaga de Técnico Superior para o Serviço de Gestão de Projetos **(Ref.ª: TS/13/SGP/2024)**;

Podem candidatar-se os indivíduos que reúnam as condições fixadas nos avisos disponíveis no endereço: www.nms.unl.pt *(Junte-se à nms/Recrutamento/Colaboradores).*

O prazo-limite para submissão das candidaturas é de 6 dias úteis a contar da data da publicação do presente anúncio.

Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 1

Ação de Processo Especial 4/24.8YQSTR

ANÚNCIO

Autor: Associação Ius Omnibus
Réu: Barclays Bank Plc

No Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 1: Faz-se saber que nos autos acima identificados, em que é **Autora a ASSOCIAÇÃO IUS OMNIBUS**, pessoa coletiva n.º 515807753, com sede em Second Home Lisboa, Mercado da Ribeira, Av. 24 de Julho, 1200-479 Lisboa e **Ré BARCLAYS BANK PLC**, pessoa coletiva n.º 01026167, com sede em 1 Churchill Place, E14 5HP,Londres, Reino Unido, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 a 3 do artigo 15.º da Lei n.º 83/95, de 31 de Agosto e não sendo possível individualizá-los, **ficam citados todos consumidores (i) com residência habitual em Portugal, que (ii) contrataram crédito à habitação e/ou crédito(s) ao consumo em Portugal entre Maio de 2005 e Setembro de 2012**, a não ser que expressamente indiquem que não desejam ser representados, i.e., a não ser que exerçam o direito de opt-out (os "consumidores representados"), **com exclusão dos seguintes**:

(i) os administradores e empregados da Ré e demais empresas participantes no "Cartel da Banca" e suas subsidiárias ou empresas-mãe;

(ii) o(s) juiz(es) que decidam o presente processo ou questões do mesmo, em qualquer instância e potencial incidente; e

(iii) os mandatários judiciais e consultores económicos e técnicos da Autora e da Ré no âmbito do presente processo, para, no **prazo de 20 dias, decorrida que seja a dilação de 30 dias**, a contar da última publicação do anúncio, passarem a intervir no processo a título principal, querendo, aceitando-o na fase em que se encontrar, e para declararem nos autos se aceitam ou não ser representados pela autora ou se, pelo contrário, se excluem dessa representação, nomeadamente para o efeito de lhes não serem aplicáveis as decisões proferidas, sob pena de a sua passividade valer como aceitação, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do mesmo artigo 15.º da Lei n.º 83/95, de 31 de Agosto.

A causa de pedir traduz-se em: responsabilidade civil extracontratual fundada na violação de normas jus concorrenciais.

O pedido na acção em curso é o seguinte:

a. Ser declarado que, desde maio de 2005 a setembro de 2012, a Ré violou, numa prática única e continuada, o artigo 101.º do TFUE (incluindo sua anterior numeração) e (sucessivamente) e o artigo 4.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, ao trocar com as suas concorrentes informações estratégicas, não públicas, atuais e futuras, de modo desagregado, individualizado e regular, nomeadamente, sobre as suas respetivas ofertas de crédito à habitação e crédito ao consumo.

b. Ser declarado que esta prática da Ré causou danos aos interesses difusos ou coletivos de proteção do consumo de bens e serviços e da concorrência, e aos interesses individuais homogéneos dos consumidores representados;

c. Subsidiariamente à alínea b), ser declarado que a prática da Ré provocou o seu enriquecimento sem justa causa, à custa do empobrecimento do conjunto dos consumidores representados;

d. Com fundamento na responsabilidade civil, ou, subsidiariamente, pela restituição do indevido, seja a Ré condenada a indemnizar / restituir integralmente todos os consumidores representados na presente ação pelos danos sofridos / sobrepreço pago em consequência das práticas anticoncorrenciais em causa no montante:

(iii) dos danos/sobrepreço associados aos contratos de crédito à habitação e crédito ao consumo celebrados entre a Ré e consumidores portugueses, desde maio de 2005 a setembro de 2012; em montante global a fixar:

(i) por cálculo aritmético; ou, não sendo este possível,

(ii) por equidade, nos termos do artigo 566.º(3) do CC;

(iii) sendo os valores integrantes do montante global, calculados anualmente, atualizados à taxa de inflação e acrescidos de juros de mora civis;

(iv) sendo que na presente data a Autora não consegue liquidar este montante, por, nos termos do disposto no artigo 556.º(1)(b) e (c) do CPC, não lhe ser possível determinar de modo definitivo as consequências das práticas ilícitas das Rés, estando tal determinação parcialmente dependente de ato a praticar pelas Rés;

e. Ser a Ré condenada no pagamento dos mesmos dano/restituição elencados na alínea d), emergentes da prática anticoncorrencial em causa, que se produzam na esfera dos consumidores representados entre a prolação da sentença e o trânsito em julgado da sentença, em quantia a liquidar em execução de sentença, nos termos do artigo 609.º(2) do CPC.

f. Ser declarada a nulidade da(s) cláusula(s) que fixa(m) a taxa de spread nos contratos de crédito à habitação e nos contratos de crédito ao consumo celebrados pelos consumidores representados durante o período relevante, sendo, em consequência, reduzida(s) a(s) sobredita(s) cláusula(s) na parte correspondente ao sobrepreço ilícito, nos contratos cuja vigência ultrapasse a data do trânsito em julgado, e nos quais a Ré seja mutuante, por ter sido por esta celebrados ou por subsequente cessão da posição contratual;

g. Vindo-se a revelar não ser possível fazer, total ou parcialmente, na sentença a liquidação do pedido da alínea d), ser a Ré condenada no pagamento do montante global resultante da alínea d) supra, calculado nos mesmos termos, que vier a ser liquidado, nos termos do artigo 609.º(2) do CPC;

h. No caso das alíneas e) e f), ser a condenação da Ré no pagamento de indemnização líquida concretizada na obrigação: (i) do pagamento da indemnização individual devida aos consumidores representados que intervenham e assim sejam individualmente identificados no âmbito da presente ação, pelos montantes de indemnização individual que sejam determinados no âmbito da presente ação; e (ii) do pagamento a entidade designada pelo tribunal do montante global da indemnização determinado pelo tribunal de acordo com as alíneas e) ou f), subtraindo-se os valores referidos em (i), a ser distribuído pelos restantes
consumidores representados de acordo com método para determinação e distribuição de indemnizações individuais determinado pelo Tribunal;

i. Ser declarado que a Autora tem legitimidade para proceder à cobrança das quantias a que a Ré for condenada, em representação dos consumidores representados, incluindo legitimidade para requerer a liquidação judicial das quantias e a execução judicial de sentença, e demais atos necessários à cobrança efetiva das referidas quantias, devendo a Ré proceder ao pagamento da indemnização global a favor dos consumidores representados diretamente à entidade designada pelo Tribunal para proceder à administração da mesma, sem prejuízo da legitimidade da Autora para exigir e executar a cobrança, mesmo que judicialmente;

j. Ser nomeada como entidade incumbida da administração da indemnização global (sem prejuízo da necessidade de aceitação do encargo): i. a Direção-Geral do Consumidor; ii. subsidiariamente, caso não seja nomeada a Direção-Geral do Consumidor, uma empresa especializada em distribuição de compensações em ações representativas; iii. subsidiariamente, caso não seja nomeada a DGC ou uma empresa especializada em distribuição de compensações em ações populares, a Autora;

k. Ser declarado que a entidade designada pelo Tribunal para administrar a quantia que a Ré for condenada a pagar deverá ser remunerada pelo exercício desta atividade, com a remuneração que o Tribunal entenda adequada;

l. Ser declarado que a entidade designada pelo Tribunal para o efeito deverá proceder à administração das quantias que a Ré for condenada a pagar, a título de fiel depositário, competindo-lhe: (i) criar, gerir e divulgar uma plataforma na qual cada consumidor representado poderá requerer a indemnização a que tem direito; (ii) verificar o direito de cada consumidor representado que requeira a sua indemnização através de comprovativo de celebração de contrato(s) de crédito à habitação e/ou de contrato(s) de crédito ao consumo com a Ré, em qualquer das modalidades identificadas nos presentes autos, durante o período relevante; (iii) garantir o pagamento da indemnização individual devida, no prazo de três meses após pedido de pagamento com comprovativo do preenchimento dos respetivos requisitos, tudo como melhor consta do duplicado da petição inicial que se encontra nesta secretaria, à disposição do citando.

N/ Referência: 467958

Santarém, 19-06-2024

(Documento elaborado pela Oficial de Justiça Cristina Cruz)

A Juíza de Direito, *Dra. Vanda Miguel*

Público, 24/06/2024

---

alzheimer PORTUGAL

Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, constituída há mais de 30 anos especificamente para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.

Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.

Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos:

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3 Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa
Telefones: 213 610 460 - Fax : 21 361 04 69 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Centro de Dia Prof. Doutor Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa
Telefone: 213 609 300 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim», Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia
2765-029 Estoril - Telefone: 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org
Horário de Atendimento: Quartas e sextas, entre as 9h e as 13h
Núcleo do Ribatejo da Alzheimer Portugal: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31 «A, 2080-114 Almeirim
- Telefone: 243 000 087 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org
Delegação Norte da Alzheimer Portugal: Centro de Dia «Memória de Mim», Rua do Farol Nascente
n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra - Telefone: 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org
Delegação Centro da Alzheimer Portugal: Centro de Dia do Marquês, Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal
- Telefone: 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org
Núcleo do Algarve da Alzheimer Portugal: Urbanização do Pimentão, lote 2, Cave, Gabinete 3, Três Bicos, 8500-776 Portimão - Telemóvel: 965 276 690 - E-mail: geral.algarve@alzheimerportugal.org
Delegação da Madeira da Alzheimer Portugal: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional
da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 Funchal, Telefone: 291 772 021 - Fax: 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org

---

Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga
Unidade Orgânica 1

Processo: 667/24.4BEBRG
Ação administrativa
N/Referência: 007046512
Data: 05-04-2024
Autor: Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (e Outros)
Réu: ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E RESÍDUOS, I.P. (ERSAR, I.P.)
Contrainteressado: Município de Ponte de Lima (e Outros)

Anúncio

FAZ-SE SABER, que nos autos de ação administrativa especial, acima identificada, que se encontram pendentes neste tribunal, são os contrainteressados, abaixo indicados, **CITADOS**, para no PRAZO de **15 dias** se constituírem como contrainteressados no processo acima indicado, nos termos do n.º 5 do art.º 81.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, cujo objeto do pedido consiste:

a) Serem anuladas as Deliberações do Conselho de Administração da ERSAR de 28.11.2023 que integram os Documentos n.os 1 a 10 desta ação; bem como

b) Ser a ERSAR condenada a praticar novos atos de fixação da tarifa a aplicar por cada uma das concessionárias (as primeiras oito Autoras), cujo valor reflita a devolução do "saldo regulatório", tarifa essa que deverá ser fixada:

b.1) Com início de efeitos a 01.01.2025, para vigorar para todo o ano de 2025; ou, caso assim não se entenda,

b.2) Com início de efeitos a 1 de janeiro do primeiro ano imediatamente seguinte ao da data do trânsito em julgado da decisão final que venha a ser proferida neste processo, para vigorar durante todo esse ano;

c) Subsidiariamente, deverá a ERSAR ser condenada a fixar a taxa de juro aplicável à capitalização do saldo regulatório, nos termos do disposto no artigo 40.º, n.º 5 do RTR.

Uma vez expirado o prazo, acima referido (15 dias) os contrainteressados que como tais se tenham constituído, consideram-se CITADOS para contestar, no PRAZO de 30 dias, a ação acima referenciada pelos fundamentos constantes da petição inicial, cujo duplicado se encontra à disposição na secretaria, A falta de contestação importa a confissão dos factos articulados pelo autor;

A falta de impugnação especificada importa a confissão dos factos articulados pelo autor;

Nas ações relativas a atos administrativos e normas a falta de impugnação especificada não importa a confissão dos factos articulados pelo autor, mas o tribunal aprecia livremente essa conduta para efeitos probatórios (n.º 4 do art.º 83.º CPTA)

Na contestação, deduzida por forma articulada devem:

a) Individualizar a ação;

b) Expor as razões de facto e de direito por que se opõem à pretensão do autor;

c) Expor os factos essenciais em que se baseiam as exceções deduzidas, especificando-as separadamente.

No final da contestação devem apresentar o rol de testemunhas, juntar documentos e requerer outros meios de prova e deduzir toda a defesa (n.º 1, 2 e 3 do artigo 83.º do CPTA).

Caso não lhe seja facultado, em tempo útil, a consulta ao processo administrativo e disso der conhecimento ao juiz do processo, permite-se que a contestação seja apresentada no prazo de 15 dias contado desde o momento em que venha a ser notificado de que o processo administrativo foi junto aos autos (n.º 3 do art.º 82.º do CPTA).

De que, nos termos do n.º 1 do art.º 11.º do CPTA e do n.º 1 do art.º 40.º do Código de Processo Civil
(CPC), é obrigatória a constituição de Mandatário:

a) Nas causas de competência de tribunais com alçada, em que seja admissível recurso ordinário;

b) Nas causas em que seja sempre admissível recurso, independentemente do valor;

c) Nos recursos e nas causas propostas nos tribunais superiores.

As entidades públicas podem fazer-se patrocinar em todos os processos por advogado, solicitador ou licenciado em direito ou em solicitadoria com funções de apoio jurídico, sem prejuízo da representação do Estado pelo Ministério Público.

Os prazos acima indicados são contínuos, suspendendo-se, no entanto, durante as férias judiciais.

Terminados em dia que os tribunais estejam encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

A apresentação de contestação, implica o pagamento de taxa de justiça autoliquidada.

Sendo requerido nos Serviços de Segurança Social benefício de apoio judiciário na modalidade de nomeação de patrono, deverá o citando, juntar aos presentes autos, no prazo da contestação, documento comprovativo da apresentação do referido requerimento, para que o prazo em curso se interrompa até notificação da decisão do apoio judiciário.

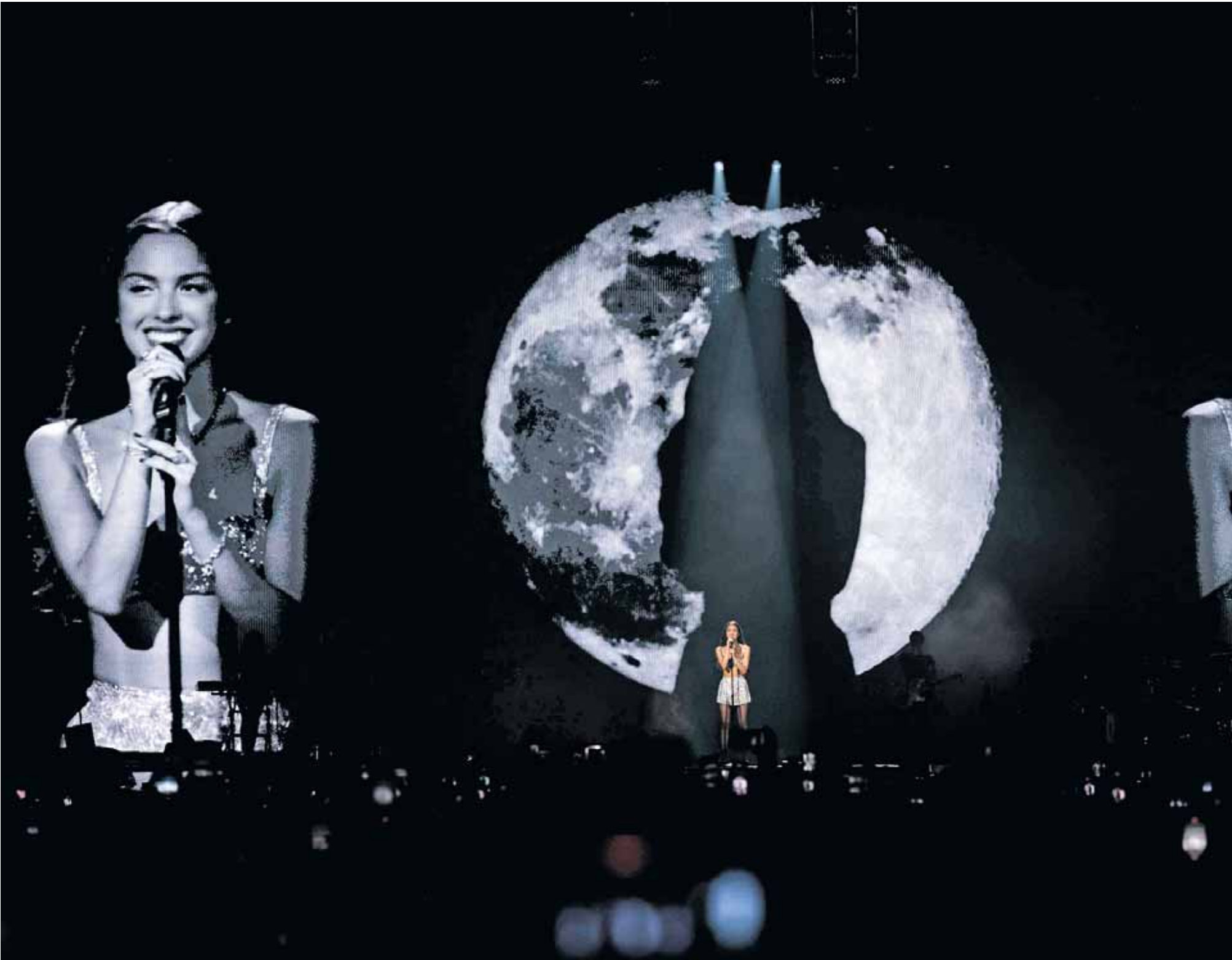
As férias judiciais decorrem de 22 de dezembro a 3 de janeiro; de domingo de Ramos à segunda-feira de Páscoa e de 16 de julho a 31 de Agosto.

A CITAR:

Contrainteressado: Município de Ponte de Lima
Contrainteressado: MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
Contrainteressado: Município de Ponte da Barca
Contrainteressado: Município de Viana do Castelo
Contrainteressado: Município de Vila Nova de Famalicão
Contrainteressado: Município de Esposende
Contrainteressado: Município de Vizela
Contrainteressado: MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA
Contrainteressado: MUNICÍPIO DE MANTEIGAS
Contrainteressado: MUNICÍPIO DA TROFA
Contrainteressado: Município de Santo Tirso
Contrainteressado: Município de Barcelos
Contrainteressado: Município de Guimarães
Contrainteressado: Município de Mondim de Basto
Contrainteressado: Município de Vila Real de Santo António
Contrainteressado: Município de Vila do Bispo
Contrainteressado: Município de Silves
Contrainteressado: Município de São Brás de Alportel
Contrainteressado: Município de Portimão
Contrainteressado: Município de Olhão
Contrainteressado: Município de Monchique
Contrainteressado: Município de Loulé
Contrainteressado: Município de Lagos
Contrainteressado: Município de Lagoa
Contrainteressado: Município de Faro
Contrainteressado: Município de Castro Marim
Contrainteressado: Município de Aljezur
Contrainteressado: Município de Alcoutim
Contrainteressado: Município do Seixal
Contrainteressado: Município do Montijo
Contrainteressado: Município do Barreiro
Contrainteressado: Município de Sesimbra
Contrainteressado: Município de Palmela
Contrainteressado: Município de Almada
Contrainteressado: Município de Alcochete
Contrainteressado: Município da Moita
Contrainteressado: Município do Sabugal
Contrainteressado: Município do Fundão
Contrainteressado: Município de Trancoso
Contrainteressado: Município de Pinhel
Contrainteressado: Município de Penamacor
Contrainteressado: Município de Meda
Contrainteressado: Município de Fornos de Algodres
Contrainteressado: Município de Figueira de Castelo Rodrigo
Contrainteressado: Município de Celorico da Beira
Contrainteressado: Município de Belmonte
Contrainteressado: Município de Almeida
Contrainteressado: Município da Guarda
Contrainteressado: Município da Covilhã
Contrainteressado: Município de Vila Pouca de Aguiar
Contrainteressado: Município de Valpaços
Contrainteressado: Município de Tarouca
Contrainteressado: Município de Tabuaço
Contrainteressado: Município de Sernancelhe
Contrainteressado: Município de São João da Pesqueira
Contrainteressado: Município de Ribeira de Pena
Contrainteressado: Município de Resende
Contrainteressado: Município de Penedono
Contrainteressado: Município de Montalegre
Contrainteressado: Município de Moimenta da Beira
Contrainteressado: Município de Marco de Canaveses
Contrainteressado: Município de Lamego
Contrainteressado: Município de Cinfães
Contrainteressado: Município de Chaves
Contrainteressado: Município de Boticas
Contrainteressado: Município de Baião
Contrainteressado: Município de Armamar
Contrainteressado: Município de Amarante
Contrainteressado: Município de Vila Real
Contrainteressado: Município de Santa Marta de Penaguião
Contrainteressado: Município de Sabrosa
Contrainteressado: Município de Peso da Régua
Contrainteressado: Município da Murça
Contrainteressado: Município de Mesão Frio
Contrainteressado: Município de Alijó
Contrainteressado: Município de Vila Nova de Gaia
Contrainteressado: Município de Santa Maria da Feira
Contrainteressado: Município de Sardoal
Contrainteressado: Município de Marvão
Contrainteressado: Município do Crato
Contrainteressado: Município de Vila Velha de Ródão
Contrainteressado: Município de Vila de Rei
Contrainteressado: Município de Sousel
Contrainteressado: Município de Proença-a-Nova
Contrainteressado: Município de Portalegre
Contrainteressado: Município de Ponte de Sor
Contrainteressado: Município de Oleiros
Contrainteressado: Município de Nisa
Contrainteressado: Município de Monforte
Contrainteressado: Município de Mação
Contrainteressado: Município de Idanha-a-Nova
Contrainteressado: Município de Gavião
Contrainteressado: Município de Fronteira
Contrainteressado: Município de Elvas
Contrainteressado: Município de Castelo de Vide
Contrainteressado: Município de Castelo Branco
Contrainteressado: Município de Campo Maior
Contrainteressado: Município de Avis
Contrainteressado: Município de Arronches
Contrainteressado: Município de Alter do Chão
Contrainteressado: Município de Abrantes
Contrainteressado: Município de Sertã
Contrainteressado: Município de Odivelas
Contrainteressado: Município de Vila Franca de Xira
Contrainteressado: Município de Loures
Contrainteressado: Município de Lisboa
Contrainteressado: Município da Amadora
Contrainteressado: Município do Cadaval
Contrainteressado: Município do Bombarral
Contrainteressado: Município de Torres Vedras
Contrainteressado: Município de Sobral de Monte Agraço
Contrainteressado: Município de Rio Maior
Contrainteressado: Município de Peniche
Contrainteressado: Município de Óbidos
Contrainteressado: Município de Arruda dos Vinhos
Contrainteressado: Município de Alenquer
Contrainteressado: Município de Alcobaça
Contrainteressado: Município de Caldas da Rainha
Contrainteressado: Município da Nazaré
Contrainteressado: Município da Lourinhã
Contrainteressado: Município da Azambuja
Contrainteressado: Município de Tavira
Contrainteressado: Município de Arcos de Valdevez
Contrainteressado: Município de Celorico de Basto
Contrainteressado: MUNICÍPIO DE FAFE

A Juiz de Direito
Santos dos Santos

O Oficial de Justiça
José Manuel Paulos Cerdeira

Público, 24/06/2024

Olivia Rodrigo canta as nossas vidas. E o público canta de volta

A mais popular cantora pop revelada nesta década estreou-se ao vivo, sábado, na MEO Arena. E ninguém saiu defraudado, num concerto que voltou a repetir-se ontem na sala lisboeta

Reportagem

Luís Filipe Rodrigues Texto
Nuno Ferreira Santos Fotografia

São cinco da tarde de um sábado de praia perfeito. O sol aquece a pele, porém o calor ainda era tolerável. Na televisão, Portugal começou a jogar a segunda partida na fase de grupos do Euro 2024, contra a Turquia – a vitória garantiu-lhe o apuramento para os oitavos de final da competição. Olhando para o mar de gente que sai do metro, palmilha os corredores do Vasco da Gama e desagua no *food court* do centro comercial, no entanto, parecia que não se passava nada fora do Parque das Nações. A culpa é da mais popular e bem-sucedida estrela pop revelada nos últimos três a cinco anos, Olivia Rodrigo.

Isto não é uma suposição, é um facto. Algumas pessoas estarão ali por outras razões, mas muitas têm o rosto pintado à imagem da cantora de 21 anos; copiam-lhe os *looks* dos telediscos ou estão vestidas de roxo, a cor das capas dos dois discos que lançou até à data; no mínimo, têm a cara ou as letras das suas canções estampadas em *T-shirts* e camisolas. Não é difícil perceber por que estão ali, de passagem para a MEO Arena, onde assistimos ao primeiro dos dois concertos da cantora em Lisboa, no fim-de-semana.

Já perto do Homem-Sol, a

monumental escultura de Jorge Vieira plantada entre o centro comercial e aquela sala de espectáculos, alguém questiona se "isto é uma fila". Sente-se um misto de espanto e temor na voz. É uma fila e nem é a maior, garantimos. A garota que fez a pergunta tem 14 anos e uma *T-shirt* em que se lê *"I heart Olivia Rodrigo"*. No peito da amiga, da mesma idade, lê-se *"I heart breaking hearts"*. É a primeira vez que estão a ir a um concerto sozinhas e, mesmo sabendo que estava esgotado, não contavam com isto.

Perto das seis, vão perceber que não tinham nada a temer. As filas são longas, todavia escoam depressa mal as portas se abrem e milhares de pessoas começaram a entrar no recinto. Muitas, como elas, são raparigas adolescentes, trajadas a rigor. Algumas levam os pais à ilharga, avistam-se alguns, poucos, namorados, mas a maioria está acompanhada por miúdas da mesma idade. De vez em quando, damos de caras com grupos de três ou quatro rapazes e casais adultos do mesmo sexo, uma ou outra pessoa mais velha sozinha.

Isto é o punk rock delas

Olhando para a moldura humana reunida na MEO Arena, quem não estiver familiarizado com o trabalho de Olivia Rodrigo ou souber apenas que foi lançada para a ribalta pelo complexo industrial da Disney, dificilmente imaginará o tipo de música que toca. No álbum de estreia, *SOUR* (2021), e mais ainda no segundo, *GUTS* (2023), a jovem cantora ergue frequentemente as suas canções sobre linhas de guitarra eléctrica, a bateria é sovada com vigor, ouvem-se ecos do pop-punk de uns blink-182 e das canções mais redondas de Hole. Outras vezes, desliga a electricidade e desliza pelas teclas em baladas assombradas pelo soft-rock. O desamor juvenil é um tema transversal, mas cada vez menos o único.

Nada disto é novo. Sempre houve mulheres no rock, mesmo que poucas tenham sido abraçadas por tanta gente e desde tão cedo. No final da década de 1990 e no início da seguinte, era habitual o então Pavilhão Atlântico receber grandes concertos de rock e nu-metal, cujo público era sobretudo adolescente ou quando muito andava na universidade. A diferença é que, nessa altura, eram homens como Marilyn Manson ou os Limp Bizkit que cantavam e gaiatos impressionáveis que os escutavam. Agora não. Nas suas canções, Olivia Rodrigo assume uma perspectiva feminina. E são raparigas da sua idade ou um pouco mais novas que se revêem nas palavras sofridas que canta e nas histórias honestas que conta.

A norte-americana tem o dom de fazer dos seus desgostos amorosos e fracassos canções com que qualquer pessoa se consegue identificar. Isso percebe-se assim que termina a actuação de Remi Wolf, banal, na primeira parte, e Olivia Rodrigo entra em cena. Abre o espectáculo a ponderar reatar com um ex com quem sabe que não se devia envolver, em *Bad idea right?*, e milhares de vozes acompanham-na, como se cada letra fosse sobre elas. E, de certa forma, é. Quem é que nunca pensou em voltar para aquele ou aquela ex?

Seguem-se mais duas canções do ano passado, *Ballad of a homeschooled girl* e *vampire*, com o público a servir de coro e centenas de telemóveis a filmarem cada gesto. E chega *Traitor*, um dos pontos altos de *SOUR*, sobre mais um ex, que mal acaba com ela já tem outra. Centenas de miúdas cantam cada verso a plenos pulmões, como se estivessem a dirigir-se aos rapazes que lhes fizeram o mesmo. À quinta faixa, *Drivers licence*, o seu primeiro *hit*, juramos sentir a MEO Arena a abanar. Duas filas à nossa frente, uma miúda chora enquanto repete cada palavra. Não é a primeira nem a última que vamos ver chorar.

Ao mesmo tempo que as e os fãs purgam os seus demónios e inseguranças, Olivia baila, corre, abana vigorosamente a cabeça como quem ouve heavy metal, chama dançarinas para junto dela – e não há um único homem em palco, apenas mulheres e pessoas não binárias. Sem que se dê por isso, troca o top e a minissaia prateada, combinados com um par de botas Dr. Martens, por outro top e outra minissaia, pretos e mais reveladores.

Grande espectáculo pop

O público pode encarar isto como um ritual de purga, mas não deixa de ser um grande espectáculo pop, com mudanças de guarda-roupa e valores de produção elevados, habilmente filmado e projectado no ecrã gigante atrás dos músicos. Não anda muito longe do que Taylor Swift fez no Estádio do Sport Lisboa e Benfica no final de Maio, por exemplo. É impossível ignorá-lo quando, subitamente, descem estrelas do tecto do pavilhão e uma meia-lua se ergue ao lado do palco. A cantora e compositora senta-se nela e sobrevoa a plateia enquanto canta *Logical* e *enough for you*, sem falhar uma nota – e a merecer uma sala com melhor acústica do que a MEO Arena.

Mal desce da lua, dirige-se às fãs. Uma dá-lhe um chapéu de *cowboy* cor-de-rosa, que não tarda a enfiar na cabeça; outra tem um cartaz a dizer que é o seu 15.º aniversário e Olivia começa a cantar-lhe os parabéns, acompanhada por toda a gente na sala. "Miranda" (pelo menos foi o que a cantora lhe chamou) chora de alegria. Passado um bocado, alguém lhe dá uma tiara e um pastel de nata, que não hesita em trincar. São momentos coreografados para sublinhar que, apesar dos milhões no banco, é uma pessoa como nós. Acessível.

E os êxitos sucedem-se: *Lacy*, *So american*, *Jealousy, jealousy*, *Happier*, *Favorite crime*, *Déjà vu*, etc. Quando o concerto termina, ao som de *All-american bitch*, estamos capazes de jurar que Joan Jett desceu à MEO Arena por um instante. Calma, falta o *encore*. Começa com *Good 4 u*, decalcada de Paramore, mais uma daquelas em que é difícil não nos revermos; e acaba com *Get him back!*, obsessivo hino à dor de corno, em que ódio e amor se baralham. Pela última vez, o público devolve-lhe cada palavra cantada. É compreensível. Há bandas e canções que podiam ser a nossa vida, como diziam os Minutemen. Estas são mesmo.

Rock in Rio Lisboa repete Parque Tejo em 2026

O festival Rock in Rio Lisboa, cuja 10.ª edição terminou ontem, vai regressar ao Parque Tejo em 2026, anunciou a organização. "A próxima edição do Rock in Rio Lisboa está confirmada nesta casa linda que é o Parque Tejo", afirmou a directora do festival, Roberta Medina. Desde que se estreou em Portugal, em 2004, a "cidade do rock", o recinto do festival, foi sempre erguida no Parque da Bela Vista, tendo este ano acontecido pela primeira vez no Parque Tejo, que começou a ser recuperado para acolher, em Agosto do ano passado, a Jornada Mundial da Juventude. O Parque Tejo voltará a estar acessível ao público em geral, "parcialmente", a partir de 15 de Julho, com algumas infra-estruturas deixadas no local pelo festival. "Vamos deixar uma unidade de casas de banho permanentes, vamos entrar em detalhes com a Câmara Municipal de Lisboa e as juntas de freguesia para ver se deixamos algumas mesas para piqueniques", acrescentou a directora do festival. A mudança do Rock in Rio Lisboa do Parque da Bela Vista para o Parque Tejo originou várias críticas por parte do público, nomeadamente em relação aos acessos ao recinto, à falta de sombras e às longas filas para aceder a espaços de restauração e casas de banho.

Cultura

Um serão doméstico no 50.º Festival de Espinho

Crítica de música

Pierre Hantaï, cravo

★★★★★

Espinho, Auditório de Espinho
Sábado, 22 de Junho, 22h00
Obras de Johann Sebastian Bach
Sala quase cheia

Aos 60 anos, Pierre Hantaï é, há muito, uma figura mítica do cravo e da música antiga. Longe de ter sido a primeira vez que veio a Portugal, o recital do passado sábado consistiu na sua primeira apresentação no Festival Internacional de Música de Espinho (FIME): um momento memorável.

O serão começou com o cravista a partilhar importante informação sobre o programa que daria a escutar, num inglês matizado pelo indisfarçável sotaque francês, com voz suave e discurso pausado – muito diferente do tom assertivo com que habitualmente se apresenta um concerto. Rapidamente o Auditório de Espinho se transformou num salão doméstico, no qual o cicerone nos convidou a mergulhar confortavelmente no barroco, contextualizando as obras que de seguida interpretaria.

Lembrando que Johann Sebastian Bach (1685-1750) passou grande parte da sua vida a ensinar, Pierre Hantaï prometeu interpretar uma escolha sua de peças que Bach compilou no *Pequeno Livro para Wilhelm Friedemann*, mas também no *Livro para Anna Magdalena Bach*, explicando que, para o primeiro, o grande mestre barroco havia composto sobretudo prelúdios, enquanto para o segundo havia composto danças e copiado outras peças para que a cantora pudesse dispor de música diversa. Cumpriu, começando com o coral *Wer nur den lieben Gott lässt walten* em lá menor, BWV 691, seguindo-se curioso alinhamento: a *Allemande da Primeira Suite Francesa BWV 812*, a *Polaca em Sol Maior BWV Anh. 130*, o primeiro *Minueto da Segunda Suite Francesa BWV813*, a *Sarabanda* da mesma suite, o *Allegro BWV Anh. 129* e, também do livro de Anna Magdalena Bach, o rondó *Les Bergeries* de François Couperin, a que fez suceder a *Polaca em sol menor BWV Anh. 125*.

Público já plenamente conquistado, Pierre Hantaï apresentou um segundo grupo de peças: o coral *Liebster Jesu, wir sind hier*, seguido de quatro peças que disse ter "arranjado" em ré menor: o *Prelúdio da Suite em sol menor para alaúde BWV 995* (mais conhecido na sua versão para violoncelo, da *Suite n.º 5*, defendendo Hantaï que não se sabe qual será a original), *Sarabande* e *Bourrée da Partita para violino BWV 1002* e, por fim, a *Giga* e o seu duplo da *Suite BWV 997*, composta para um tipo de cravo com cordas de tripa.

Rapidamente passou à *Toccata em Mi Menor BWV 914* que, no início do concerto, o cravista havia descrito como uma peça de juventude composta ao estilo dos organistas do Norte da Alemanha. A peça maior do programa viria a seguir, a *Partita n.º 3 em lá menor BWV 827*.

Pierre Hantaï não explicou o porquê do curioso programa e respectivo alinhamento, mas cerca de hora e meia sem intervalo decorreu sem o mínimo esforço para quem o ouviu, como se estivesse no seu salão privado.

Os entusiásticos aplausos da plateia valeram-lhe, claro está, um pouco mais de Bach, incluindo o *Preâmbulo da Partita n.º 5 em sol maior BWV 829*. **Diana Ferreira**

DR

Pierre Hantaï tocou obras de Bach

publico.pt/streaming

Clipped: uma série sobre a NBA que não promete vitória mas merece o seu tempo

Comparando *Clipped – Escândalos nos LA Clippers*, exibida na Disney+, com *Winning Time* , sobre os LA Lakers, quem vence é esta história de racismo e classe do FX

Joana Amaral Cardoso

O crítico da CNN não resistiu: "Numa rara vitória dos Clippers sobre os Lakers, *Clipped* é a segunda série dramática recente dedicada a uma das equipas de Los Angeles da NBA, mas também a melhor." *Clipped – Escândalos nos Los Angeles Clippers* é uma série que prova que ter o canal linear norte-americano FX sob a alçada do grupo Disney é uma mais-valia para a plataforma Disney+. A história é real e irresistível – desporto ao mais alto nível à mistura com um milionário racista, uma amante, uma mulher traída, exploração imobiliária também racista e egos tão grandes quanto a envergadura de braços de DeAndre Jordan ou Blake Griffin.

Estreada dia 4 deste mês na Disney+, tem talvez como maiores defeitos a imagem promocional (uma mão feminina de unhas de gel bem longas a agarrar duas bolas de *basket* do tamanho de, adivinhou, testículos), algumas falhas no *casting* e irregularidade no equilíbrio que faz entre o drama desportivo, esse íman televisivo, e novela de interesses e escândalo que decorrem em paralelo. Mas isso não lhe retira méritos. Aliás, o veterano Brian Lowry diz mesmo que esta é uma série "de ouro maciço" e o *Los Angeles Times* elogia-lhe a escrita inteligente.

Vamos aos factos: Donald Sterling, que hoje tem 90 anos, era o dono dos Clippers, a "segunda" equipa de basquetebol de Los Angeles e que se dizia amaldiçoada por nem sequer à primeira ronda dos *playoffs* ter chegado na sua já longa existência. Tinha a sua mulher (interpretada por Jackie Weaver) mas também uma assistente jovem, bonita, ambiciosa e astuciosa (interpretada por Cleopatra Coleman) que o acompanhava para todo o lado e era como uma amante semiplatónica (...). Os Clippers contrataram o histórico Doc Rivers (Laurence Fishburne) como treinador de uma equipa cheia de bons jogadores mas muitos egos em choque, e a sua influência levou a equipa aos *playoffs* e a resultados inéditos.

DR

Fishburne e O'Neill numa cena no balneário dos Clippers

Mas há um escândalo no título em português e, para os menos aficionados da NBA ou dos *podcasts*, passe-se a explicar que *Clipped* tem por base o excelente *podcast* da série *30 for 30*, do canal desportivo ESPN, que explorou a estrondosa queda de Sterling (interpretado por Ed O'Neill, o patriarca de *Uma Família Muito Moderna* mas também o actor de muitos filmes em que foi o "durão").

> ***Clipped*** **tem os vícios das actuais séries que tentam estar a par da linguagem visual das redes sociais, mas a sensibilidade da autora consegue transmitir quão erradas eram as dinâmicas de poder naquela organização e na família sem ser panfletária**

Dono dos Clippers polémico

O escândalo, que explodiu entre 2013 e 2014, em plena era Obama e coincidindo com o movimento Black Lives Matter, é o seguinte: Sterling era tão casualmente racista que tratava os jogadores como sua propriedade, exibindo-os nos balneários ou em festas como espécimes excepcionais. Mais: com a sua mulher, Rochelle, geria o império de imobiliário do casal, que estava em permanente crescimento mas também em violação, à semelhança do que foram acusados Donald Trump e a sua família, de direitos básicos ao discriminar selectivamente. Inquilinos negros, latinos ou com filhos? Nem pensar.

Eis que entra em cena uma mulher de 31 anos que grava conversas-chave de Sterling com ela ou terceiros. Em que ele insulta os negros em geral, diz que a vê como uma "latina clarinha" ou que proíbe Magic Johnson, um dos tesouros da liga americana, de ser convidado para o pavilhão dos Clippers. Quando ela começa a perder o seu peso junto de Sterling, as gravações tornam-se públicas. A reacção da NBA foi considerada exemplar, mas isto já é entrar em território *spoiler* para os seis episódios (o quinto estreia-se amanhã), e o mais fascinante é temperar este lado com o trabalho de balneário de Rivers.

Clipped – Escândalos nos Los Angeles Clippers não é *Winning Time*, a série da HBO que teve apenas duas temporadas e enfureceu muita gente do meio na sua tentativa espalhafatosa de retratar a ascensão da "dinastia" vencedora dos Lakers. *Winning Time*, de Adam McKay e companhia, era estilizada, estilosa, e tinha um grande trunfo que Clipped não tem: mais jogo, mais campo, mais táctica.

Clipped tem os vícios das actuais séries que tentam estar a par da linguagem visual das redes sociais, mas a sensibilidade da autora, Gina Welch (*Feud*, *Under the Banner of Heaven*, *Station Eleven*), consegue transmitir quão erradas eram as dinâmicas de poder naquela organização e na família sem ser panfletária. O que seria totalmente aceitável, mas o que no momento actual pode ser a melhor forma de oferecer umas ideias progressistas ao espectador mais descontraído.

Estreias da semana

GLOBOPLAY

Kick Flip: A História de Luan Oliveira
Hoje
Documentário sobre o *skater* Luan Oliveira, uma espécie de lenda rebelde no mundo do desporto.

DISNEY+

Diane Von Furstenberg: Mulher no Comando
Amanhã
Não é mais uma série de ficção baseada na vida de um criador de moda, mas sim um documento do percurso da *designer* desde que emigrou para os EUA, construiu uma carreira de quase 55 anos e lutou contra várias adversidades. O *timing* da estreia coincide com a primeira exposição europeia retrospectiva do seu trabalho e que celebra o 50.º aniversário da criação da sua mais emblemática peça, o *wrap dress*.

FILMIN

Emília
Amanhã
Uma das mais elogiadas e discretas séries recentes da RTP1 chega à Filmin. Filipa Amaro é a autora desta comédia dramática. Emília sonha ser a melhor bailarina do mundo mas, aos 25 anos, apercebe-se de que nunca fez grande coisa para isso acontecer. De repente, surge uma oportunidade e o dilema aumenta. Com Catarina Rebelo, Beatriz Maia, Ivo Canelas, Rita Loureiro e Maria Emília Correia, são sete episódios – também na RTP Play.

APPLE TV+,

Land of Women
Quarta-feira
Série de seis episódios protagonizada e produzida por Eva Longoria, que contracena com Carmen Maura e com a estreante Victoria Bazúa. Bilingue, a série estará disponível numa das duas línguas conforme a escolha do freguês, baseia-se no romance de Sandra Barneda e é realizada por Carlos Sedes. Gala é uma nova-iorquina que luta com o vazio após a saída de casa dos seus filhos e os problemas financeiros gerados pelo marido, que a forçam a sair da cidade com a mãe e a filha. Voltam à Catalunha e tentam começar de novo, mas entre as raízes há segredos escondidos.

Guia

Cinema

Soma das Partes

Porto

Cinema Trindade
R. Dr. Ricardo Jorge. T. 223162425
Ainda Temos o Amanhã M14. 14h30; **O Sabor da Vida** M12. 15h; **Manga d'Terra** M14. 17h30; **A Quimera** M12. 16h30, 21h30; **Pedágio** M14. 19h30; **Felizes Juntos** M16. 21h45; **Anjos Caídos** M16. 19h30;

Cinemas Nos Alameda Shop e Spot
R. dos Campeões Europeus 28 198. T. 16996
Dalíland M12. 17h40, 20h30; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 14h10; **Garfield: O Filme** M6. 11h, 13h50, 16h20, 19h10 (VP); **Assassino Profissional** M12. 21h40; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. Sala Atmos - 13h20, 16h, 18h50, 21h50; **Dragonkeeper - Ping e o Dragão** M6. 10h45 (VP); **Bolero** M12. 18h30; **O Exorcismo** 13h30, 15h50, 18h20, 20h50; **O Homem dos Teus Sonhos** M14. 21h20; **Contra Todos** M14. 13h10, 15h45, 21h30; **Soma das Partes** M12. 18h40, 21h; **Época de Caça** M12. 13h40, 16h10, 19h; **Ovnis, Monstros e Utopias: Três Curtas Queer** M14. 14h, 16h30

Medeia Teatro Municipal Campo Alegre
R. das Estrelas. T. 226063000
Sacrifício M12. 21h; **Nostalgia** 18h;

Coimbra

Auditório Salgado Zenha
Universidade de Coimbra. T. 239410408
Ainda Temos o Amanhã M14. 11h; **A Quimera** M12. 15h;

Casa do Cinema de Coimbra
Av. Sá da Bandeira 33. T. 239851070
Onde Está o Pessoa? M12. 19h30; **O Homem dos Teus Sonhos** M14. 17h30; **Soma das Partes** M12. 14h30; **Uma Rapariga Imaterial** 15h50;

Cinemas Nos Alma Shopping
R. Gen. Humberto Delgado. T. 16996
Dalíland M12. 13h30, 16h, 18h30, 21h; **Challengers** M12. 14h40, 20h50; **O Reino do Planeta dos Macacos** M12. 20h30; **IF: Amigos Imaginários** M6. 14h50, 17h50 (VP); **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 17h40; **Garfield** 13h40, 16h20, 19h10 (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14 Sala Atmos - 14h, 17h30, 21h40; **O Teu Rosto Será o Último** 21h30); **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 14h10, 16h30, 18h50, 21h20; **Bolero** M12. 21h50; **O Exorcismo** 14h30, 17h, 19h30, 22h; **Soma das Partes** M12. 13h20, 15h40, 18h, 20h40; **Época de Caça** M12. 13h50, 16h10, 18h40, 21h10; **Ovnis, Monstros e Utopias: Três Curtas Queer** M14. 14h20, 16h50, 19h

Cinemas Nos Fórum Coimbra
Fórum Coimbra. T. 16996
O Reino do Planeta dos Macacos M12. 21h; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 19h; **Garfield: O Filme** M6. 15h, 18h (VP); **Assassino Profissional** M12. 15h30, 18h30, 21h15; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 14h30, 18h15, 22h; **Heróis na Hora** M6. 14h15, 16h50, 19h15 (VP); **Contra Todos** M14. 13h30, 16h15, 22h15; **The Bikeriders** M14. 14h45, 17h45, 21h45; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 21h30

Covilhã

Cineplace - Serra Shopping - Covilhã
C.C Serra Shopping, Avenida Europa, Lt 7.
Garfield: O Filme M6. 13h05, 17h30 (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 16h40, 19h, 21h20; **Dragonkeeper - Ping e o Dragão** M6. 14h30 (VP); **Heróis na Hora** M6. 13h05 (VP); **O Exorcismo** 21h20; **Contra Todos** M14. 15h10, 19h25, 21h40; **Soma das Partes** M12. 19h30; **The Bikeriders** M14. 17h, 21h50; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 13h40, 17h30; **Época de Caça** M12. 14h50, 19h30

Gondomar

Cinemas Nos Parque Nascente
Praceta Parque Nascente, nº 35. T. 16996

Estreias

The Bikeriders

De Jeff Nichols. Com Jodie Comer, Austin Butler, Tom Hardy, Michael Shannon, Mike Faist. EUA. 2023. 116m. Drama. M14.

Com uma acção situada em Chicago (EUA) durante os anos 1960, este drama segue um grupo de motoqueiros chamado Vandals. Durante o período de uma década, o espectador acompanha o percurso de alguns elementos, mostrando como um conjunto de pessoas pacíficas ligadas por um gosto comum, se vai lentamente transformando num gangue.

Onde Está o Pessoa?

De Leonor Areal. POR. 2023. 63m. M12.

A historiadora Leonor Areal pega num pequeno vídeo rodado em 1913 onde várias pessoas saem de um concerto do Teatro República, e propõe ao espectador um jogo em busca de Fernando Pessoa, de quem se julgava não existirem imagens em movimento.

Contra Todos

De Moritz Mohr. Com Bill Skarsgård, Jessica Rothe, Michelle Dockery, Brett Gelman. ALE/EUA/África do Sul. 2023. 111m. Thriller, Acção. M14.

Um adolescente jura vingança quando assiste ao assassinato da família a mando de Hilda Van Der Koy, soberana de uma dinastia de tiranos que subjugam a população com mão de ferro. Surdo e mudo devido ao trauma, naquele dia ele encontrou, dentro da sua cabeça, a voz interior que precisava num jogo de vídeo da sua infância.

Dalíland

De Mary Harron. Com Ben Kingsley, Barbara Sukowa, Ezra Miller, Christopher Briney. EUA/GB/FRA. 2022. 97m. Drama, Biografia. M12.

Em 1973, James Linton trabalhava numa importante galeria de arte nova-iorquina quando lhe foi pedido que se tornasse assistente de Salvador Dalí. Empenhado em agradar ao grande mestre da pintura, James viu-se arrastado para as excentricidades da vida dele e de Gala, a mulher.

O Amor Segundo Dalva

De Emmanuelle Nicot. Com Zelda Samson, Alexis Manenti, Fanta Guirassy, Marie Denarnaud. FRA/BEL. 2022. 83m. Drama. M14.

Apesar dos seus 12 anos, Dalva veste-se, maquilha-se e apresenta-se como se fosse uma mulher. Um dia, a segurança social chega à casa onde vive com o pai e leva-a para um centro de acolhimento. A separação é difícil e a adaptação muito atribulada. Mas será ali que ela vai fazer grandes amigos.

Época de Caça

De Frédéric Forestier, Antonin Fourlon. Com Didier Bourdon, Hakim Jemili. FRA/BEL. 2023. 101m. Comédia. M12.

Simon e Adelaide deixam Paris e mudam-se para a província, onde compram uma grande casa com uma floresta a perder de vista. Tudo lhes parece perfeito até se darem conta que foram parar a um lugar onde vivem pessoas muito afáveis mas com um grande senão: a sua fixação pela caça.

Mamonas Assassinas: O Filme

De Edson Spinello. Com Rhener Freitas, Beto Hinoto, Adriano Tunes, Robson Lima. BRA. 2023. 95m. Drama, Biografia. M12.

O trajecto de Dinho, Sérgio, Samuel, Júlio e Bento, os cinco artistas que criaram os Mamonas Assassinas, um projecto de rock humorístico que se transformou num êxito junto de milhões de jovens durante a década de 1990.

Ovnis, Monstros e Utopias: Três Curtas Queer

De Joana de Sousa, Ricardo Branco, André Godinho. POR. 2024. m. Curta. M14.

Numa celebração do orgulho LGBTQIA+, uma sessão de três curtas com a vivência "queer" como pano de fundo.

Soma das Partes

De Edgar Ferreira. POR. 2023. 66m. Documentário. M12.

Encomendado pela Fundação Calouste Gulbenkian, este filme de Edgar Ferreira traça o percurso da Orquestra Gulbenkian desde a sua fundação.

As estrelas P

	Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
O Amor Segundo Dalva	—	★★☆☆☆	★★☆☆☆
The Bikeriders	★★★★☆	★★★☆☆	—
Bolero	★★☆☆☆	—	★☆☆☆☆
Cobweb — A Teia	★★☆☆☆	—	★★☆☆☆
Comandante	—	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆
Dalíland	★★☆☆☆	—	★☆☆☆☆
Entre a Luz e o Nada	★★☆☆☆	★★☆☆☆	★☆☆☆☆
O Homem dos Teus Sonhos	★★☆☆☆	★★☆☆☆	★★☆☆☆
Manga d'Terra	★★★★☆	★★★☆☆	★★★☆☆
Onde Está o Pessoa?	★★★☆☆	—	★★★☆☆
Pedágio	—	★★☆☆☆	★★☆☆☆
Uma Rapariga Imaterial	★★☆☆☆	★★☆☆☆	★☆☆☆☆
Sob Influência	★☆☆☆☆	★★☆☆☆	★☆☆☆☆
Soma das Partes	★★☆☆☆	★★☆☆☆	★☆☆☆☆

● Mau ★☆☆☆☆ Medíocre ★★☆☆☆ Razoável ★★★☆☆ Bom ★★★★☆ Muito Bom ★★★★★ Excelente

Tarot - Carta da Morte M16. 20h20, 23h ; **O Reino do Planeta dos Macacos** M12. 12h20, 15h40, 19h10, 22h30; **Os Estranhos: Capítulo 1** M16. 17h50, 20h40, 23h30; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. Sala Atmos - 12h50, 16h30, 22h10; **Garfield: O Filme** M6. 13h20, 15h50, 18h40 (VP/2D), 14h30, 17h20 (VP/3D); **Assassino Profissional** M12. 12h40, 15h25, 18h20, 21h20, 00h30; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. Sala Atmos - 12h30, 15h30, 18h30, 21h30, 00h25; **Dragonkeeper - Ping e o Dragão** M6. 12h25, 15h05 (VP); **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 13h, 15h35, 18h, 20h50, 24h; **O Exorcismo** 14h, 16h40, 19h30, 22h05, 00h40 ; **Contra Todos** M14. 14h15, 17h, 19h40, 22h40; **The Bikeriders** M14. 13h10, 16h, 19h, 21h45, 00h35; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 21h15, 00h05; **Época de Caça** M12. 12h45, 15h20, 18h05, 21h, 00h10

Guimarães

Castello Lopes - Espaço Guimarães
25 de Abril, Silvares. T. 253539390
Garfield: O Filme M6. 13h10, 15h30, 17h50 (VP), 21h10 (VO); **Assassino Profissional** M12. 14h35, 16h55, 19h15, 21h35; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 14h15, 16h40, 19h05, 21h30; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 15h20 (VP); **The Bikeriders** M14. 14h20, 16h45, 19h10, 21h35; **Época de Caça** M12. 13h10, 17h15, 19h25, 21h35

Castello Lopes - Guimarães Shopping
Lugar das Lameiras. T. 253520170
Garfield: O Filme M6. 13h10, 15h30, 17h50 (VP), 21h10 (VO); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 14h15, 16h40, 19h05, 21h30; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 13h40, 15h35, 17h30, 19h25, 21h20; **O Exorcismo** 13h40, 15h40, 17h40, 19h40, 21h40; **The Bikeriders** M14. 14h20, 16h45, 19h10, 21h35; **Época de Caça** M12. 13h10, 15h15, 17h20, 19h25, 21h35

Maia

Castello Lopes - Mira Maia Shopping
Mira Maia Shopping, Estrada Real nº 95 Lugar das Guardeiras. T. 229419241
Garfield: O Filme M6. 13h10, 15h30, 17h50 (VP), 21h10 (VO); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 14h15, 16h40, 19h05, 21h30; **Soma das Partes** M12. 13h25; **The Bikeriders** M14. 14h20, 16h45, 19h10, 21h35; **Época de Caça** 15h, 17h10, 19h20, 21h30

Cinemas Nos MaiaShopping
C.C. Maiashoping, Lj 2.43. T. 16996
IF: Amigos Imaginários M6. 13h40, 16h20, 18h20 (VP); **Garfield: O Filme** M6. 13h, 15h30, 18h (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 13h20, 16h, 18h40, 21h20; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 13h30, 15h40, 18h10, 21h; **O Exorcismo** 21h40; **The Bikeriders** M14. 13h10, 15h50, 18h50, 21h30; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 21h10

Matosinhos

Cinemas Nos MarShopping
Av. Dr. Óscar Lopes, Leça da Palmeira.
O Reino do Planeta dos Macacos M12. 13h30, 17h ; **IF: Amigos Imaginários** M6. 13h10, 15h50 (VP); **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 20h30, 23h50; **Garfield: O Filme** M6. 12h50, 15h20, 17h50 (VP), 20h40, 23h10 (VO); **Assassino Profissional** M12. 18h20, 21h10, 00h10; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 12h40, 15h40, 18h30, 21h30, 00h20; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 14h, 16h10, 18h40, 21h, 23h30; **The Watchers: Eles Vêem Tudo** M16. 20h50, 23h40; **The Bikeriders** M14. 12h20, 15h10, 18h, 21h20, 24h; **Época de Caça** M12. 12h30, 15h30, 18h10; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. Sala IMAX - 13h40, 16h30, 19h30, 22h20

Cinemas Nos NorteShopping
C.C. Norteshopping, Lj 1117. T. 16996
O Reino do Planeta dos Macacos M12. Sala Atmos - 22h20; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. Sala Atmos - 18h40; **Garfield: O Filme** M6. 13h10, 15h50, 18h30 (VP); **Assassino Profissional** M12. 12h50, 15h40, 18h20, 21h50, 00h30; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. Sala Atmos - 12h30, 15h20, 18h, 21h20, 24h; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 13h20, 16h30, 19h10, 21h40, 23h40; **O Exorcismo** 13h40, 16h20, 19h, 22h, 00h40; **The Watchers: Eles Vêem Tudo** M16. 23h50; **Contra Todos** M14. 12h20, 15h10, 17h50, 21h10; **Soma das Partes** M12. 21h, 23h10; **The Bikeriders** M14. 12h40, 15h30, 18h10, 21h30, 00h20; **Época de Caça** M12. 13h30, 16h10; **Bad Boys: Tudo ou Nada** SCREENX - 13h, 16h, 18h50, 22h10

Ovar

Castello Lopes - Vida Ovar
C.C. Dolce Vita. T. 960254838
Garfield: O Filme M6. 14h40 (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 16h55, 19h15; **Soma das Partes** M12. 13h10; **The Bikeriders** 21h35

Lazer

GASTRONOMIA

Festival da Sardinha

FIGUEIRA DA FOZ Restaurantes aderentes. De 21/6 a 30/6.

A Figueira da Foz torna a pôr a prata da casa no assador. Na série Festivais Gastronómicos da Associação Figueira com Sabor a Mar, que vai na 33.ª temporada, é o momento de celebrar a sardinha, numa dezena de restaurantes locais. Este é o quarto evento na linha de degustação anual criada para mostrar a riqueza culinária da terra. A caldeirada (6 a 15 de Setembro) e o bacalhau (15 a 24 de Novembro) são os sabores que se seguem.

FEIRA

Feira do Livro de Aveiro

AVEIRO Praça do Rossio e Mercado José Estevão. De 21/6 a 7/7, das 10h às 23h. Grátis

Apresentações e lançamentos de livros, conversas com escritores, debates, *sunsets* musicais, contos, poesia a bordo de moliceiros, concertos e actividades infantis fazem parte do vasto cartaz da 48.ª edição da feira, integrada na programação de Aveiro, Capital Portuguesa da Cultura 2024. A organização salienta um "universo temático focado na emigração, imigração, transnacionalidade, a arte da partida e os 500 anos de Camões" e garante mais participantes (e mais variados), aumentando os expositores dos 29 do ano passado para 50 este ano. Assegura também a presença de convidados como Carlos Fiolhais, Dulce Maria Cardoso, Joana Marques, Luca Argel, Luísa Sobral, Martim Sousa Tavares, Miguel Esteves Cardoso ou Ricardo Araújo Pereira, entre muitos outros. Programa a folhear em www.cm-aveiro.pt.

EXPOSIÇÃO

Espanto

PORTO Casa Comum - Reitoria da Universidade do Porto. De 21/3 a 31/8. Segunda a sexta, das 10h às 13h e das 14h30 às 17h30; sábado, das 15h às 18h. Grátis

Com cerca de 60 peças, a exposição centra-se no diálogo entre a arte contemporânea da Colecção Norlinda e José Lima e o elemento histórico-científico do Museu de História Natural e da Ciência.

Jogos

Jogue também online. Palavras-cruzadas, bridge e sudoku em publico.pt/jogos

Cruzadas 12.471

Paulo Freixinho
palavrascruzadas@publico.pt

Horizontais: 1. Alertam para "graves erros" que persistem no processamento de salários. Sigla de Polyvinyl chloride. **2.** Aspiração. Estante para suporte de livros ou pautas de música, abertos para leitura. **3.** Convidou PS, Bloco, PCP e PAN para reuniões sobre convergência à esquerda para as autárquicas. Repito. **4.** Misturaras ou prepararas com ópio. Símbolo de seno. **5.** Hora canónica corresponde às 15 horas. Alternativa. Numeração romana (101). **6.** Símbolo de miliampere. (...) Rodrigues, director do Festival de Avignon, apela aos franceses para votarem contra a extrema-direita. **7.** Antes de Cristo. Que tem muitas folhas ou ramos. **8.** "O bom passadio faz o homem (...)". Comissão Europeia. Mulo. **9.** Cume. **10.** Barragem do (...), era para ser construída no rio Tâmega, mas não avançou. Trabalho original. **11.** Procedimento de revoar. Orei.

Verticais: 1. Enredos. França (Internet). **2.** Pessoa que encontra com facilidade a solução de coisas enigmáticas. Cama de viagem. **3.** Tinham por obrigação. Quarto. **4.** Sereia (Brasil). Com gume bem cortante. **5.** Classe eclesiástica. A parte mais grosseira da farinha, que fica na peneira depois de peneirada. **6.** Composição dramática. Cobalto (s. q.). **7.** Abandonas. Antigo soberano do Peru. **8.** Todo-o-terreno (abrev.). Livro no qual Mário Rufino conta-nos o vazio de histórias deixado pela doença de Alzheimer. **9.** Aquilo que se come com o pão. Uma dezena. **10.** Volte. Fenómeno evidenciado em 1827 por Dutrochet. **11.** Indivíduo idêntico a outro, produzido por manipulação genética. Senti tonturas.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1								■			
2						■					
3						■					
4								■			
5				■			■			■	
6		■			■						■
7			■								
8						■			■		
9	■		■								
10							■				
11						■					

Solução do problema anterior

Horizontais: 1. Viana. Basco. **2.** Alga. Fajão. **3.** Te. Pairo. Lu. **4.** Espanar. Mas. **5.** Ai. Ea. BE. **6.** Castilho. **7.** Chocarreiro. **8.** AL. Alio. Tal. **9.** Ob. Re. **10.** McCartney. **11.** Avariei. Bar.

Verticais: 1. Vate. Acalma. **2.** Ilesa. Hl. CV. **3.** Ag. Pico. Oca. **4.** Napa. Acabar. **5.** Anisal. Ri. **6.** Fia. Triste. **7.** Barreiro. Ni. **8.** Ajo. Ale. De. **9.** Sã. Hit. Yb. **10.** Colaborar. **11.** Use. Olear.

Bridge

João Fanha
fanhabridge.pt

Dador: Sul
Vul: Todos

Oeste	Norte	Este	Sul
			1♥
passo	2♥	passo	4♥
Todos passam			

Leilão: Qualquer forma de Bridge.

Carteio: Saída: K♦. O adversário em Este prende a primeira vaza com o Ás de ouros e devolve o 6 de ouros para o Valete de Oeste. Oeste joga ainda a Dama de ouros. Como continuaria?
Solução: Embora o contrato seja perfeitamente normal, é extremamente frustrante perceber que não existe uma maneira conveniente para aceder ao morto para alcançar aquelas vazas a paus. Temos oito vazas à cabeça, mas só podemos ter a certeza de vir a fazer cinco delas: uma espada, três trunfos e um pau. Contudo, é expectável vir a fazer mais três vazas a trunfo, dado o seu comprimento.
Entretanto, a defesa já fez duas vazas e temos uma decisão importante para tomar na terceira vaza do jogo. Se cortarmos a Dama de ouros, Este recortará e retornará uma espada, ou um trunfo, e não conseguiremos alcançar o morto sem perder uma vaza a espadas antes. Mas, se tirarmos as devidas conclusões, podemos perceber que Este não deverá ter mais do que duas cartas a ouros e que o recorte é bastante previsível. Ora, é precisamente neste tipo de situações que temos um bom remédio, que dá pelo nome de "perdente sobre perdente"! Em vez de cortarmos a terceira volta de ouros, baldamos o 6 de espadas. Se Oeste mudar para espadas, prendemos com o Ás, tiramos duas voltas de trunfo e o Ás de paus. Cortamos uma espada com o trunfo que ainda sobra no morto e encaixamos o Rei de paus para baldar o 10 de espadas antes de regressar a Sul para acabar de destrunfar.
Se Oeste optar por jogar qualquer outro naipe, então o carteio deverá seguir um caminho similar, e só iremos perder três vazas devido à habilidade tida com a técnica perdente sobre perdente.

Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
3♠	X	3ST	?

O que marca em Sul com a seguinte mão?
♠AKJ98742 ♥Q ♦J5 ♣K10

Resposta: Com 14 pontos, apesar de alguns valores pouco interessantes em naipes curtos, esta mão é muito forte para uma abertura ao nível de quatro. E fraca para abrir em 2♣, embora haja quem advogue que são apenas cinco perdentes, mas por lei são necessários pelo menos 16 pontos de honra para se poder utilizar aquela abertura. Contente-se por abrir numa espada, pensando marcar quatro espadas na volta seguinte.

Sudoku

© Alastair Chisholm 2008
www.indigopuzzles.com

Problema 12.706 (Fácil)

Solução 12.704

3	7	8	1	6	5	4	2	9
2	5	9	3	4	8	7	6	1
6	4	1	2	7	9	8	3	5
1	8	3	5	9	2	6	7	4
5	6	4	8	1	7	2	9	3
7	9	2	4	3	6	5	1	8
4	2	7	9	8	1	3	5	6
9	3	5	6	2	4	1	8	7
8	1	6	7	5	3	9	4	2

Problema 12.707 (Difícil)

Solução 12.705

3	1	5	2	9	7	4	8	6
7	8	2	4	6	1	9	5	3
4	6	9	8	5	3	2	7	1
2	3	8	5	7	6	1	9	4
5	7	1	9	2	4	6	3	8
9	4	6	1	3	8	5	2	7
1	9	3	6	8	2	7	4	5
6	5	7	3	4	9	8	1	2
8	2	4	7	1	5	3	6	9

Guia

CINEMA

O Fugitivo
Hollywood, 19h15
Adaptação ao cinema da série homónima da década de 1960. Condenado à morte pelo homicídio da mulher, o Dr. Kimble (Harrison Ford) consegue evadir-se com um objectivo em mente: encontrar o verdadeiro criminoso – um homem sem um braço que ele jura ter visto. No encalço de Kimble segue o *U.S. marshal* Gerard (Tommy Lee Jones), o agente federal que jurou apanhar o médico. Mas o que se esconde verdadeiramente atrás deste assassínio? Um filme de Andrew Davis de 1993, que cinco anos depois gerou um *spin-off*, *U.S. Marshals – A Perseguição*, realizado por Stuart Baird.

Perigo Público
AXN Movies, 21h10
Neste *thriller* baseado no livro homónimo de M.C. Bolin, Robert Dean (Will Smith), um advogado de sucesso, é acusado do assassínio de um congressista. É um crime perfeito, estrategicamente pensado por um administrador do Serviço Nacional de Segurança americano (Jon Voight), que aproveita os recursos do departamento estatal e consegue uma forte cobertura política. Para provar a sua inocência, Dean vai ter de encontrar um ex-agente da NSA (Gene Hackman) que possui informações que o podem ilibar. Do agente, forçado à clandestinidade há 20 anos, Brian apenas sabe que é conhecido por "Brill". Um filme realizado por Tony Scott em 1998 que pisca o olho a *O Vigilante*, de Francis Ford Coppola, com Hackman.

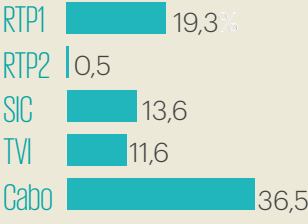
O Casamento de Maria Braun
RTP2, 22h50
Datada de 1978, esta é uma das obras-primas de Rainer Werner Fassbinder e inclui várias metáforas cinematográficas sobre a questão da identidade e as experiências do pós-guerra alemão. Através da narrativa do percurso de Maria Braun, desde o seu casamento apressado em 1943, contam-se as várias fases da história da Alemanha, dos anos de guerra ao milagre económico. Hanna Schygulla é a estrela do filme, distinguida com o Urso de Prata para a melhor actriz no Festival de Cinema de Berlim de 1979. A actriz é Maria Braun, a mulher cujo casamento se transforma numa longa espera pela reunificação com o seu marido, que parte para a guerra, se perde na frente russa, é preso e emigra para a América. O filme recebeu um Urso de Ouro.

Televisão

Os mais vistos da TV
Sábado, 22

		% Aud.	Share
Turquia X Portugal	RTP1	27,2	63,7
Euro 2024: Pós-Match	RTP1	12,1	29,1
Congela	TVI	8,6	19,2
Telejornal	RTP1	8,5	19,7
Terra Nossa: Especial Euro	SIC	8,0	17,9

FONTE: CAEM

RTP1	19,3%
RTP2	0,5
SIC	13,6
TVI	11,6
Cabo	36,5

RTP1
6.00 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **12.59** Jornal da Tarde **14.15** Hora da Sorte - Lotaria Clássica **14.24** Escrava Mãe **15.21** A Nossa Tarde **17.30** Portugal em Directo

19.00 Telejornal

19.50 Futebol - Euro 2024 - Croácia-Itália

22.04 Joker

23.01 Portugal Fenomenal

23.52 Noites do Euro

1.01 São João da Vila **4.41** A Essência

RTP2
6.09 Caminhos **6.32** Temos Programa **7.00** Espaço Zig Zag **10.39** Herdeiros de Saramago **11.07** Grandes Livros **11.59** Jogos de Poder **13.03** E2 - Escola Superior de Comunicação Social **13.26** Viva Saúde **13.54** Folha de Sala **14.00** Sociedade Civil **15.02** A Fé dos Homens **15.34** Conta-me História **16.21** Por Aqui Fora **17.08** Espaço Zig Zag **20.34** Folha de Sala **20.39** A Minha Indonésia **21.30** Jornal 2 **22.01** Hotel à Beira-Mar **22.46** Folha de Sala

22.50 O Casamento de Maria Braun

0.51 Esec Tv **1.17** Sociedade Civil **2.21** Folha de Sala **2.26** Homens Fora, Trabalho na Loja **2.55** Brisa Solar **3.49** Afazeres do Mês **3.54** Pianomania! - Pedro Burmester e Mário Laginha **4.27** Da Ilha de Mim **5.52** Folha de Sala

SIC
6.00 Edição da Manhã **8.15** Alô Portugal **9.40** Casa Feliz **12.59** Primeiro Jornal **14.45** Linha Aberta **16.05** Júlia **18.00** Morde e Assopra **18.25** Terra e Paixão **19.10** Casados à Primeira Vista

19.56 Jornal da Noite

21.55 A Promessa

22.35 Senhora do Mar

0.00 Papel Principal **0.15** Casados à Primeira Vista **0.55** Travessia **3.40** Terra Brava

TVI
6.15 Diário da Manhã **9.55** Dois às 10 **12.58** TVI Jornal **14.00** Diário do Euro **14.05** TVI - Em Cima da Hora **14.50** A Sentença **15.55** A Herdeira **16.30** Goucha **17.45** Big Brother

19.57 Jornal Nacional

21.20 Big Brother

21.15 Cacau

23.10 Festa É Festa

0.00 Big Brother **2.15** O Beijo do Escorpião **3.35** Deixa Que Te Leve

TVCINE TOP
16.35 Ninguém **18.05** Missing - Desaparecida **19.55** Sniper: Missão Secreta **21.30** Halloween: o Final **23.20** Nope **1.30** Querida Léa **3.05** Holy Spider!

STAR MOVIES
18.11 O Circo **19.35** O Bando de Jesse James **21.15** Cry Macho - A Redenção **23.04** Wind River **0.55** Killer Joe **2.35** California

HOLLYWOOD
17.39 Presa Fácil **19.15** O Fugitivo **21.31** Dia de Treino **23.37** Romeu Deve Morrer **1.36** Entrevista com o Vampiro

AXN
17.45 The Rookie **21.05** Hudson & Rex **22.00** Alert: Unidade de Pessoas Desaparecidas **22.54** Plano de Fuga 3 **23.48** Plano de Fuga 2: Hades **0.40** Alert: Unidade de Pessoas Desaparecidas **1.30** Hudson & Rex

STAR CHANNEL
16.35 Velocidade Furiosa 9 **19.11** San Andreas **21.20** Assalto ao Poder **23.44** Anna - Assassina Profissional

DISNEY CHANNEL
16.20 Kiff **17.05** Hamster & Gretel **17.50** A Maldição de Molly McGee **18.35** Monstros: Ao Trabalho! **19.20** Os Green na Cidade Verde **20.05** Miraculous - As Aventuras de Ladybug

DISCOVERY
16.16 Mestres do Restauro **19.07** Aventura à Flor da Pele: Náufragos **0.47** Expedição ao Inferno **2.18** Conspirações Secretas

HISTÓRIA
18.08 Conspirações Bíblicas **19.37** Como Perder uma Guerra **22.15** Depois do Caos **0.07** América: a História dos Primeiros Povos

ODISSEIA
16.37 Galápagos **17.25** Jane Goodall: A Esperança para os Chimpanzés **18.19** Clima Letal **20.00** Em Viagem pela Costa Britânica **20.47** Histórias Selvagens na Quinta **22.30** Caçadores de Lagostas **0.05** Wild Tube **0.53** Histórias Selvagens na Quinta

SÉRIES

Alice & Jack
Max, *streaming*
Estreia. Com Andrea Riseborough, que no ano passado foi nomeada para um Óscar, e Domnhall Gleeson, esta série britânica criada por Victor Levin é um drama romântico que segue uma mulher que trabalha na alta finança e um cientista tímido ao longo de uma década e meia. Ambos têm um encontro e depois vão às suas vidas, mas há algo que os vai continuando a juntar. O elenco inclui ainda Aisling Bea, Aimee Lou Wood, Sunil Patel, Rachel Adedeji e Thalissa Teixeira.

Cris Miró: She/her/hers
Max, *streaming*
Estreia. Nos anos 1990, Cris Miró (1965-1999) tornou-se um ícone da Argentina como vedeta de topo das revistas teatrais de Buenos Aires, levando muita atenção à comunidade trans do país. Com realização de Martín Vatenberg, que é também criador, e Javier Van de Couter, esta minissérie de oito episódios baseia-se em *Hembra, Cris Miró – Vivir y morir en un país de machos*, uma biografia de Carlos Sanzol. Mina Serrano, actriz espanhola a viver em França, é a protagonista.

DOCUMENTÁRIO

A Minha Indonésia
RTP2, 20h39
Com guião de Maria Manuela Bandeira e realização de Francisco Manso, além de música de Luís Cília, esta série documental de 2020, que volta a passar na RTP2, traça um retrato da forma como Ana Gomes, que foi embaixadora de Portugal em Jakarta e é hoje mais conhecida como comentadora, vê a Indonésia.

DESPORTO

Futebol: Croácia-Itália
RTP1, 19h50
Na 3.ª ronda do Grupo B da fase de grupos do Euro 2024, a Croácia defronta a Itália e precisa de vencer. Já os italianos necessitam pelo menos de um empate.

INFANTIL

Pipo e Posi
Panda+, *streaming*
Baseada nos livros de Axel Scheffler, esta série animada segue as aventuras do coelho Pip e da rata Posi. No início da nova temporada, Posi dá um pinguim de brincar a Pip. Ele já tem um, mas tenta não estragar o gesto.

Meteorologia

PORTUGAL

Viana do Castelo 16º 25º
Bragança 17º 32º
Braga 15º 31º
Vila Real 15º 32º
Porto 16º 26º
14º 1,5m
Aveiro 16º 26º
Viseu 15º 33º
Guarda 15º 33º
Coimbra 15º 29º
Castelo Branco 17º 36º
Leiria 17º 24º
Santarém 16º 34º
Portalegre 14º 35º
Lisboa 17º 29º
Évora 16º 37º
Setúbal 16º 30º
Sines 17º 23º
Beja 16º 36º
17º 1,2m
Sagres 17º 21º
Faro 20º 28º
18º 08m

Açores

Corvo
Flores 20º 22º
22º 1,2m
São Jorge
Graciosa 17º 22º
22º 1,2m
Faial
Pico
Terceira
São Miguel 18º 24º
21º 1,0m
Ponta Delgada
Sta Maria

Madeira

Porto Santo 19º 23º
Madeira 18º 24º
Funchal
22º 1,0m
21º 2,0m

MARÉS

Preia-mar · Baixa-mar · *de amanhã

Leixões	m	Cascais	m	Faro	m
05h16	3,1	10h49	0,9	10h42	0,8
11h15	0,8	17h09	3,4	17h18	3,3
17h33	3,5	23h26	0,8	23h17	0,7
23h51	0,6	05h39*	3,2	05h44*	3,1

PRÓXIMOS DIAS PORTO

	Terça-feira, 25	Quarta-feira, 26	Quinta-feira, 27
Mín./Máx.	15º / 20º	16º / 22º	15º / 24º
Índice UV	Baixo	M. alto	Alto
Vento	Fraco	Fraco	Fraco
Humidade	90%	78%	76%

MEDIDOR DE CO_2

Mauna Loa, Havai

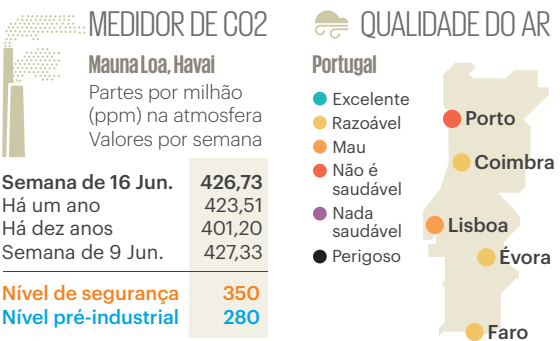
Partes por milhão (ppm) na atmosfera
Valores por semana

Semana de 16 Jun.	426,73
Há um ano	423,51
Há dez anos	401,20
Semana de 9 Jun.	427,33
Nível de segurança	350
Nível pré-industrial	280

QUALIDADE DO AR

Portugal

Excelente · Razoável · Mau · Não é saudável · Nada saudável · Perigoso

Porto · Coimbra · Lisboa · Évora · Faro

SOL

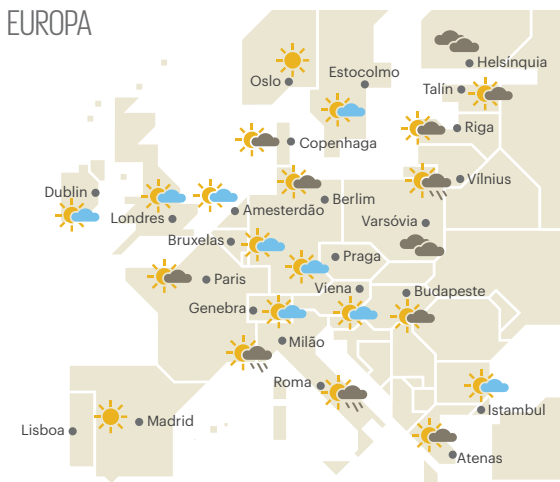
Nascente 06h13 · Poente 21h05

LUA

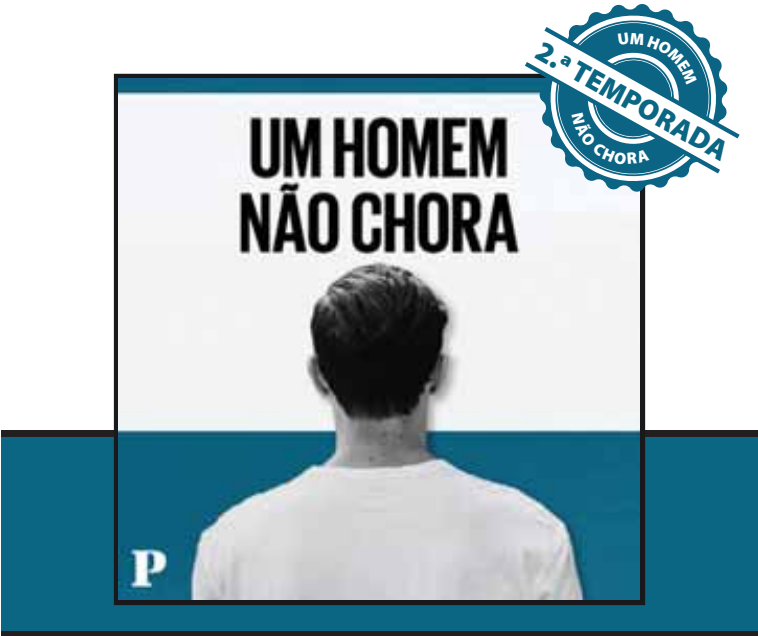
28 Jun. 22h53
5 Jul. 23h57
13 Jul. 23h49
21 Jul 11h17

Nascente 23h38 · Poente 09h38*
*de amanhã

EUROPA

Helsínquia · Oslo · Estocolmo · Talin · Riga · Copenhaga · Vilnius · Dublin · Londres · Amesterdão · Berlim · Varsóvia · Bruxelas · Praga · Paris · Viena · Budapeste · Genebra · Milão · Roma · Istambul · Lisboa · Madrid · Atenas

TEMPERATURAS ºC

	Mín.	Máx.		Mín.	Máx.
Amesterdão	16	24	Roma	17	27
Atenas	24	34	Viena	14	27
Berlim	14	25	Bissau	26	32
Bruxelas	16	25	Buenos Aires	7	12
Bucareste	21	36	Cairo	27	40
Budapeste	17	30	Caracas	20	30
Copenhaga	11	21	Cid. do Cabo	13	18
Dublin	15	24	Cid. do México	15	22
Estocolmo	14	24	Díli	22	30
Frankfurt	16	27	Hong Kong	27	33
Genebra	14	26	Jerusalém	21	32
Istambul	22	29	Los Angeles	19	30
Kiev	16	23	Luanda	21	27
Londres	16	26	Nova Deli	32	40
Madrid	19	32	Nova Iorque	21	29
Milão	18	24	Pequim	20	33
Moscovo	13	22	Praia	22	29
Oslo	12	26	Rio de Janeiro	21	32
Paris	16	28	Riga	13	22
Praga	13	25	Singapura	26	32

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL

A Geórgia conseguiu, contra a República Checa, somar o seu primeiro ponto num Europeu

A Geórgia já começou a semear nos campos do Euro 2024

Estreante numa fase final de um Europeu, a selecção georgiana somou anteontem o primeiro ponto da história. Mas a grande preocupação é preparar esta geração e as próximas para o futuro, aproveitando o muito que foi feito nos últimos anos

Nuno Sousa, em Gelsenkirchen

No passado dia 26 de Março, mais de um milhão de espectadores ficaram colados aos ecrãs de televisão na Geórgia, um país com 3,7 milhões de habitantes, para assistir ao decisivo jogo do *play-off* de acesso ao Campeonato da Europa. Um recorde de audiências motivado por uma façanha futebolística que, graças a um triunfo sobre a Grécia no desempate por penáltis (4-2), culminou no primeiro apuramento enquanto nação independente para a fase final do torneio. Desde então, o discurso tem sido sempre o mesmo: "Não temos nada a perder."

Aconteça o que acontecer, a Geórgia já iniciou a curva de aprendizagem no futebol de elite. Vendeu cara a derrota à Turquia na jornada inaugural do Grupo F (3-1), bateu o pé à República Checa na segunda (1-1) e entrará em campo, em Gelsenkirchen, dentro de dois dias, para fazer a vida negra a Portugal. Nada mau para uma selecção que tem apenas dois jogadores a competirem num dos chamados *Big 5*.

Sim, Khvicha Kvaratskhelia é, de longe, o maior talento da actualidade do futebol georgiano e isso tem-se visto no Nápoles — as propostas são muitas e, a julgar pelas recentes declarações do pai do avançado, a vontade de sair também. E, sim, Giorgi Mamardashvili é um guarda-redes de primeira linha, que foi contornando adversidades na carreira até se afirmar no Valência. São estas as duas maiores referências da presente geração georgiana.

"Estou satisfeito com o nosso primeiro ponto. Poderíamos até ter vencido no final, mas o futebol é assim. Enquanto tivermos hipótese de nos qualificarmos, continuaremos a lutar. Sabemos quão difícil vai ser contra Portugal, mas veremos o que podemos fazer." Foi desta forma que o dono da baliza da Geórgia, do alto do seu 1,96m, resumiu o estado de alma do balneário no final do empate com os checos.

Infra-estruturas disparam

Já lá vão três anos e meio desde que o grosso destes jogadores e o seleccionador, Willy Sagnol, começaram a

ABEDIN TAHERKENAREH/EPA

trabalhar juntos. O antigo internacional francês, e mais tarde treinador do Bordéus e adjunto no Bayern Munique, esteve longe de ser uma escolha unânime, mas a aposta da Federação Georgiana de Futebol (FGF) foi tão corajosa como acertada. Essa e outras, como a abertura e o empenho que tem mostrado, na última década, quando se trata de unir esforços com a UEFA.

Dir-se-á que é um casamento por conveniência... Talvez seja, mas poucos países têm tirado tanto partido em tão pouco tempo dos fundos que o organismo disponibiliza para o desenvolvimento do futebol nos territórios mais periféricos. Basta ver que a Geórgia aproveitou da melhor forma o estatuto de co-anfitrião do Europeu de sub-21, no passado, ao beneficiar da construção ou optimização de cinco centros de treino.

"O legado deste torneio tem um valor inestimável para o futebol georgiano. As novas instalações já estão a ajudar a desenvolver o nosso futebol doméstico", resumiu Levan Kobiashvili, presidente da FGF, organismo que em 2014 apadrinhou a criação da primeira academia a nível nacional, também ela erguida com um impulso financeiro da UEFA.

O salto em frente qualitativo percebe-se essencialmente nos escalões mais jovens, base da selecção principal. A Geórgia bateu-se bem (incluindo contra Portugal, tendo perdido por 0-1) no Europeu de sub-19, que acolheu em 2017, e a geração dos sub-17 chegou à ronda de elite do torneio da UEFA pouco depois. Sinal de que a modalidade está a crescer de forma sustentada, conforme ilustra também o número de praticantes – entre 2015 e 2021, o futebol masculino na Geórgia passou de 14.676 futebolistas para um total de 37.600.

É verdade que a solidez e a competitividade de uma selecção A nem sempre se compadecem com bons resultados na formação, mas que os sinais são encorajadores, isso não há como negar. O plano quadrianual (2022-26) de desenvolvimento do futebol no país está em marcha e este desempenho inédito num Campeonato da Europa ajudará, pelo menos, a manter aceso (se não mesmo a aumentar) o interesse colectivo.

Moeda e mais investimento

Para lá de um sucesso de audiências, a selecção georgiana tornou-se uma causa nacional. O Governo atribuiu recentemente a medalha de honra aos elementos que compõem o grupo e, a título de curiosidade, o Banco Nacional da Geórgia fez uma emissão de moeda comemorativa, para coleccionadores, com o Euro 2024 como tema. Dê por onde der, já há várias vitórias na bagagem.

"Não temos absolutamente nada a perder. O nosso objectivo sempre foi ganhar experiência com esta competição, porque quando se é a Geórgia, e por muito que goste da Geórgia, não se pode esperar conquistar o título. É importante para os jogadores verem o que é jogar ao mais alto nível, em que não basta ser bom durante 80 ou 85 minutos, temos de o ser durante 90. Estes jogos vão ajudar o país no futuro", antevê Willy Sagnol.

Esta presença na Alemanha tem o potencial de atrair investimento para o desporto na Geórgia, de abrir novos horizontes nas infra-estruturas e no conhecimento. É uma questão de saber aproveitar a onda, como tem sabido, por exemplo, o futebol feminino em Portugal e noutros países – sucesso traz exposição, exposição traz interesse, interesse traz investimento, investimento traz evolução.

O futuro imediato de Willy Sagnol e dos seus convocados, porém, desenrola-se já na quarta-feira, com a Geórgia ainda na luta por um lugar nos oitavos-de-final. "Se me tivessem dito que na última jornada estaria a discutir a qualificação, teria assinado por baixo. Mas quer dizer, é Portugal [risos]... Não quero fazer o papel de pequeno contra o grande, mas respeitamos muito Portugal. Fá-lo-emos, porém, preparando-nos da melhor forma possível."

Toda a esperança da selecção está na indústria conserveira

Opinião

José Manuel Ribeiro

Dos 86.600 bilhetes disponíveis para a final da Liga dos Campeões 2023/24, cada clube finalista recebeu 25 mil para vender aos adeptos. A UEFA distribuiu 26.600 pelos seus patrocinadores e convidados VIP – os restantes 10 mil são para o público. Quando começaram as invasões de campo no Turquia-Portugal de anteontem, ocorreu-me uma ideia vencedora: porque não reservar também algumas vagas por jogo para, por exemplo, o *sheik* da Visit Qatar experimentar também um *sprint* pelo relvado, de túnica arregaçada, na perseguição de Cristiano Ronaldo? Afinal, se um reles adepto pode, porque não os financiadores do espectáculo? Acredito que UEFA e FIFA consideram os *sponsors* muito altruístas, mas sei que nenhum cêntimo a circular no futebol sai do bolso dos *sheiks* (supondo que as túnicas têm bolsos) ou da carteira Montblanc do CEO da Coca-Cola. Você e eu pagamos tudo. Quotas, mensalidades da TV por cabo, bilhetes, gasóleo, gasolina, viagens aéreas, refrigerantes, jogos da PlayStation, batatas fritas, juros e anuidades dos cartões de crédito, etc. Cada salário de 20 M€ ou cada transferência de 120 M€ começa a vazar, gota a gota, das contas bancárias dos únicos responsáveis pela desproporção de popularidade entre o futebol e os outros desportos: os cinco mil milhões de adeptos (diz a FIFA) que pagam a Sport TV do país deles para assistir a um Europeu ou uma Copa América. Somos cinco mil milhões de dóceis carneiros a quem, a custo, se concede o direito de usufruir de um Bruno Fernandes ou um Bernardo Silva na versão enlatada. Porque as versões frescas esgotaram-se 15 ou 20 jogos lá para trás.

Daí que não haja como evitar a estupefacção com a estupefacção pelo baixo rendimento de Bernardo (lá desenrascou anteontem o primeiro golo numa fase final de selecções e ainda não se estreou nas assistências) e de Bruno. O primeiro começou o Europeu com 4517 minutos na folha de serviços e o segundo já havia passado os cinco mil (5087, em concreto), e ainda assim são os dois únicos participantes no Euro 2024 que sobrevivem à fórmula de cálculo do ranking do Sofascore (escolhido ao acaso) para entrar no top 20. Bernardo Silva até lhe soma uma distinção de Melhor em Campo.

De entre os 20 jogadores que a UEFA premiou nas duas primeiras jornadas, só ele e Xhaka, da selecção suíça, aterraram na Alemanha com mais do que os tais 4500 minutos jogados. Da lista inteira, só meia dúzia acumulou acima de 4000 minutos durante a época regular e nove – quase metade – não atingiram os 3000. São menos 22 jogos completos (fixem: 22 jogos) do que Bruno Fernandes e menos 16 do que Bernardo Silva.

Diogo Dalot desiludiu com a República Checa? São Quatro 4949 minutos. O espanhol Fábian Ruiz parece, de repente, um médio de outra galáxia? 2685 minutos, pouco mais de metade do tempo de jogo de Bruno Fernandes. O colega Nico Williams explodiu neste Europeu? 3116 minutos. Dos dez melhores do Euro para o Sofascore, só um guarda-redes (Mamardashvili, da Geórgia) e o alemão Gundogan superavam os 4000 minutos a 14 de Junho último. Uns heróicos cinco, dos 20 primeiros do ranking, passaram dessa marca e dois deles são guarda-redes. Bruno e Bernardo estão, talvez por milagre, entre os três restantes. No melhor "onze" do Euro 2020, para a UEFA, só o dinamarquês Hojbjerg e o inglês Maguire carregavam números a esta escala (4949' e 5044'). Dos cinco campeões italianos que lá constam, apenas o guarda-redes Donnarumma havia passado a linha dos 4000 minutos à partida para a competição.

Pode ser coincidência, claro, porque este raciocínio não segue, propriamente, o método científico, mas os dados amontoam-se seja como for. Se excluirmos os guarda-redes, os titulares belgas que eliminaram Portugal nos "oitavos" acumulavam menos três jogos e meio, em média, do que os portugueses. E Bruno Fernandes, o mais castigado de todos, estava no banco. Cumpriu 206 minutos em 360 possíveis, sem golos nem assistências. No Manchester United, marcara 31 vezes e assistira 19, em 4585 dos 5561 minutos com que partiria de Sevilha para férias.

A BBC pegou no tema para tentar explicar a falta de energia de alguns elementos insuspeitos, como Phil Foden, do Manchester City, candidato a melhor jogador da Premier League depois de uma época espantosa. Nas contas do canal, a selecção portuguesa acumula mais jogos pelos clubes (915) do que a inglesa (912) e o seu primeiro "onze" no Euro também a supera em média de minutos (3545' contra 3422'), mas ambas atrás da França (3557'). Entre as 11 escolhas do seleccionador Southgate, só o médio Declan Rice se desgastou mais do que Foden pelo clube, embora, somados os jogos da selecção, o avançado do City acabe por ser mesmo o mais sobrecarregado de todos, com 4871 minutos. Noutro quadro, a BBC compara os cinco jogadores-chave de cada equipa (sem discriminar as escolhas portuguesas) e conclui que a Inglaterra possui, de facto, as estrelas mais penalizadas. A média de 3996 minutos e 44,4 jogos não está, no entanto, longe dos números de Portugal, segundo classificado. Os cinco melhores portugueses somam menos 66 minutos (3933') e 0,7 jogos (43,7). França, Alemanha e Espanha completam o top 5, por esta ordem. No caso dos últimos, com menos 10 jogos em média do que o anónimo quinteto nacional.

Sintetizando: nem Bernardo, nem Bruno, nem sequer Ronaldo. A esperança portuguesa está, obviamente, na força da indústria conserveira.

Jornalista

ABEDIN TAHERKENAREH/EPA

Grupo A

Alemanha resiste à Suíça ao cair do pano

1	1
SUÍÇA	ALEMANHA

Jogo no Estádio Frankfurt Arena, em Frankfurt.

Suíça Sommer, Schär, Akanji e Ricardo Rodríguez; Widmer 81', Freuler, Xhaka 67' e Rieder (Amdouni, 65'); Aebischer, N'Doye 25' (Vargas, 65') e Embolo (Duah, 65'). **Treinador** Murat Yakin.

Alemanha Neuer, Kimmich, Rüdiger, Tah 38' (Schlotterbeck, 61') e Mittelstadt (Raum, 61'); Kroos, Andrich (Beier, 66'); Musiala (Sané, 76'), Gundogan e Wirtz (Fullkrug, 76'); Havertz. **Treinador** Julian Nagelsmann.

Árbitro Daniele Orsato (Itália)
VAR Massimiliano Irrati (Itália)

Golos 1-0 N'Doye (28'); 1-1 Fullkrug (90'+2')

Positivo/Negativo

+ N'Doye
O atacante do Bolonha, com 23 anos, foi a grande figura da Suíça. Apontou um excelente golo — o seu primeiro em 14 internacionalizações — e esteve muito perto de bisar.

Fullkrug
Salvou o primeiro lugar do Grupo A à Alemanha nos descontos. Saiu do banco aos 76' para o lugar da estrela Musiala, a tempo de minimizar os estragos.

Murat Yakin
Esta será a última oportunidade de uma grande geração de jogadores conseguir superar-se. O seleccionador parece ser o homem certo na liderança.

− Alemanha
Começou com uma goleada, mas foi perdendo fulgor. Fez muito pouco para vencer a Suíça e não chega aos oitavos-de-final como um adversário inultrapassável. Um jogo menos conseguido da selecção da casa, com o técnico a perder o central Jonathan Tah, por ter visto o segundo amarelo.

Paulo Curado

No primeiro confronto entre as duas selecções num Europeu, os suíços souberam anular a anfitriã em quase todo o jogo

A Alemanha não é um bicho-papão e a Suíça provou isso mesmo ontem, em Frankfurt, no encerramento das contas do Grupo A. A geração de ouro do futebol helvético esteve a vencer durante grande parte da partida, poderia ter ampliado a vantagem, mas acabou por ceder o empate nos descontos.

Os germânicos confirmaram o primeiro lugar e estão no caminho de Portugal, que podem encontrar nos quartos-de-final. Para lá chegar, terão de superar nos quartos o segundo classificado do Grupo C, que é como quem diz Inglaterra, Dinamarca, Eslovénia ou Sérvia, que ainda têm tudo para resolver.

Os suíços chegaram à ronda final da fase de grupos com tudo para ganhar e pouco a perder. No segundo lugar, com quatro pontos, um empate serviria perfeitamente o objectivo principal de apuramento para os "oitavos", mas um triunfo catapultava-os para um inédito primeiro lugar na fase de grupos, ultrapassando os germânicos, já apurados. E mesmo uma derrota não seria impeditiva, face à confortável vantagem na contabilidade de golos marcados e sofridos em relação à Escócia, a única selecção que os poderia alcançar.

Mas foi com aspirações mais ambiciosas que os helvéticos prepararam a primeira partida com o seu vizinho em fases finais de um Europeu. Concederam a iniciativa ao adversário, como era expectável, mas defenderam com inteligência, competência e solidariedade.

Povoando o centro do terreno, nomeadamente com um duplo *pivot* (Remo Freuler e Granit Xhaka), os helvéticos impossibilitavam a insistência alemã em tentar fluir o seu jogo atacante pelos mesmos terrenos, ignorando as laterais em quase toda a primeira parte.

Com uma posse de bola esmagadora (66% ao intervalo), a circulação germânica foi completamente inconsequente na primeira metade, período durante o qual a Alemanha não criou nenhuma oportunidade clara de golo, exceptuando um lance anulado pelo VAR, aos 17'.

Dúvidas também teve o VAR sobre o posicionamento de Dan Ndoye, aos 28', quando o atacante suíço, solicitado por Remo Freuler, superou Rudiger e fez gelar os adeptos alemães ao colocar a sua equipa em vantagem. Uma jogada de perigo, um remate enquadrado e um golo. Eficácia a 100%.

E, ainda antes do descanso, o mesmo Ndoye esteve perto de bisar, num remate cruzado que cheirou o poste esquerdo de Manuel Neuer, que tinha acabado de sofrer o segundo golo neste Europeu. Uma prenda envenenada para o veterano guarda-redes do Bayern de Munique, que comemora a sua 18.ª partida em campeonatos da Europa, superando assim o recorde do italiano Gianluigi Buffon (17 jogos).

Se o seleccionador Julian Nagelsmann apresentou em Frankfurt o mesmo "onze" inicial que alinhara nas duas primeiras partidas deste torneio, apesar de já ter garantido o acesso aos "oitavos", também não viu necessidade de mexer na equipa ao intervalo, mesmo estando em desvantagem no marcador.

Mas a Alemanha voltou mesmo assim diferente, procurando descongestionar o corredor central e alargando o seu jogo às faixas laterais para criar mais desequilíbrios e tirar a Suíça da sua zona de confronto defensivo. Cresceu na partida e, em apenas cinco minutos (50' e 55'), criou duas boas oportunidades, por Musiala e Toni Kroos.

Os alemães foram recuando o seu bloco, já com algumas unidades em sub-rendimento, especialmente no ataque. Murat Yakin refrescou a equipa, aos 65', com os suíços a procurarem subir as suas linhas e a incomodar Neuer.

Na fase final, poderiam mesmo ter alcançado o segundo, mas acabaram por sofrer o golo do empate nos descontos, quando Fullkrug (que tinha entrado aos 76') bateu pela única vez Sommer.

CHRISTOPHER NEUNDORF/EPA

A Alemanha evitou a derrota com a Suíça nos últimos instantes do jogo

Segurança

UEFA vai reforçar medidas para travar invasões

A UEFA anunciou ontem o reforço das medidas de segurança para evitar a invasão de campo por parte de adeptos no decorrer do Europeu de futebol da Alemanha. A decisão surge depois de vários episódios, o último dos quais anteontem, quando pelo menos seis adeptos entraram em campo para tentar tirar *selfies* com Cristiano Ronaldo.

"Vão ser implementadas medidas de segurança adicionais nos estádios para melhor responder às exigências do torneio e prevenir tais incidentes", revelou a UEFA, sem especificar as medidas que vai passar a adoptar.

A UEFA recorda que "qualquer incursão no campo constitui uma violação das regras do estádio e resultará na expulsão do mesmo, na proibição de assistir aos restantes jogos do torneio e na apresentação de uma queixa criminal formal por invasão".

Cristiano Ronaldo é um dos alvos preferenciais dos adeptos que invadem os relvados

No sábado, em Dortmund, vários adeptos entraram em campo rumo a Cristiano Ronaldo, que no fim da partida em que Portugal venceu a Turquia por 3-0, da segunda jornada do Grupo F, voltou a ser alvo do assédio de diversos fãs, que têm interrompido várias partidas.

Apesar de os adeptos aparentarem desejar apenas uma foto com o seu ídolo, este plano da UEFA visa proteger os futebolistas de qualquer perigo.

No final da partida entre a Turquia e Portugal, Roberto Martínez manifestou a sua preocupação com as invasões de campo por parte de adeptos à procura de Cristiano Ronaldo.

"As intenções dos adeptos hoje foram boas. Mas, um dia, as intenções podem ser erradas. Não pode acontecer num campo de futebol, ainda mais quando existe muita segurança. Os adeptos têm de perceber que essa não é a maneira certa e não ganham nada com isso", afirmou o seleccionador de Portugal.

As invasões de campo começam a ser recorrentes, sendo que um dos prevaricadores neste Euro 2024 entrou com uma câmara rumo ao belga Kevin de Bruyne, no desafio contra a Eslováquia, em Frankfurt.

Apoio:

Grupo A

Golo no minuto 110 deixa a Hungria à espera de um milagre

David Andrade

Csoboth marcou nos descontos do duelo contra a Escócia e deixa os magiares ainda com hipóteses de apuramento

Parecia que ia acabar 0-0, com escoceses e húngaros a perderem – o resultado afastava a Hungria e deixava a Escócia com pé e meio fora do Campeonato da Europa –, mas o último remate do jogo manteve os magiares com esperanças. Numa partida em Estugarda onde os escoceses foram melhores durante grande parte do jogo, um contra-ataque finalizado por Kevin Csoboth, no décimo minuto de descontos, garantiu a vitória magiar (1-0). Mas os três pontos, com um saldo negativo de três golos, deixam a Hungria à espera de um milagre para chegar aos oitavos-de-final.

Já se sabia que nas bancadas do Mercedes-Benz Arena que a animação estaria garantida por escoceses e húngaros, que, com estilos bem diferentes, são dos mais fervorosos na Europa. No entanto, dentro do campo, Escócia e Hungria estavam sob pressão e com as contas do que necessitavam bem definidas.

Do lado dos britânicos, a derrota implicava o afastamento imediato e, em caso de empate, a conquista de dois pontos no Grupo A tornava quase inevitável a eliminação como um dos piores terceiros lugares. No entanto, um triunfo deixava a selecção comandada por Steve Clark em boa posição para seguir em frente.

Já para a Hungria, os cálculos eram mais complicados. Com uma derrota ou um empate, os magiares estavam imediatamente fora do Euro 2024 e, mesmo vencendo, teria de ser por margem dilatada para alimentarem esperanças de serem, com três pontos, um dos melhores terceiros lugares.

Com esta equação, seria de esperar que fossem os húngaros a assumir o comando para tentarem construir uma vitória que suavizasse o saldo de quatro golos negativos. Porém, estranhamente, o jogo começou com a Hungria retraída.

O resumo dos primeiros 45 minutos traduz-se numa Escócia com mais bola (64%), mas incapaz de materializar essa supremacia em oportunidades ou remates, enquanto a tímida Hungria fazia o oposto: arriscava pouco ou nada, mas quando tinha oportunidade – quase sempre de bola parada – criava perigo para Angus Gunn. Assim, apesar de algumas ameaças, sempre com Szoboszlai com o papel de protagonista, o intervalo chegou com um nulo que se ajustava na perfeição à pouca competência das duas equipas. Isto apesar de Willi Orbán, aos 41’, ter desaproveitado um grande passe de Szoboszlai, acertando de raspão na barra escocesa.

A segunda parte arrancou com um aparente maior atrevimento magiar, mas rapidamente o jogo voltou a ser mais do mesmo: mais posse escocesa e mais objectividade húngara. Tudo isto, porém, com muito pouca qualidade futebolística.

O jogo, todavia, sofreu um safanão no minuto 68, quando um choque dentro da área da Escócia deixou Barnabás Varga inanimado no relvado. Seguiram-se momentos de grande apreensão dentro e fora do campo e, após cinco minutos de interrupção, o jogo foi retomado, já sem o avançado da Hungria em campo – Varga foi retirado de maca, não havendo à hora de fecho desta edição informação sobre o estado do jogador.

A partir daí, os húngaros mudaram a atitude e, com o jogo partido nos últimos minutos, surgiram boas oportunidades para ambas as selecções marcarem. Porém, o zero a zero parecia inevitável, até que, no último fôlego, o remate certeiro de Csoboth acabou com as esperanças da Escócia e deixou a Hungria a fazer contas.

MOHAMED MESSARA/EPA

A festa da Hungria após a vitória sobre a Escócia

1
HUNGRIA

Jogo no Estádio Estugarda Arena, em Estugarda.

Escócia Gunn; Ralston (Christie, 84’), Hendry, Hanley, McKenna e Robertson (Morgan, 89’); McGinn (Armstrong, 76’), Gilmour (McLean, 83’), McGregor, McTominay 51’ e Adams (Shankland, 77’). **Treinador** Steve Clarke.

Hungria Gulácsi; Botka, Orbán 27’ e Dárdai (Szalai, 75’); Bolla (Nagy, 86’), Styles 19’ (Nagy, 61’), Schafer 45’ e Kerkez (Csoboth, 87’); Sallai, Szoboszlai e Varga (Ádám, 75’). **Treinador** Marco Rossi.

Árbitro Facundo Tello (Argentina)
VAR Alejandro Hernández (Espanha)

Golos 0-1 Csoboth (90’+10’)

Resultados e classificação

GRUPO A

Jornada 3

Suíça - Alemanha	**1-1**
Escócia - Hungria	**0-1**

	J	V	E	D	M-S	P
Alemanha	3	2	1	0	8-2	7
Suíça	3	1	2	0	5-3	5
Hungria	3	1	0	2	2-5	3
Escócia	3	0	1	2	2-7	1

Positivo/Negativo

+ Szoboszlai
O final da época em Liverpool esteve muito longe de ser feliz, mas Dominik Szoboszlai é, aos 23 anos, o líder, a alma e o toque de classe da Hungria. O médio ofensivo dos magiares esteve na origem de quase todas as jogadas com princípio, meio e fim de uma selecção húngara que mostrou pouco em Estugarda.

− Lesão de Varga
O choque violento entre o avançado húngaro e Angus Gunn, guarda-redes escocês, deixou Barnabás Varga inanimado e foi um momento marcante na partida em Estugarda.

Qualidade do jogo
Mais por culpa da Hungria, que apenas nos minutos finais abdicou de uma postura demasiado conservadora, o jogo na Mercedes-Benz Arena constará no lote dos que deixarão menos saudades no Euro 2024.

Disciplina

UEFA castiga albanês Daku com dois jogos de suspensão

A UEFA castigou ontem com dois jogos de suspensão o futebolista albanês Mirlind Daku pelos cânticos contra sérvios e macedónios, após o jogo da segunda jornada do Euro 2024 entre Albânia e Croácia.

Imediatamente após o jogo, disputado na quarta-feira em Hamburgo, Daku pegou num megafone e entoou cânticos contra aqueles países vizinhos da Albânia, o que a Comissão de Ética e Disciplina do organismo que tutela o futebol europeu vem agora considerar como comportamento “inaceitável e contrário aos valores fundamentais do desportivismo e respeito mútuo”.

O jogo da segunda jornada do Grupo B terminou com um empate, 2-2, com o segundo golo albanês conseguido mesmo no final da partida, aos 90+5 minutos. Com este resultado, que se seguiu a uma derrota tangencial ante Itália, a Albânia apura-se se ganhar segunda-feira à Espanha, no primeiro jogo em que Daku, jogador do Rubin Kazan, vai ficar de fora.

Daku já tinha pedido publicamente desculpa pelos “danos causados”, através das redes sociais, mas isso não demoveu a UEFA, que estava a ser pressionada pelas federações dos países afectados.

“Nesses momentos, as emoções estão a outro nível, só dentro de campo se pode entender, é difícil descrever a sensação de jogar nesta selecção. Sinto que ofendi alguém depois do jogo contra a Croácia, o efeito do jogo sentiu-se, continuo a trabalhar com o grupo pelos nossos sonhos”, escreveu Daku.

A UEFA aplicou também multas de 47.500 euros à Albânia e de 28.000 euros à Croácia pelos cânticos no jogo e também pela utilização e arremesso de engenhos pirotécnicos.

Mirlind Daku

Grupo B

No "grupo da morte", Itália, Croácia e Albânia vão lutar pela vida

David Andrade e Paulo Curado

A última jornada do Grupo B vai ser dramática para uma das três selecções que ainda podem chegar aos "oitavos"

Logo após o sorteio da fase final deste Euro 2024, o Grupo B foi apelidado "grupo da morte". Mas a Espanha foi de tal forma superior que depressa garantiu a sua salvação. Por isso, são as outras três selecções que hoje terão de fazer pela vida: Itália, Croácia e Albânia.

Em Leipzig (20h, RTP1), haverá um embate entre o campeão europeu e o terceiro classificado do último Mundial e que será uma "final" para as duas equipas. Os italianos vão entrar em campo com o conforto de assegurarem a presença nos oitavos-de-final com um empate, mas as fracas exibições da "*squadra azzurra*" nos dois primeiros jogos do grupo servem de estímulo para a sempre imprevisível Croácia.

Albânia

Espanha

20h00 | SPTV1

Croácia

Itália

20h00 | RTP1

Colocados no arranque da prova no grupo de selecções que podiam aspirar a lutar pela conquista da competição, italianos e croatas tiveram uma entrada em falso neste Europeu. Se no confronto com a Espanha nenhuma das equipas mostrou capacidade para contrariar a supremacia da "*roja*", contra a combativa Albânia houve equilíbrio, mas mais fortuna para a Itália, que conseguiu vencer, ao contrário da Croácia – um golo do albanês Klaus Gjasula no minuto 95 retirou a vitória aos croatas.

Assim, no décimo capítulo dos duelos entre italianos e croatas, onde ninguém pode perder, estão reunidos todos os ingredientes para se manter a tendência dos nove confrontos anteriores, marcados sempre pelo equilíbrio, mas com ligeira supremacia da formação dos Balcãs: três vitórias para a Croácia, cinco empates e um triunfo para a Itália – saldo de 10-10 em golos.

Para além das dúvidas deixadas pela exibição medíocre contra a Espanha, a Itália de Luciano Spalletti não deverá contar com Federico Dimarco – o lateral do Inter treinou de forma condicionada nos últimos dias – e terá pela frente uma Croácia confiante.

No outro jogo do grupo, em Dusseldorf (20h, SPTV1), as contas da Albânia são simples. Precisa de uma exibição épica e de um triunfo inaudito sobre a Espanha para almejar uma inédita presença nos oitavos-de-final da competição. E mesmo isso pode não bastar.

Com os espanhóis já apurados para os "oitavos" e o primeiro lugar no grupo garantido, Luis de la Fuente irá fazer descansar grande parte dos habituais titulares. A questão é saber se os albaneses conseguirão tirar vantagem destas alterações, tendo em conta a qualidade das "segundas linhas" espanholas, ansiosas por uma oportunidade de convencer o seu seleccionador.

Um triunfo frente aos espanhóis – com quem somam apenas derrotas nas oito partidas já disputadas – permitiria à selecção da Albânia somar quatro pontos, que podem não chegar para garantir o apuramento, dependendo do resultado da partida entre a Croácia e a Itália, à mesma hora.

Certo é que os albaneses vão viver com grande expectativa este jogo decisivo. A loucura pela segunda presença numa fase final do Euro, após a estreia em 2016, alastrou-se aos parlamentares, que suspenderam os trabalhos durante dez dias para assistir aos jogos da selecção. Como muitos dos 140 deputados queriam estar na Alemanha, o primeiro-ministro, Edi Rama, autorizou a medida, o que a oposição considerou "vergonhoso".

Luciano Spalletti, seleccionador italiano

ALEJANDRO GARCIA/EPA

Verstappen recebe o troféu de vencedor do GP de Espanha

Verstappen vence em Espanha e reforça liderança do Mundial

Lewis Hamilton foi terceiro na corrida de ontem, enquanto a segunda posição foi para Lando Norris

Max Verstappen (Red Bull) venceu ontem o Grande Prémio de Espanha de Fórmula 1, 10.ª ronda do Mundial, e ampliou a liderança do Campeonato do Mundo.

O piloto neerlandês, que partiu do segundo lugar da grelha, alcançou assim a sua terceira vitória consecutiva no Circuito de Montmeló, deixando o britânico Lando Norris (McLaren) na segunda posição, a 2,219 segundos, com Lewis Hamilton (Mercedes) em terceiro, a 17,790s.

Como prémio de consolação para Norris, ficou, para além do segundo lugar do pódio (que lhe permite subir ao segundo lugar da classificação do Mundial de pilotos), o registo da volta mais rápida.

Já Lewis Hamilton, que partilha com Verstappen as vitórias no GP de Espanha nos último nove anos, regressou aos pódios, depois de uma ausência que durava desde o GP do México no ano passado.

A corrida espanhola começou bem para George Russell (Mercedes), que fez um arranque muito bom e que passou de quarto para primeiro.

O homem da Mercedes aproveitou o facto de Verstappen ter lutado pela liderança com Lando Norris e ficou na frente do neerlandês, que ganhou o lugar a Norris, ultrapassando ainda Lewis Hamilton.

Russell, contudo, não teve hipóteses de saborear durante muito tempo o comando da corrida, uma vez que Verstappen ultrapassou o britânico no final da segunda volta, com DRS activado.

O campeão do mundo consegue distanciar-se um pouco dos perseguidores nas primeiras voltas da corrida, mas atrás de si a luta era intensa: Norris, Hamilton, Sainz e Leclerc estavam separados por menos de um segundo.

Após as trocas de pneus, a luta centrou-se nos lugares do pódio. Na volta 36, Lando Norris e George Russell protagonizaram uma série de ultrapassagens que entusiasmaram o público presente em Montmeló, com Norris a levar a melhor.

No final, contudo, o triunfo voltou a sorrir a Verstappen, o sétimo em dez Grandes Prémios já disputados e o 61.º da carreira: "O Norris estava muito rápido. Eu tive que ter uma estratégia agressiva. [Na partida] eu tive que passar na terra e travei bem tarde na curva 1", disse Vesrtappen. Já Norris não se mostrou muito satisfeito, apesar do bom desempenho que registou. "O carro estava incrível, mas não consegui uma boa partida. Fiquei um pouco frustrado", confessou.

Com estes resultados, o neerlandês da Red Bull mantém a liderança do Mundial de pilotos, com 219 pontos, 71 de vantagem sobre o segundo, que agora é Lando Norris. O próximo Grande Prémio será disputado na Áustria, no dia 30, no circuito Red Bull Ring. **PUBLICO/Lusa**

Breves

Hóquei em patins

FC Porto derrota Benfica e fica a uma vitória do título

O FC Porto ficou ontem a uma vitória de se sagrar campeão nacional de hóquei em patins ao vencer em casa o detentor do troféu, o Benfica, por 4-1, no terceiro encontro da final do *play-off*. Depois da vitória por 5-3, após prolongamento, no Dragão Caixa, e do desaire fora por 5-2, os "dragões", que ao intervalo já lideravam por 1-0, ganharam com golos de Carlo Di Benedetto, Hélder Nunes (dois, ambos de livre directo) e Rafa, enquanto Carlos Nicolía marcou para os "encarnados". A final, entre dois conjuntos que procuram o 25.º título, prossegue quarta-feira, na Luz, onde o FC Porto garante a vitória no campeonato se vencer. Se o Benfica ganhar, o quinto jogo será a 30 de Junho, no Porto.

Natação

Francisca Martins ganha o bronze mas falha Paris 2024

Francisca Martins conquistou ontem a medalha de bronze na final dos 400 metros livres dos Europeus de natação, em Belgrado, mas falhou a qualificação para os Jogos Olímpicos Paris 2024. No último dia dos Europeus, Francisca Martins nadou em 4m10,94s, ainda distante do seu recorde nacional, fixado nos 4m08,77s, e dos 4m07,90s de mínimo para Paris 2024, cujo período de qualificação terminou ontem. A nadadora, de 20 anos, entrou nesta final, a sua terceira nos campeonatos, com o melhor tempo das eliminatórias (4m14,77s), conseguindo a segunda medalha para Portugal na competição.

BARTOON LUÍS AFONSO

Duarte Cordeiro, as esquerdas unidas por Lisboa e o poder do Ministério Público

Sementes de alfarroba

Carmo Afonso

Escrever para um jornal três vezes por semana é uma das maneiras mais eficazes para fazer aquilo que Nietzsche recomendava que não fizéssemos, a menos que fosse absolutamente necessário: inimigos. Da mesma maneira que o que move as pessoas a comentar uma crónica é normalmente a crítica, também é ela que move os cronistas. As coisas são o que são. Mas hoje quero fazer elogios e falar de boas ideias.

Foi o Bloco que teve a primeira iniciativa logo após as últimas legislativas. Falo de uma convergência à esquerda. A ideia do Bloco era a convergência dos partidos de esquerda na oposição ao Governo de Montenegro. A iniciativa assinalou a disponibilidade dos partidos mais à esquerda para abdicarem daquilo que os separa, entre si e em relação ao centro-esquerda socialista, e que é muito, para construírem soluções.

Agora é o Livre que propõe uma convergência à esquerda para as eleições autárquicas. Muitos poderão pensar, e com razão, que o Livre não foi capaz ele próprio de convergir internamente na campanha para as europeias. O Livre está sempre do lado da união das esquerdas, mas teve dificuldade em ultrapassar o sectarismo dentro do próprio partido. Mas é tempo de enterrar o machado de guerra ou pelo menos de o pousar.

A ideia de unir os vários partidos de esquerda numa só candidatura para as cidades de Lisboa e Porto tem o potencial de mudar tudo. Não vejo que essa convergência possa ser estendida a muitas mais autarquias. Os partidos têm estruturas locais que precisam de ser reforçadas, e não simplificadas, a bem da democracia. Mas em Lisboa e no Porto faz todo o sentido.

Há um detalhe legal para o qual chamo a vossa atenção. As coligações pós-eleitorais de pouco valem em eleições autárquicas. Ao contrário do que sucede nas eleições legislativas, o sistema autárquico não é parlamentar. Por um voto se elege um presidente de câmara e, por mais que as restantes candidaturas se entendam no dia seguinte, não é possível alterar essa eleição. Ou seja: as coligações devem ser feitas antes das eleições.

O Bloco já se mostrou favorável e, do lado do PCP, Paulo Raimundo deixou a porta entreaberta, pelo menos em Lisboa. O PS só colherá vantagens de um eventual entendimento, pelo que, desse lado, não há suspense. Os lisboetas de esquerda – diz-se que são a maioria, mas será uma excelente oportunidade para confirmar se assim é – podem sonhar. E agora estamos a aproximar-nos da parte do elogio.

O Duarte Cordeiro reúne muitas características raras num político. Há um detalhe que mostra bem a fibra de que é feito

O nome mais falado para protagonizar uma candidatura de esquerda em Lisboa é Duarte Cordeiro. Estamos a falar de uma cereja do Fundão em cima do bolo. Duarte Cordeiro reúne muitas características que são raras num político. Essas características são sobretudo qualidades. É uma pessoa que gosta de fazer e que não teme atravessar-se quando está a fazer. É discreto. Não procura os holofotes. É um humanista e um político de valores. Sabe e gosta de dialogar. O Duarte é o oposto de um polarizador: desdramatiza sempre aquilo que pode ser desdramatizado.

Há um detalhe que mostra bem a fibra de que é feito. Quando era ministro do Ambiente e foi alvo de uma ação dos ativistas climáticos, não apresentou queixa contra nenhum dos envolvidos. Luís Montenegro não pode dizer o mesmo. Duarte Cordeiro também não pediu indemnização pelos danos no seu fato a jovens que – quer concordemos ou não com a forma de luta que escolheram – são movidos por uma boa causa e estão a arriscar a sua condição pessoal por ela. Estes detalhes ajudam a definir as pessoas e os políticos.

Não há muito tempo, o *Expresso* noticiava que Duarte Cordeiro é o mais desejado. Tenho a mesma opinião. Acredito que Duarte Cordeiro, numa candidatura que una a esquerda em Lisboa, teria uma capacidade mobilizadora que poderia levar uma esquerda, que anda adormecida, a colar cartazes.

Mas nem tudo são rosas. Duarte Cordeiro rejeita ser candidato a qualquer cargo público enquanto não ficar esclarecido que está ilibado de quaisquer suspeitas nas operações *Tutti-Frutti* e *Influencer*. Isto apesar de nem sequer ter sido constituído arguido. Ninguém pode criticá-lo por esta posição. Mas fica aqui, uma vez mais, explícito o nível de condicionamento que o Ministério Público está a impor à vida política portuguesa.

Como alternativas a Duarte Cordeiro fala-se em Alexandra Leitão e Mariana Vieira da Silva. Credo, se isto não é luxo político.

Advogada